

Milena de Brito Mello

**Parataxe e Tradição Discursiva: orações paratáticas justapostas em
sincronias pretéritas do português**

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências
Exatas da Universidade Estadual Paulista, Campus de São José do Rio
Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos
(Área de Concentração: Análise Linguística)

Orientador: Prof^a. Dr^a. Sanderléia Roberta Longhin

São José do Rio Preto

2015

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Prof^a. Dr^a. Sanderléia Roberta Longhin
UNESP – Universidade Estadual Paulista - Orientadora

Prof^a. Dr^a. Angélica Terezinha Carmo Rodrigues
UNESP – Universidade Estadual Paulista

Prof^a. Dr^a. Fernanda Corrêa Silveira Galli
UNESP – Universidade Estadual Paulista

Suplentes

Prof^a. Dr^a. Luciani Ester Tenani
UNESP – Universidade Estadual Paulista

Prof^a. Dr^a. Cristina dos Santos Carvalho
UNEB– Universidade do Estado da Bahia

Dedico este trabalho a Deus, por toda
graça e proteção;
aos meus queridos pais, pela força e
dedicação.

AGRADECIMENTOS

à Sanderléia Roberta Longhin, com quem tudo começou, pela confiança depositada em mim, pelas cuidadosas orientações, pela grande dedicação a este trabalho, pela paciência, por todos os conselhos e pela amizade;

às professoras Angélica Terezinha Carmo Rodrigues e Fernanda Corrêa Silveira Galli, pelas enriquecedoras discussões e sugestões;

à professora Fabiana Cristina Komesu, pelas relevantes contribuições ao meu trabalho e por ter me acompanhado na qualificação;

à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, CAPES, pelo auxílio financeiro.

ao Gustavo, pelo amor, pelo apoio e incentivo nos momentos de angústia;

aos meus familiares, em especial, ao meu irmão Renan, à minha avó Tereza e às minhas tias Jacira e Sirlei, pela força;

à minha sobrinha Júlia, por me fazer sorrir nos momentos difíceis;

aos meus amigos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, em especial, à Fernanda Meneghetti Ferro, por compartilhar com minhas preocupações e anseios;

aos amigos João Pedro, Patrícia e Pe. Marcelo, pela amizade verdadeira e pelo companheirismo;

à Lina María Grajales Agudelo, pelo carinho e pela prazerosa convivência;

ao William Taconi Bergamini, pelos inúmeros favores;

Enfim, a todos que contribuíram de alguma forma para a concretização deste trabalho,

minha sincera gratidão.

“Deus, conceda-me a serenidade para aceitar aquilo que não posso mudar, a coragem para mudar o que me for possível e a sabedoria para perceber a diferença: vivendo um dia de cada vez, apreciando um momento de cada vez, recebendo as dificuldades como um caminho para a paz [...]”

Reinhold Niebuhr

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Modelo de combinação de orações (Halliday, 1985)	20
Quadro 02: “Cline” de combinação de orações (Hopper e Traugott, 1993)	24
Quadro 03: Níveis de observação da atividade linguística (Koch, 1997)	56
Quadro 04: Descrição dos textos selecionados para análise dos dados	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Frequência, em percentuais, das construções paratáticas justapostas em cada texto do <i>corpus</i>	77
Gráfico 02: frequência das correlações modo-temporais nas construções paratáticas justapostas temporais	81
Gráfico 03: frequência das correlações modo-temporais nas construções paratáticas justapostas causais	88
Gráfico 04: frequência das correlações modo-temporais nas construções paratáticas justapostas explicativas	95
Gráfico 05: frequência das correlações modo-temporais nas construções paratáticas justapostas contrastivas	102
Gráfico 06: frequência das correlações modo-temporais nas construções paratáticas justapostas condicionais	108
Gráfico 07: Frequência, em percentuais, das relações de sentido em correlação com a arquitetura sintática, no sermão	119
Gráfico 08: Frequência, em percentuais, das relações de sentido em correlação com a arquitetura sintática, na peça teatral	129
Gráfico 09: Frequência, em percentuais, das relações de sentido em correlação com a arquitetura sintática, na narrativa	140
Gráfico 10: Frequência, em percentuais, das relações de sentido em correlação com a arquitetura sintática, nos colóquios	149
Gráfico 11: Frequência, em percentuais, das relações de sentido em correlação com a arquitetura sintática, na hagiografia	158

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	6
LISTA DE GRÁFICOS	7
RESUMO	10
ABSTRACT	11
INTRODUÇÃO	12
 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
1.1. JUNÇÃO	16
1.1.1. Halliday (1985).....	16
1.1.2. Neves (2006)	21
1.1.3. Hopper e Traugott (1993)	23
1.1.4. Taboada (2009).....	26
1.1.5. Trabalhos empíricos sobre parataxe e justaposição.....	28
1.1.6. Conclusões sobre a parataxe.....	51
1.2. TRADIÇÃO DISCURSIVA	55
1.2.1. A concepção de tradição de discursiva.....	55
 2. MATERIAL E MÉTODOS	
2.1. <i>Corpus</i>	68
2.2. Método.....	70
2.2.1. No âmbito da junção.....	70
2.2.2. No âmbito da TD	74
 3. CONSTRUÇÕES PARATÁTICAS JUSTAPOSTAS	
3.1. RELAÇÃO DE TEMPO	77
3.2. RELAÇÃO DE CAUSA	83
3.2.1. Relação de causa/efeito	85
3.2.2. Relação de explicação	90
3.3. RELAÇÃO DE CONTRASTE	97
3.4. RELAÇÃO DE CONDIÇÃO.....	103
3.5. Resumo da Seção.....	109

4. PARATAXE E TRADIÇÕES DISCURSIVAS

4.1. A justaposição no domínio das TD	112
4.1.1. <i>Sermão nascimento do Menino Deus</i>	113
4.1.2. <i>Auto da barca do inferno</i>	124
4.1.3. <i>Corte na aldeia e noites de inverno</i>	135
4.1.4. <i>Colóquios dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia</i>	144
4.1.5. <i>Vida do arcebispo Dom Frei Bartolomeu dos Mártires</i>	154

CONCLUSÃO	161
------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA	167
---------------------------	------------

RESUMO

A presente dissertação de mestrado teve como objetivo realizar um estudo da parataxe, especificamente das construções paratáticas justapostas. No âmbito da junção, este trabalho analisou as composições paratáticas justapostas com leitura de tempo, causa, contraste e condição, em termos do pareamento entre forma e sentido, com a finalidade de reconhecer, nos modos paratáticos de composição, os correlatos formais e os mecanismos interpretativos que são colocados em jogo na ausência do juncor. Para este estudo da parataxe, foram adotados os pressupostos da gramática sistêmico-funcional de Halliday (1985) e propostas recentes de cunho textual, tais como Taboada (2009), La Fauci (2010), além dos volumes editados por Béguelin, Avanzi e Corminboeuf (2010). O reconhecimento e a sistematização das pistas que sustentam as relações de sentido na ausência do juncor foram realizados mediante a análise de enunciados extraídos de cinco textos produzidos em sincronias pretéritas do português (séculos XVI e XVII) e inseridos em tradições discursivas distintas (teatro, colóquio, hagiografia, sermão e narrativa). O levantamento das construções paratáticas justapostas foi subsidiado pela apuração das frequências *token* e *type*, nos moldes de Bybee (2003). A frequência *token* diz respeito à frequência textual da construção em questão e a frequência *type* diz respeito à frequência com que um padrão paratático particular ocorre. Os parâmetros adotados para o reconhecimento das marcas interpretativas mostraram-se viáveis. Eles também possibilitaram a visualização de características das relações de sentido, além de tendências das paratáticas justapostas. Com base no pressuposto de que existe uma correlação entre os esquemas de junção e a tradição discursiva em que o texto se insere (Kabatek, 2006), no sentido de que a tradição discursiva condiciona o uso de determinadas construções linguísticas, o segundo objetivo específico deste trabalho consistiu em analisar em que medida aspectos da composicionalidade das tradições discursivas em que os textos se inserem condicionam o emprego dos arranjos paratáticos justapostos. Para tanto, realizamos o mapeamento de todos os esquemas de junção em uma porção de cada texto, com o propósito de averiguarmos se a opção pela paratática justaposta ajuda na constituição da própria tradição discursiva. As análises mostraram, de maneira geral, que as construções justapostas, quando utilizadas, correspondem às escolhas pessoais dos autores, isto é, ao estilo de cada autor.

Palavras-chave: Parataxe, Justaposição, Tradição Discursiva.

ABSTRACT

The present master thesis aimed to accomplish a study of parataxis, specifically the juxtaposed paratactic constructions. Within the joint, this work analyzed juxtaposed paratactic compositions with reading time, cause, contrast and condition, in terms of the match between form and meaning, in order to recognize in modes composition of paratactic, the formal correlates and the interpretative mechanisms which are brought into play in the absence of the juntor. For this study the parataxis, were adopted assumptions of the systemic functional grammar of Halliday (1985) and recent proposals of textual nature, such as, Taboada (2009), La Fauci (2010), in addition to the volumes edited by Béguelin, Avanzi and Corminboeuf (2010). The recognition and the systematization of the tracks that support the sense relations in the absence of the juntor were performed by the extracted set of analysis of five texts produced on to earlier syncs of the Portuguese (centuries XVI and XVII) and inserted in different discursive traditions (theater, conference, hagiography, sermon and narrative). The survey of juxtaposed paratactic construction was subsidized by the calculation of frequencies token and type along the lines of Bybee (2003). The frequency token respect to the frequency of textual construction in question and the frequency type respect to the frequency often a particular paratactic pattern occur. The parameters adopted for the recognition of interpretive marks proved to be viable. They also allowed the characteristics of view of sense relations, besides tendencies of the juxtaposed paratactic. Based on the assumption that there is a correlation between the joint schemes and the discursive tradition in which the text is inserted (Kabatek, 2006), in that the discourse traditional conditions using certain language constructs, the second specific objective of this study was to examine to what extent aspects of compositionality of discursive traditions in which texts are inserted condition the employment of paratactic juxtaposed arrangements. Thus, we performed the mapping of all joint schemes in a portion of each text, for the purpose we are going to ascertain if the option by juxtaposed paratactic help in the creation of own discursive tradition. The analysis showed, in general, that the juxtaposed constructions, when used, correspond to the personal choices of the authors, this is, to each author's style.

Keywords: Paratactic, Juxtaposed, Tradition Discourse.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de investigação as construções paratáticas justapostas, isto é, um tipo de construção complexa que não apresenta juntor explícito. Considerando que nem sempre a interpretação da relação de sentido nesse tipo de paratática é evidente, sendo necessária a mobilização de pistas de diferentes níveis de análise, o objetivo maior deste trabalho é caracterizar o modo de composição paratático, especificamente as paratáticas justapostas, em termos de um pareamento entre forma e um sentido fortemente pragmático, com o propósito específico de reconhecer os mecanismos interpretativos colocados em jogo, quando não há juntor explícito, tendo em vista Taboada (2009), Neves (2006) e Béguelin, Avanzi e Corminboeuf (2010) os quais admitem que, na ausência do juntor, sempre há pistas de natureza diversa que ajudam a indiciar o sentido da construção.

Buscamos a identificação e a descrição das construções paratáticas justapostas em uma amostra de dados retirada de cinco tipos de textos produzidos nos séculos XVI e XVII. Desenvolvemos pesquisa, em nível de iniciação científica (proc. Fapesp nº 2012/07499-8), sobre as paratáticas justapostas em enunciados de peças teatrais dos séculos XIX e XX, com objetivo de relacionar os correlatos morfossintáticos responsáveis pela interpretação temporal, causal, contrastiva e condicional das ocorrências. Para esta dissertação, foram priorizadas as pistas de ordem morfossintática, semântica e pragmática, já que este trabalho se fundamenta em um modelo de base funcionalista, cujas investigações conjugam informações de vários níveis de análise. Em (01), extraído do *corpus* da pesquisa, há um tipo de paratática justaposta, cuja interpretação depende de propriedades de cada um dos períodos e também da natureza da relação de sentido que se estabelece entre eles. Índices como a ordem das orações, itens lexicais colocados em oposição (*terra X céu; fé X vistas; ouvidos X olhos*) e o

paralelismo estrutural autorizam reconhecer entre os dois segmentos oracionais uma relação de contraste, admitindo assim paráfrase com “mas”:

- (01) Porque na terra he Deos ouvido, no Ceo he Deos visto: na terra he Deos conhecido pela Fé, e pelos ouvidos fomite; Ø¹ no Ceo he conhecido pela vista, e com os olhos (VIEIRA, séc. XVII, p. 67)²
 [...] na terra Deus é conhecido pela fé e pelos ouvidos, **mas** no céu é conhecido pela vista e com os olhos

Para alcançarmos o objetivo proposto, primeiramente fizemos um refinamento do conceito de parataxe, com base nos pressupostos da gramática sistêmico-funcional de Halliday (1985), conjugados com propostas recentes de cunho textual sobre coesão paratática, que defendem uma visão multidimensional, em que sintaxe, prosódia e discurso são mobilizados para a explicação do fenômeno, como é o caso, por exemplo, dos trabalhos de Taboada (2009) e Béguelin, Avanzi e Corminboeuf (2010). Posteriormente, fizemos o reconhecimento e a sistematização das pistas que sustentam as relações de sentido nas construções justapostas, a partir das frequências *token* e *type*, nos moldes de Bybee (2003). Neste trabalho, a frequência *token* refere-se à contagem geral das ocorrências de justapostas e a frequência *type* refere-se à identificação dos tipos de paratáticas justapostas, considerando critérios de naturezas semântica, morfossintática e pragmática.

O segundo grande objetivo deste trabalho, no âmbito das tradições discursivas (TD, daqui e diante), consiste em analisar a correlação entre TD e junção, à luz da hipótese de Kabatek (2006), que sustenta que os esquemas de junção utilizados em um texto estão diretamente relacionados com o tipo de texto em que se inserem. Para que se cumprisse esse objetivo no plano das TD, foram levantados todos os esquemas de junção de partes dos textos

¹ O símbolo Ø indica a ausência de juntor entre duas orações vinculadas por uma relação lógico-semântica e/ou discursivo-pragmática.

² A ocorrência (01) foi retirada do texto *Sermão do nascimento do menino Deus*, do Padre Antonio Vieira.

e foi considerada a composicionalidade das TD, conforme princípio postulado por Kabatek (2006), para quem um texto comporta ao mesmo tempo uma rede de tradições, e busca identificar se as diferentes TD que compõem os textos favorecem ou não o emprego das paratáticas justapostas.

O trabalho encontra-se organizado em quatro seções. Na primeira seção, apresentamos a fundamentação teórica sobre junção, parataxe e TD. Buscamos na literatura, em textos teóricos e em trabalhos empíricos discussões sobre parataxe e justaposição e, a partir dessas discussões, chegamos a um conceito operacional de parataxe que foi a base para o levantamento e análise dos dados, já que essa noção não é consensual. Na segunda seção, discorremos sobre a metodologia adotada no trabalho; na terceira seção, apresentamos a análise dos dados e sistematizamos as pistas que fundamentam cada tipo de relação de sentido; e, na quarta seção, expomos a análise das paratáticas justapostas no domínio das TD. No final, elaboramos uma síntese dos resultados obtidos.

Pretendemos com este trabalho contribuir para o conhecimento e compreensão de aspectos da história do português brasileiro, particularmente no plano das construções complexas de junção, na medida em que esta pesquisa colabora com um projeto maior, financiado pelo CNPq (processo: 308430/2011-5), no âmbito do programa de Produtividade em Pesquisa, denominado *Tipologia e história das construções paratáticas em perspectiva longitudinal*, que investiga a parataxe em uma amostra diacrônica de textos do português brasileiro, inseridos em diferentes TD, com o intuito de caracterizar esse modo de composição nos campos descritivo e histórico.

SEÇÃO 01

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, primeiramente, apresentamos o aparato teórico dentro do qual fenômenos de junção, com ênfase para as construções paratáticas, são estudados. No primeiro momento, no âmbito da junção, são abordados o modelo de gramática funcional de Halliday (1985), a teoria sistêmico-funcional, que oferece, ao nosso ver, conceitos teóricos favoráveis à análise do objeto de pesquisa, e trabalhos de teóricos que se aproximam de investigações de base funcionalista, tais como Neves (2006), Hopper e Traugott (1993) e Taboada (2009). Em seguida, expomos uma revisão bibliográfica de outros trabalhos que, de alguma forma, se compatibilizam com a abordagem funcionalista e que investigam a parataxe empiricamente, como Béguelin (2010), La Fauci (2010), Paiva e Braga (2010), Pekarek Doehlet et al. (2010) e Hirata-Vale (2008), além dos trabalhos de Traugott e König (1991) e de Kortmann (1997) que, embora se situem na perspectiva da mudança por gramaticalização, tratam de noções que são relevantes também para análise das paratáticas justapostas.

No segundo momento desta seção, apresentamos a noção de TD com base, principalmente, nos trabalhos de Koch (1997), Öesterreicher (1997) e Kabatek (1998; 2000; 2001; 2002; 2004; 2005; 2006; 2010), que norteiam a análise dos dados no domínio das TD.

1.1. JUNÇÃO

1.1.1. Halliday (1985)

O modelo de gramática funcional de Halliday (1978, 1985, 2004), que analisa a linguagem em uso, está ligado a uma teoria sistêmica, em que sistêmico implica as possibilidades de escolhas do falante no sistema linguístico, ou seja, escolhas lexicais, semânticas, sintáticas, fonéticas e fonológicas, sob a concepção de que a escolha produz sentido. Nesta abordagem, o processo de escolha leva em conta o ambiente e o contexto de realização da produção linguística, relacionando linguagem, situação e cultura sistematicamente.

Halliday (1985) sustenta para a língua uma abordagem altamente semântica com propósitos claros de análise textual. Trata-se, portanto, de uma “gramática do discurso”. Em toda obra, o autor defende a existência de uma forte correlação entre as funções da linguagem e a estrutura da oração, no sentido de que a estrutura deve representar as funções específicas que a língua desempenha:

A forma do sistema da língua consiste num potencial de significados, representado como uma rede de opções que são derivadas de uma função social particular, e são realizadas, por sua vez, por estruturas cujos elementos se relacionam diretamente aos significados que estão sendo expressos. (HALLIDAY, 1978, p. 136)

Segundo Halliday (1978, p. 158), a organização interna da língua não é acidental, ou seja, a relação entre o sentido e a codificação estrutural não é arbitrária. Ela incorpora as funções que a língua desenvolveu para servir na vida do homem social. A esse respeito, o autor estabelece as três macro-funções da linguagem que representam os reflexos linguísticos da multiplicidade dos usos sociais.

No modelo de Halliday (1985), toda oração realizada é produto de três componentes semânticos ou macro-funções simultaneamente codificados: o ideacional, o interpessoal e o

textual, os quais são realizados por meio de conjuntos de opções dos componentes gramaticais. A oração, a partir dessa concepção, codifica, simultaneamente, uma representação do mundo (ideacional), uma troca (interpessoal) e uma mensagem (textual).

A macro-função textual, de acordo com Halliday (1978, p. 157), é o componente semântico que possibilita ao falante criar um texto e que preenche a exigência de que a língua seja operacionalmente relevante, ou seja, que tenha uma textura, em contextos situacionais concretos, que distinga uma mensagem viva de um mero item na gramática ou no dicionário. A função textual é considerada instrumental para as outras duas macro-funções, já que um discurso somente se realiza quando o emissor produz um texto e o ouvinte/leitor o reconhece.

Para Halliday (1985), a função textual não se restringe ao estabelecimento de relações entre as frases, mas leva em conta também a organização interna da frase e o seu sentido como mensagem, tanto em si como na sua relação com o contexto. Neves (1997, p. 12) afirma que Halliday insiste em uma teoria não apenas extrínseca, mas também intrínseca das funções da linguagem, uma teoria segundo a qual a multiplicidade funcional se reflete na organização interna da língua e a investigação da estrutura linguística revela, de algum modo, as várias necessidades a que a língua serve.

Em trabalhos anteriores, Halliday e Hasan (1976 apud NEVES, 2006) definem junção como processo textual coesivo entre orações, complexos oracionais ou trechos de textos. Em outras palavras, junção é uma conexão que indica a forma pela qual o elemento que vem antes e o que vem depois estão interligados. Segundo os autores, esses elementos conjuntivos não são coesivos por si só, pois o seu sentido pressupõe a presença de outros elementos no discurso.

No modelo hallidayano, que pressupõe a não-discretude dos processos de junção e o cruzamento entre informações sintáticas, semânticas e pragmáticas, as orações complexas podem ser analisadas tendo em vista dois sistemas básicos que determinam como uma oração

está relacionada com a outra: (i) tipo de interdependência ou *taxe*, que diz respeito às relações de interdependência entre as orações e (ii) relação lógico-semântica, que diz respeito às relações de sentido que legitimam a junção. No eixo tático ou *taxe*, uma construção com duas orações em um complexo pode apresentar uma relação entre elementos de mesmo estatuto, o que configura a *parataxe*, ou uma relação entre elementos de estatuto diferente, o que configura a *hipotaxe*. No eixo lógico-semântico, o qual está ligado à relação entre processos, inclui as relações de *expansão* ou *projeção*³, que são agrupadas em diferentes conjuntos de tipos gerais.

Uma construção paratática, conforme Halliday (2004), apresenta uma relação paritária, em que cada oração é potencialmente independente, uma vez que cada oração constitui uma proposição por si só. A *parataxe* é ainda caracterizada como uma relação de simples continuação entre elementos em que “um inicia e outro continua” (2004, p. 374). Tanto o elemento que inicia quanto o que continua são funcionalmente autônomos, “livres”, no sentido de que cada um pode se expressar como um todo. No entanto, para o autor, é o segundo elemento ou a oração secundária que faz a *extensão*, a *elaboração* ou o *realce*⁴ da construção, o que gera uma restrição quanto a ordem das orações paratáticas. De acordo com a teoria, na *parataxe* somente a ordem 1[^]2 (oração primária ^ oração secundária) é possível e ainda há uma prioridade ao elemento que vem primeiro, por exemplo, “pão e manteiga” não é sinônimo de “manteiga e pão”, apesar de um implicar o outro, em um contexto em que se quer censurar alguém por ter excedido na quantidade de manteiga passada no pão. Halliday justifica essa assimetria da *parataxe* ao afirmar que “enquanto a *parataxe* é uma relação

³ Na *projeção*, a oração secundária é projetada por meio da oração primária que instaura uma locução ou uma ideia, ou seja, relaciona fenômenos de uma ordem superior de experiência (o que as pessoas dizem ou pensam) (HALLIDAY, 2004).

⁴ Na *expansão*, a oração secundária expande a oração primária por: (a) *elaboração*, quando uma oração expande o sentido da outra por meio da exposição, exemplificação, esclarecimento ou descrição; (b) *extensão*, quando uma oração expande o sentido da outra pela adição de algum elemento novo, pela indicação de uma exceção ou pela oferta de uma alternativa; (c) *realce*, quando uma oração expande o sentido da outra pela qualificação de traços de tempo, lugar, causa, condição, concessão. (HALLIDAY, 2004)

assimétrica, a relação lógico-semântica de expansão não é” (2004, p. 392); portanto, a sequência das orações é fixa. A relação lógico-semântica, assim, “interfere” na simetria/assimetria das construções.

Uma construção hipotática, em contrapartida, apresenta uma relação hierárquica ou de dominação, em que uma oração é considerada nuclear ou dominante e a outra dependente. Na hipotaxe, o elemento dominante é “livre” ou funcionalmente autônomo, já o elemento dependente, que modifica a oração nuclear, não é. Logo, para Halliday, a hipotaxe, por excelência, é a estrutura oracional que realiza a relação de “modificação”. Em virtude de apresentar estatuto diferente, os elementos de uma construção hipotática são simétricos, ou seja, há uma escolha envolvida por parte do falante/autor no posicionamento da sequência das orações. Sendo assim, a oração de qualificação pode ser colocada antes ou depois da oração nuclear - escolhas estas determinadas com base em considerações textuais.

Certifica-se, assim, que parataxe e hipotaxe são estratégias gramaticais de combinação de orações, diferentemente das relações de encaixamento (orações completivas, restritivas e relativas), em que uma oração funciona como parte constituinte. As orações encaixadas revelam um mecanismo de “constituência” da oração, portanto não são nem paratáticas, nem hipotáticas.

O Quadro 01, abaixo, que mostra apenas parte do modelo do autor, apresenta a articulação do eixo tático (parataxe e hipotaxe) com as opções de *expansão*, as quais são suficientes para dar conta do objeto de investigação deste trabalho. O quadro ilustra tipos de juntores; interessa-nos, no entanto, a investigação de algumas dessas relações, especialmente os casos em que não apresentam juntores.

Quadro 01: Modelo de combinação de orações

		EIXO TÁTICO	
		PARATAXE (estatuto igual)	HIPOTAXE (estatuto desigual)
EXPANSÃO	Elaboração	Exposição: P isto é Q Exemplificação: P por exemplo Q Esclarecimento: P de fato Q	Orações relativas apositivas
	Extensão	Co-ordenação de orações: Adição (positiva e negativa): P e Q; não P nem Q Adversidade: não P mas Q Alternância: P ou Q	Hipotaxe de orações em: Adição: P além de Q Adversativa: P apesar de Q Alternância: se P não Q
	Realce	Co-ordenação de orações com traço circunstancial Tempo: P então Q; P e depois Q; primeiro P e Q Espaço: P e aqui/lá Q Modo: P e dessa maneira Q; P do mesmo modo Q Causa: P e por isso Q; P em vista disso Q Condição: P ou por outro lado Q; P caso contrário Q Concessão: P ainda Q; P assim mesmo Q	Orações circunstanciais Tempo: quando P, Q; antes que P, Q; Espaço: P onde Q Modo: P assim como Q Causa: P porque Q Condição: Se P, Q Concessão: P embora Q

Fonte: adaptado de Halliday (1985)

Como é possível observar, neste modelo, qualquer relação de sentido pode ser codificada tanto por arranjos paritários, como por arranjos hierárquicos, o que põe em questão a abordagem tradicional em termos da dicotomia coordenação X subordinação. Segundo Neves (2006, p. 238), “Embora do ponto de vista lógico-semântico se possa invocar equivalência para as duas possibilidades de construção, claramente se vê que, do ponto de vista da comunicação, obtém-se resultados diferentes”; dito de outra forma, a escolha por um ou outro tipo de combinação de orações (parataxe ou hipotaxe), na composição da textual, produz, no final, diferentes efeitos semânticos e pragmáticos.

A organização das orações em uma frase complexa, tendo em vista o grau de interdependência das orações, ou seja, em termos de parataxe e hipotaxe, também foi abordada por Matthiessen e Thompson (1988), os quais, seguindo a abordagem de Halliday (1985), defendem que a avaliação do grau de interdependência das orações em enunciados complexos não pode ser determinada somente no nível interno à frase, mas que deve integrar-se com a consideração das funções discursivas em que cada unidade básica do discurso

mantém com certa relação funcional, seja com a unidade que a precede ou com a que sucede. Para os autores, na parataxe nenhum dos membros é suporte para o outro, enquanto que, na hipotaxe ou relação núcleo-satélite, há membros que realizam os objetivos centrais do locutor, enquanto outros constituem suporte para os objetivos centrais ou realizam objetivos suplementares (1988, p. 289).

Halliday (2004, p. 369) afirma ainda que uma sequência de expansão ou projeção pode ser realizada por orações que não estão combinadas estruturalmente em uma oração complexa (não há nenhum ponto que separa as orações, ou elas são separadas somente por vírgula ou ponto-e-vírgula), mas que apresentam uma sequência coesa (orações separadas por um ponto final), como no seguinte esquema: *A aconteceu. Então B aconteceu*. Para o autor, a constatação de uma sequência coesa somente é possível se as orações relacionadas possuírem o mesmo estatuto estrutural. Nesse caso, o modo de articulação de uma sequência coesa somente pode ser feito por parataxe.

1.1.2. Neves (2006)

Neves (2006) aborda uma temática muito discutida por pesquisadores de orientação funcionalista: a articulação de orações em enunciados, tomando como base a língua em função e não apenas as estruturas dos enunciados. A autora busca definir e explicar os dois processos de formação e de conexão de enunciados utilizados na língua: a parataxe e a hipotaxe. Neste trabalho, interessam-nos, sobretudo, as noções referentes à parataxe.

Para Neves (2006), a parataxe não é apenas um eixo sistêmico que organiza informações exclusivamente sintáticas, mas ela vai além da combinação de elementos na sintaxe da língua e pode ser definida como um eixo de organização de informação textual-discursiva. Além disso, a própria escolha do falante pela forma de expressão paratática provoca consequências na organização discursiva.

Em concordância com Halliday (1985), Neves (2006) afirma que a construção justaposta é uma das formas de combinação de orações paratáticas, ou seja, de mesmo estatuto, conectadas por meio de algum tipo de relação lógico-semântica. Isto inclui construções do tipo (01), retomada do trabalho da autora, em que a ausência da marca da condicionalidade não impede que identifiquemos a estrutura que assinala a condição ou prótase e a que expressa a asserção correspondente ao conteúdo da oração que seria nuclear ou apódose. Para Neves (2006), construções desse tipo, que não apresentam a marca condicional de hipotaxe (*se*) são “construções em que, evidentemente, as duas proposições têm relevância mútua (um mínimo de hierarquização), mas não têm estatuto diferente, propriedade que, no eixo tático, caracteriza a hipotaxe” (p. 238):

(01) Fosse você, passava ela para frente.

De acordo com Neves (2006), uma combinação justaposta ou com uma conjunção aditiva na formação de uma condicional implica uma curva entonacional ascendente no primeiro membro, criando um espaço mental hipotético-factual (condição que pode ser realizada) ao invés de um espaço hipotético-eventual (condição que pode ser eventualmente realizada), em que haveria uma curva entonacional descendente, “como a que pode ser pressuposta na construção condicional canônica” (p. 238). Além disso, a escolha por enunciados sem a marca condicional de hipotaxe (*se*) revela uma condicionalidade que ganha relevo avaliativo e que, portanto, ganha carga subjetiva (cf. SCHWENTER, 1999 apud NEVES, 2006, p. 239).

Ao assumir que a ordem nas hipotáticas é mais livre e que nas paratáticas é mais fixa, Neves (2006) declara que a anteposição da condicional é pragmaticamente preferencial em qualquer arranjo sintático e que esta posição reveste a oração prótase do estatuto pragmático

de tópico, estatuto este que “abre espaço para relevantes efeitos interacionais, com ampla mobilidade no jogo das peças informativas dadas e novas” (p. 239).

Neves (2006), ao analisar os marcadores de coordenação *e/mas/ou*, que ocorrem frequentemente em início de frase e que fazem a “conjunção externa” à organização sintática da frase completa, definiu “pausa dramática” como aquela que tem um efeito no drama da linguagem: ela vai indicar um encerramento que não acontece efetivamente e um efeito dramático criado pelo acréscimo do segundo segmento ao primeiro, como é mostrado a seguir:

(02) Eu não valho nada, patrão. MAS o senhor pode contar comigo pra o que der e vier.

(03) Eu não valho nada, patrão. O senhor pode contar comigo pra o que der e vier.

A autora afirma que, nesses casos de construções interfrásicas sem o jutor, “ou se sente o segundo membro coordenado como ainda preso ao primeiro, ou se tem um enunciado estranho” (NEVES, 2006, p. 247). Ainda de acordo com Neves, em construções interfrásicas sem o elemento coordenativo, pode-se afirmar que o segundo membro irá retomar o primeiro membro de modo a reiterá-lo, explicá-lo, explicitá-lo ou particularizá-lo.

1.1.3. Hopper e Traugott (1993)

Outro estudo que considera a integração entre componentes sintático e semântico na combinação de orações é o realizado por Hopper e Traugott (1993), que priorizam o ponto de vista da gramaticalização. Os autores reconhecem três modos de articulação de orações – parataxe, hipotaxe e subordinação – que podem ser sinalizados em uma trajetória no sentido que vai da menor para a maior integração das orações, ou seja, podem ser organizados por meio de um *continuum* ou “cline” de combinação de orações.

Os parâmetros utilizados pelos autores para avaliar a articulação das orações são “dependência” e “integração”, de maneira que: (i) a parataxe caracteriza-se por uma

independência relativa, em que o elo depende somente de que a relação faça sentido e tenha relevância, mas não há encaixamento e a relação semântica evocada entre os constituintes se dá somente por inferência; esse grupo é formado por orações tradicionalmente denominadas coordenadas e justapostas; (ii) na hipotaxe tem-se uma interdependência entre núcleo e margem, mas também não há encaixamento; esse grupo é formado pelas chamadas orações adverbiais e pelas relativas apositivas; (iii) e na subordinação há uma dependência completa entre núcleo e margem, há, portanto, o encaixamento; esse grupo é formado pelas orações tradicionalmente denominadas completivas e pelas relativas restritivas. Tal proposta aponta para uma trajetória de gramaticalização unidirecional em que as orações subordinadas poderiam derivar de orações menos encaixadas, ou seja, das paratáticas e das hipotáticas. Os autores apresentam um quadro representativo que mostra o “cline” com os níveis de combinação de orações e com a respectiva combinação de traços (1993, p. 170):

Quadro 02: “Cline” de combinação de orações

PARATAXE	>	HIPOTAXE	>	SUBORDINAÇÃO
- encaixamento		- encaixamento		+ encaixamento
- dependência		+ dependência		+ dependência

Fonte: Hopper e Traugott (1993)

Esse “cline”, segundo Hopper e Traugott (1993), sinaliza os graus de combinação das orações, estando nas paratáticas as relações sintáticas mais frouxas e nas subordinadas as relações sintáticas mais integradas. Em termos de gramaticalização, nas paratáticas encontram-se as estruturas menos gramaticalizadas e nas subordinadas têm-se um estágio mais avançado da gramaticalização.

Apoiados em Lehmann (1988), Hopper e Traugott (1993) analisam o grau de integração das orações com base nos tempos e modos verbais da construção. Os autores defendem que a concordância entre tempos e modos verbais é um indício de maior integração oracional.

Ao abordarem os fatores pragmáticos que contribuem para o processo de gramaticalização, Hopper e Traugott (1993, p. 76) afirmam que a pragmática está preocupada com as crenças e com as inferências feitas pelos falantes, que dizem respeito à natureza das pressuposições e aos fins para os quais as expressões são utilizadas nos contextos de usos da linguagem. De acordo com os autores, as crenças e as inferências, que são cognitivamente universais, referem-se aos “sentidos indiretos” dos falantes, ou seja, aos sentidos que vão além do que é dito, e às interpretações dos ouvintes que enriquecem o que é dito. Interessam para os autores as inferências do tipo implicaturas que são realizadas em uma oração, ou nos constituintes de uma oração, ou entre um enunciado para o outro. Para este trabalho, que focaliza as construções justapostas, as inferências também são fundamentais.

Os autores chamam a atenção para um problema na linguística que concerne às várias relações de sentidos que uma única forma pode evidenciar. A abordagem assumida pelos autores, como a mais adequada para a perspectiva da gramaticalização, argumenta que certas formas compartilham sentidos conceitualmente relacionados, ou seja, defende que certas formas são polissêmicas. Os autores ilustram a polissemia, como efeito pragmático de implicaturas, no exemplo (04) de justaposição, que, segundo eles, trata-se de uma construção com segmentos suscetíveis de interpretação, mesmo sem qualquer marcador estrutural de coerência, simplesmente por estarem em sequência.

(04) The earthquake hit at 8 a.m. A four-car crash occurred. (p. 79)⁵

Hopper e Traugott (1993) afirmam que as relações inferidas em (04) são as de sequência temporal e a de conexão causal. A leitura causal, explicam os autores, somente será possível se as orações sequenciadas indicarem ação/evento e se elas forem interligadas em termos de conhecimento enciclopédico ou de mundo.

⁵ Tradução sugerida: O terremoto aconteceu às 08:00. Um acidente com quatro carros aconteceu.

A proposta apresentada por Hopper e Traugott (1993) é interessante para este trabalho por trazer noções que contribuem para o entendimento do processo de articulação de orações e por defender a organização destes processos de combinações em um *continuum* como meio de visualizar o grau de integração das construções. Interessa-nos, também, a noção que os autores trazem sobre inferência e polissemia: entendemos que a mobilização de inferências pode auxiliar na interpretação de uma relação justaposta e que a polissemia, como fenômeno pragmático decorrente das inferências feitas pelos interlocutores, pode representar um desafio para a classificação das relações.

1.1.4. Taboada (2009)

Taboada (2009), que adota a perspectiva da Teoria da Estrutura Retórica (RST)⁶, amplia o modelo de Halliday ao olhar para o fenômeno da junção não apenas como processo textual e coesivo (conexão que tem sua manifestação no próprio discurso), mas como relações de coerência (conexões que podem ser feitas pelo leitor/ouvinte com base no conhecimento pragmático). Considera como unidades de análise não somente a oração ou as orações complexas, mas também blocos textuais que realizam entre si conexões semânticas: “Se as proposições são construídas em blocos de discurso, então as relações discursivas são o cimento entre os blocos.” (RENKEMA, 2004, p. 108, tradução nossa)⁷.

Taboada (2009) questiona a existência de relações implícitas nas construções em que não há marcadores discursivos indicando o tipo de relação. A autora argumenta que se as pessoas conseguem interpretar com relativa facilidade diferentes tipos de relações, sem o juntor, é porque elas devem fazer uso de sinais que orientam nessa interpretação. Segundo a

⁶ Desenvolvido por Willian Mann e Sandra Thompson na década de 80, a RST é um método de análise do discurso e das relações discursivas que considera o discurso uma organização hierárquica dos segmentos de textos.

⁷ If propositions are the building blocks of discourse, then discourse relations are the cement between the blocks.

autora, há outros mecanismos de sinalização ou pistas de diferentes naturezas que ajudam na identificação da relação: semanticamente, os significados dos verbos de conteúdo podem apontar para certas relações de sentido; pragmaticamente, as implicaturas evidenciam-se como mecanismos de sinalização em virtude de estabelecerem entre as proposições relações que não estão explícitas no texto, mas que estão construídas nas mentes dos falantes. Taboada (2009) ressalta que outros indicadores de relações de sentido podem ser reconhecidos, tais como a pontuação, e que o modo de enunciação falado traz ainda novos tipos de sinalização tais como a entonação, pausas e gestos.

Para Taboada, todas as relações são sinalizadas de alguma forma, logo, em certo sentido, todas as relações são explícitas. O grande desafio para os pesquisadores, conforme a autora, está em reconhecer os sinais particulares para cada caso, para cada tipo de relação. Outro pressuposto da autora é o de que se o usuário da língua identificou um tipo de relação confiável entre duas partes distintas do discurso, deve haver algo nessas partes que o levou a relacioná-las. Taboada (2009) entende, ainda, que a composicionalidade dos gêneros pode desempenhar um papel importante no reconhecimento das relações de sentido. Assim, a autora conclui que se os tipos de relações detectadas nos textos são diferentes, é porque o gênero também é um grande mecanismo de sinalização para a interpretação dos sentidos em construções em que o juntor está ausente.

Taboada admite que, em construções onde não há qualquer marcador, a possibilidade de ambiguidade nas interpretações das relações é comum. Contudo, argumenta a autora, identificando o(s) sinal(is) mais típico(s) de cada relação de sentido, direciona-se a interpretação da construção, diminuindo as ambiguidades.

A RST é uma teoria compatível com os pressupostos e objetivos deste trabalho, que admite a existência de mecanismos interpretativos de naturezas diversas para a caracterização das construções paratáticas justapostas, posto que defendemos que a presença dos jutores,

frequentemente utilizada pelas gramáticas tradicionais como critério de distinção e classificação, é apenas uma face da construção.

1.1.5. Trabalhos empíricos sobre parataxe e justaposição

Apresentamos, nesta subseção, resenhas de trabalhos recentes de cunho textual e funcional, que se harmonizam com a teoria de Halliday e que discutem a parataxe e a justaposição de modo empírico.

Iniciamos com Béguelin (2010), que investiga as construções paratáticas justapostas em peças de teatro do francês. A autora discute a falta de consenso na definição de parataxe e refuta definições que se aplicam de maneira indiferente a todos os fenômenos de justaposição de núcleos predicativos, sem a devida consideração das relações de sentido que emergem das construções. A autora mostra que a parataxe é concebida, pela tradição⁸, como sinônimo de justaposição, por compreender um encadeamento macro-sintático ou discursivo efetuado sem a presença de marcadores de coordenação, em que o “estilo paratático” é configurado por construções morfossintaticamente independentes, que constituem expressões de si mesmas: “No plano morfossintático, a parataxe é descrita tanto como uma supressão ou elipse do juntor, como uma pura e simples ausência de ligação entre duas construções predicativas” (p. 04)⁹.

De acordo com Béguelin (2010), o conceito de parataxe assindética em termos de supressão ou elipse pressupõe que as relações entre dois núcleos predicativos são explícitas e que a parataxe apaga as marcas de coordenação com o objetivo de provocar alguns efeitos de sentido no locutor ou “dar mais força” à locução. Já a hipótese que aborda a parataxe em termos de ausência do juntor defende a parataxe como traço particular da oralidade familiar,

⁸ Larousse Lexis; Morier (1961).

⁹ Au plan morphosyntaxique, la parataxe est dès lors décrite soit comme impliquant un enchâsseur ou un ligateur zéro, soit comme pure et simple absence de lien entre deux constructions prédicatives [...]

da fala das crianças e da língua popular. Tal hipótese tem como aparato teórico Tesnière (1982 apud BÉGUELIN, 2010), para quem o uso de construções hipotáticas pelo falante revela um grau mais avançado do desenvolvimento da linguagem. A parataxe, segundo esse enfoque, é associada a um modo de construção de orações mais simples que a hipotaxe.

A autora defende que a parataxe é caracterizada como construções que estabelecem uma relação de dependência implícita, em que os núcleos predicativos, externamente idênticos entre si, estabelecem uma relação de dependência semântica particular. A autora ilustra tal afirmação com o seguinte exemplo:

(05) Je combattais vos passions, vous vous accommodez avec elle, [...] (Marivaux, *La Seconde Surprise de l'amour*, acte II, scène 4).¹⁰

Nesta ocorrência de justaposição, a relação adversativa identificada entre as duas orações é, segundo a autora, interpretada “espontaneamente” pelo interlocutor ao considerar a dependência implícita associada à parataxe, ou seja, a dependência semântica e o paralelismo sintático com a função de colocar em cena antagonismos lexicais. Essa dependência implícita, para Béguelin, pode aproximar a parataxe da hipotaxe, sobretudo quando a construção exibe uma dependência sintática, frequentemente condicionada pela presença de um índice formal nas proposições, como *elle* mostrado no exemplo, que retoma anaforicamente o primeiro período. A parataxe revela, então, conforme a autora, uma “falsa independência”.

Le Goffic (1993 apud BÉGUELIN, 2010) utiliza o termo parataxe para designar construções em que considera estar em “estados intermediários” entre a independência e a subordinação. Tal aproximação força-nos a pensar na parataxe e na hipotaxe como modos não discretos de combinação de orações, ou seja, não dicotômicos. Mesmo assim, de acordo com Béguelin (2010), não são raros os trabalhos que descrevem a parataxe como uma

¹⁰ Tradução sugerida: Eu combatia suas paixões, você acomodou-se com elas.

subordinação (ou uma coordenação) sem marcador, por vezes renomeada como hipotaxe assindética.

Com base nas configurações justapostas encontradas nas peças de teatro francês, Béguelin (2010) propõe uma tipologia de paratáticas baseada nas relações de sentido mais recorrentes. A seguir, apresentamos essa tipologia com suas respectivas estruturas e exemplos:

a) *Justaposição contrastiva*: faz uso de paralelismo sintático e de antônimos lexicais, conforme (06), ou implica contraste de modalidades, conforme (07). Segundo esta abordagem, o contraste possui naturezas diversas, podendo apresentar uma alternância de processos inversos, como em (06), interrogações alternativas, como em (07), que coloca os termos em uma incerteza, ou contraste argumentativo, conforme (08). A estrutura que representa este tipo de relação é a seguinte:

$$E(p) + E(q) \text{ onde } q = \sim p / \text{contrário de } \sim p / \text{inverso de } p \dots$$

(06) Monsieur Léo vous aime, Madame, j'en suis certaine, votre billet l'a piqué, il l'a reçu en colère, il l'a lu de même, [il a pâli, il a rougi.] (Marivaux, La Surprise de l'amour, acte III, scène 2)¹¹

(07) Où en suis-je donc, si le Chevalier n'est point jaloux; [l'est-il? ne l'est-il point?] on n'en sait rien. (Marivaux, La Seconde Surprise de l'amour, acte II, scène 6)¹²

(08) [Vous dites que vous le garderez, vous ne le ferez point] (Marivaux, Les Fausses Confidences, acte III, scène 6)¹³

¹¹ Tradução sugerida: Sr. Léo vos ama, Senhora, tenho certeza, o seu bilhete foi picado, ele o recebeu com raiva, ele o leu, [ele empalideceu, ele avermelhou.]

¹² Tradução sugerida: Onde estou, portanto, se o Cavaleiro não é o ponto de ciúmes; [É ele? Ele não é o ponto?] não sabemos nada.

¹³ Tradução sugerida: você diz que o manterá, você não o fará.

b) *Justaposição–gradação*: os segmentos articulados “crescem” em uma escala argumentativa e possuem marcas cronológicas, como é exemplificado em (09). Este tipo de justaposição inclui frequentemente mais de dois termos e possui seguinte estrutura:

$$E(p_1) + E(p_2) \dots + E(p_n) \text{ onde } p_2 > p_1, \dots p_n > p_{n-1}$$

(09) [Renverse, ravage, brûle, enfin épouse], je te le permets si tu le peux. (Marivaux, Le Jeu de l’amour et du hasard, acte II, scène 1)¹⁴

c) *Justaposição causal*: Béguelin (2010) identificou nas peças de teatro dois tipos de ordenação das justapostas causais, a ordem (i) causa-consequência e (ii) consequência-causa:

(i) A ordem causa-consequência pode também ser interpretada em termos de sucessão ou concomitância temporal:

$$E(p) + E(q), p \text{ e } q \text{ entram em uma relação de antecedência-consequência}$$

(10) [Vous m’appellez, je viens;][vous marchez, je vous suis:] (Marivaux, La Seconde Surprise de l’amour, acte I, scène 1)¹⁵

(ii) Na ordem consequência-causa o movimento discursivo é do tipo explicativo. No exemplo 11, o locutor verbaliza uma ação na primeira oração e aponta o fato a partir do qual foi desencadeada a ação na segunda oração.

$$E(p) + E(q), p \text{ e } q \text{ entram em uma relação de consequência-antecedência}$$

(11) [Je ne saurais vous répondre, je me sens un peu indisposée;] (Marivaux, La Seconde Surprise de l’amour, acte III, scène 10)¹⁶

¹⁴ Tradução sugerida: [Reverta, destrua, queime, finalmente, despose]. Eu lhe permito, se você puder.

¹⁵ Tradução sugerida: [Você me chama, eu venho;][você caminha, eu estou com você]

d) *Justaposição justificativa*: segundo Béguelin (2010), este tipo de justaposta trata também das causais, porém no nível ilocutório. As ocorrências mais frequentes nos teatros configuram-se em duas ordens: jussivo-justificativa, exemplificado em (12), e justificativa-jussivo, exemplificado em (13). Em ambos os casos, o principal propósito é o de justificar o ato imperativo realizado pela enunciação adjacente:

(12) [Retirez-vous, Lisette, vous me déplaitez, là.] (Marivaux, La Seconde Surprise de l'amour, acte II, scène 7)¹⁷

(13) Monsieur, [j'ai à vous parler d'une affaire; ne vous éloignez pas.] (Marivaux, Les Fausses Confidences, acte 1, scène 8)¹⁸

e) *Justaposição em que o segundo segmento configura-se um comentário*: de acordo com a autora, os exemplos desse tipo de justaposição, ilustrados em (14) e (15), são do tipo “ação + continuação”, em que a enunciação continuativa comenta aspectos da enunciação prévia. É possível encontrar, frequentemente, elementos anafóricos “neutros” na segunda oração (cf. JOHNSSEN, 2008 apud BÉGUELIN, 2010, p. 18). A estrutura é a seguinte:

E ação + E continuação (comentário <i>de re</i> ou <i>de dicto</i>)
--

(i) Comentário *de re*: este comentário é constituído por um anafórico resumitivo (*cela*) que retoma toda a enunciação anterior;

(14) Vous êtes tous deux aimables, [l'amour s'est mis de la partie, cela est naturel] (Marivaux, La Mère confidente, acte I, scène 1)¹⁹

¹⁶ Tradução sugerida: Eu não saberei te responder, sinto-me um pouco indisposta.

¹⁷ Tradução sugerida: Retire-se, Lisette, você me desagradou.

¹⁸ Tradução sugerida: Senhor, eu tenho que vos falar sobre um assunto, não vos afaste.

¹⁹ Tradução sugerida: Vocês dois são amáveis, [o amor é colocado em jogo, isso é natural.]

(ii) Comentário *de dicto*: este comentário especifica o ato da linguagem anteriormente realizado;

(15) (...); [ne me refusez pas, je vous en conjure]. (Marivaux, Le Jeu de l'amour et du hasard)²⁰

f) *Justaposição em que o primeiro segmento é preparatório*: neste tipo de justaposição, de acordo com Béguelin (2010), a enunciação inicial refere-se à situação de fala e/ou tematiza as condições de êxito do ato de linguagem subsequente, estabelecendo uma relação de confiança e de cooperação entre os interlocutores. As sequências apresentam basicamente estrutura abaixo:

E preparatório = chamado/apelo ou V <i>dicendi</i> + E assertivo
--

(16) [Croyez-moi, disons la vérité.] (Marivaux, Les Fausses Confidences, acte I, scène 12)²¹

(17) [Je vous le répète encore, le coeur de Dorante va bien vite;] (Marivaux, Le Jeu de l'amour et du hasard, acte II, scène 1)²²

g) *Justaposição confirmativa*: Neste tipo de justaposição, o segundo período responde em forma de eco, de maneira resumida, o conteúdo do primeiro período, produzindo um efeito de confirmação ou de insistência:

E (p) + E (q) em que q repete o núcleo verbal de p
--

(18) [tu vois bien que j'ai raison de dire qu'il faut aller doucement avec cet espritlà; tu le vois bien] (Marivaux, Les Fausses Confidences, acte III scène 1)²³

²⁰ Tradução sugerida: (...); não me recuses, eu te peço.

²¹ Tradução sugerida: Acreditem em mim, digo-vos a verdade.

²² Tradução sugerida: Vou lhes repetir novamente, o coração de Dorante bate bem rápido.

²³ Tradução sugerida: Você vê que eu estou certo em dizer que temos que ir devagar com este espírito, você vê?

Para este trabalho, adotamos parte da tipologia desenvolvida por Béguelin (2010) para as paratáticas justapostas, tais como justaposição contrastiva e justaposição causal. São relevantes para nós algumas características ou marcas dos tipos de justapostas apontadas pela autora, tais como o paralelismo estrutural e o antagonismo lexical das contrastivas, as possibilidades de ordenação das causais do tipo causa/consequência e do tipo justificativa que envolvem imperativas ou atos de fala. A noção de parataxe defendida pela autora, que admite a existência de uma dependência semântica particular entre os segmentos articulados, também é bastante significativa, sobretudo quando se refere à possibilidade da existência de dependência sintática entre as orações aproximando, na sua perspectiva, a parataxe da hipotaxe.

É relevante também, para esta pesquisa, o trabalho desenvolvido por La Fauci (2010), que busca esclarecer alguns paradoxos envolvendo as noções de parataxe e de hipotaxe, bem como desmistificar a rigidez da oposição parataxe e hipotaxe, que caracteriza a tradição gramatical.

Para La Fauci (2010), a parataxe é um processo de composição de orações complexas em que, por meio de uma valorização sintática “pôr ao lado” (adotando uma metáfora espacial), formam-se termos de uma relação paritária, em oposição à hipotaxe em que se criam termos de uma relação hierárquica.

O autor contesta propostas que admitem simplicidade à parataxe e complexidade à hipotaxe. O autor assume que a parataxe, e não a hipotaxe, tem uma linearidade rígida que recupera a linearidade temporal dos eventos do mundo. Para o autor, a parataxe obedece à ordem intrínseca da manifestação linguística, submetida à “tirania do tempo”, enquanto que a hipotaxe “joga a carta da hierarquia” e reivindica uma margem, ainda que pequena, de escolha e de liberdade quanto ao posicionamento de suas orações. La Fauci conclui que a parataxe é menos livre que a hipotaxe e que ela está mais sujeita a restrições do que a hipotaxe:

O estudo da parataxe (e de sua natureza em relação à hipotaxe) não requer um modelo de sintaxe simples [...] Ele requer uma noção de língua mais adequada à natureza do processo de composição de orações, pois (é banal lembrar isso) *quanto menos evidente for um processo, mais difícil será sua determinação*. E a composição paratática é menos evidente que a construção em hipotaxe, o que faz com que a linguística, quanto à parataxe, tenha de considerar os falantes, o seu trabalho de conceitualização, frequentemente obscuro, e a complexidade subjacente ao que eles fazem. (2010, p. 104, tradução nossa)²⁴

A simplicidade aparente da parataxe pode ser exemplificada, para o autor, por meio de uma paratática justaposta do tipo *Veni. Vidi. Vici.* (Vim. Vi. Venci) - famosa construção latina proferida por Júlio César –, dado que evidencia uma ideia suficientemente articulada e, ainda, com descrição de suas passagens. Com isso, o autor afirma que é ingenuidade acreditar que o contraste entre parataxe e hipotaxe consiste em um contraste entre menos ou mais sintaxe e entre uma sintaxe menos ou mais rica, mas, ao contrário, diz respeito à sintaxe mais explícita, referindo-se à hipotaxe, e uma sintaxe mais implícita, referindo-se à parataxe. Para o autor, o fato de a composição paratática ser menos evidente que a composição hipotática faz com sua determinação seja mais dificultosa, portanto, mais complexa do que a hipotática, mas não impossível de interpretação, assim como postulou Taboada (2009). Além disso, conforme La Fauci (2010, p. 106), o implícito da paratática faz com que o interlocutor colabore ativamente na interpretação da relação:

Em relação ao explícito da hipotaxe, no caso de parataxe, o locutor elabora um implícito semântico e formal que pede sempre a colaboração ativa do interlocutor. A partir dos indícios colocados a sua disposição, este último reconstrói uma relação pessoal entre uma interpretação e uma forma. Nesse

²⁴ L'étude de La parataxe (et de sa nature par rapport à l'hypotaxe) ne demande pas un modèle de syntaxe simple [...] Elle demande une idée de langue plus adéquate à la nature de processus des phénomènes à étudier, car (il est banal de le rappeler) *moins un processus est évident, plus sa détermination est difficile*. Et la composition en parataxe a moins d'évidence que la composition en hypotaxe, ce qui comporte que la linguistique, au sujet de la parataxe, doit rendre justice aux locuteurs, à leur travail de conceptualisation souvent obscur et à la complexité sous-jacente de ce qu'ils font.

momento, o que elaboramos é fruto de nossa experiência fixada em nossa memória [...].(tradução nossa)²⁵

La Fauci (2010) acredita que a projeção de uma construção complexa em um eixo de um *continuum* não é a maneira mais apropriada para apreendermos a verdadeira natureza dessas composições, já que ao inserirmos uma determinada construção sobre uma linha contínua, entendemos que em suas extremidades há dois modos de articulação de orações prototípicos: a parataxe perfeita e a hipotaxe perfeita, dicotomizando-as e, ao mesmo tempo, afirmando a existência de estado de pureza dessas construções. Para o autor, não há a possibilidade de uma sistematização precisa sobre o lugar da parataxe e da hipotaxe, pois elas podem apresentar traços comuns. La Fauci (2010) complementa tal hipótese citando Torterat (2000), para quem não existem falsas coordenações ou falsas subordinações, mas, ao contrário, existem ambas ao mesmo tempo.

O que extraímos do trabalho de La Fauci (2010), como relevante para esta investigação, diz respeito à consideração da parataxe como modo de combinação de oração mais complexo que a hipotaxe, não pelo fato de seguir uma ordem rígida das orações, já que a depender o tipo de relação há a possibilidade de inversão da ordem das orações, mas pela mobilização de pistas diversas para sua interpretação, solicitando do interlocutor uma colaboração mais ativa na comunicação.

Numa linha de investigação similar, Paiva e Braga (2010) analisaram as sequências justapostas e as sequências coordenadas com *e* suscetíveis de interpretação causal no nível referencial²⁶, no português brasileiro (PB) falado do Rio de Janeiro entre 1980 e 1984, com

²⁵ Par rapport à l'explicite de l'hypotaxe, dans le cas de la parataxe le locuteur élabore un implicite sémantique et formel qui appelle toujours la collaboration active de l'interlocuteur. A partir des indices mis à sa disposition, celui-ci reconstruit un rapport personnel entre une interprétation et une forme. Or, ce qu'on élabore, ce qui est le fruit précieux et pénible de notre expérience et de notre labeur se fixe dans notre mémoire [...].

²⁶ Segundo Sweetser (1990, apud PAIVA; BRAGA, 2010), nas paratáticas justapostas, como também naquelas marcadas morfologicamente com *juntor*, a relação causal pode ser interpretada tendo em vista três domínios ou níveis distintos, são eles: (i) domínio de conteúdo ou referencial, (ii) domínio epistêmico e (iii) domínios dos atos de fala. De acordo com Neves, Braga e Dall'Aglio-Hattner (2008, p. 949), no *domínio do conteúdo*, a interpretação da causalidade deriva de estados de coisas que estão relacionados por uma causalidade em um

intuito de mostrar que a escolha do falante entre essas duas formas de expressão, aparentemente equivalentes, apresenta consequências na organização do discurso.

Ao analisarem a relação causal no nível referencial - causa concreta em que há implicações - Paiva e Braga (2010) afirmam que a causalidade apresenta-se com uma constituição estrutural essencialmente binária e que ela exerce um papel bastante relevante tanto para o estabelecimento da coesão e coerência discursiva, quanto na expressão da subjetividade. No entanto, para as autoras, a definição do conceito de causalidade, sobretudo com relação as suas fronteiras com outras relações semânticas próximas (tempo, razão, justificativa, finalidade, condição, concessão), não são claras.

As autoras, que discutem a justaposição e a coordenação como duas formas de parataxe, assumem, em concordância com Halliday (1985), que a parataxe estabelece uma ligação entre duas unidades com mesmo estatuto, simétricas, autônomas e com uma sequencialidade que cumpre um papel fundamental. Como parâmetros caracterizadores das paratáticas em questão, as autoras utilizam: ordem da sentença, nível hierárquico e simetria morfossintática.

Paiva e Braga (2010, p. 328) sustentam a *natureza mais integrativa*²⁷ das construções paratáticas justapostas. Essa integração mais estreita das justapostas, de acordo com as autoras, é decorrente da associação de uma simetria mais clara, ou seja, de uma combinação de traços pertencentes a diferentes níveis (morfossintático e semântico) e da possibilidade de superposição entre causa e efeito, em que a relação dos eventos é quase que simultânea. Isso acaba por configurar, nas justapostas, um contexto de *continuidade máxima* (continuidade temporal, referencial e de ação) em que a sequência paratática evidencia o evento em sua

mundo qualquer (em um mundo real/físico), em outras palavras, a causalidade é uma ação concreta realizável no mundo; no *domínio epistêmico* a relação causal é estabelecida entre uma conclusão ou crença, por um lado, e as suas “causas” ou motivação, por outro lado, em que um fato real justifica não outro fato real, mas sim uma expectativa; no *domínio dos atos de fala*, a oração construída por um ato de fala associa-se a outra oração que oferece a “causa” daquele ato de fala e que, por esta razão, traz uma “explicação”.

²⁷ La nature intégrative des énoncés juxtaposés .

totalidade e não em suas partes constituintes. As sequências justapostas são mais integrativas, assim, segundo as autoras, por apresentarem um status de unidades, em que cada complexo paratático pode ser interpretado como um único evento. Para as autoras, essas particularidades das justaposições têm consequências diretas em duas dimensões discursivas (p. 329): “No nível da conexão, na medida em que esses procedimentos acionam relações funcionais entre as frases; no nível da coesão, por sua propensão em assegurar a solidariedade referencial, temporal e acional” (tradução nossa) ²⁸.

Paiva e Braga (2010, p. 318) explicam que a interpretação causal, tanto em coordenadas com *e* quanto em justapostas, repousa, em grande parte, na sucessão temporal entre os eventos apresentados: “se um evento X precede um evento Y, X pode ser a causa de Y”. As autoras reconhecem que, no plano linguístico, a sucessão temporal dos eventos pode ser traduzida pela ordem das proposições, isto é, a proposição causa precede a proposição efeito. Sendo assim, uma possível inversão da ordem das proposições pode acarretar um nexo de causalidade menos transparente, mas não inválido. Isto significa que, embora no nível da representação cognitiva a organização das proposições seja pautada pelas relações icônicas, no nível linguístico tal tendência deve ser relativizada, pois é possível que no discurso haja sequências em que o efeito preceda a causa, como no exemplo (19), extraído do trabalho das autoras. Elas ainda destacam o fato de que a violação do princípio de iconicidade está mais associado com a justaposição do que com enunciados articulados com *e*.

(19) Mas, Ø surpreendeu, Ø ganhou do Flamengo. (efeito/causa) (p. 319)

²⁸ Au niveau de la connexion, dans la mesure où ce procédé met en oeuvre des rapports fonctionnels entre les phrases; au niveau de la cohésion, par leur aptitude à assurer la solidarité référentielle, temporelle et actionnelle.

As autoras alegam que “[...] a sucessão temporal é, supostamente, uma condição necessária, mas não é condição suficiente para a interpretação causal” (tradução nossa)²⁹ (p. 320), uma vez que é possível que se tenha uma declaração temporal sem que se tenha, no entanto, leitura causal. Paiva e Braga (2010) defendem, assim como Hopper e Traugott (1993), que a causalidade, na verdade, excede a sequencialidade temporal, já que ela depende da plausibilidade dos eventos discursivos, não operando fora das relações discursivas e das intenções do locutor: “o elo da causalidade emerge mais de aspectos sociais e cognitivos do que de aspectos lógicos” (MEYER, 2000 apud PAIVA; BRAGA, 2010).

Outro ponto levantado por Paiva e Braga (2010), quanto às características das construções justapostas causais, refere-se ao partilhamento de tempos e modos verbais, mais precisamente à tendência de se colocar em relevo o traço realizado nas sequências justapostas, reforçada pela presença do verbo tipo pontual na oração efeito. Contudo, ressaltam que essa identidade temporal não se trata de um aspecto categórico. Além disso, as autoras chamam a atenção para o fato de que, quando as duas proposições de sequências justapostas estão no tempo presente, ocorre um enfraquecimento do nexo de causalidade, ocasionando uma interpretação causal menos transparente e sugerindo uma interpretação condicional, como, por exemplo, em (20), abaixo, também extraído das autoras:

(20) Aumenta a gasolina, aumenta tudo. (p. 324)

As autoras também analisaram as paratáticas causais de conteúdo quanto à correferência dos sujeitos e chegaram à conclusão de que as “justapostas são mais propensas à correferência do que as sequências coordenadas”, tendo em vista o trabalho de Raible (2001, apud PAIVA; BRAGA, 2010), para quem a continuidade referencial consiste em um dos pilares da junção.

²⁹ [...] la succession temporelle est censée être une condition nécessaire, elle n’est pas pour autant une condition suffisante pour l’interprétation causale.

Há várias questões em Paiva e Braga (2010) que são relevantes para nossa investigação, sobretudo com relação aos parâmetros de análise adotados pelas autoras, os quais também são válidos aos nossos propósitos, especialmente a ordem das sentenças e a simetria morfossintática avaliada em termos de correlação modo/tempo e de partilhamento de sujeitos. Tal como Hopper e Traugott (1993), as autoras defendem que a concordância entre tempos e modos verbais é um indício de maior integração oracional. Consideramos, assim, importante a discussão, levantada pelas autoras, acerca da natureza mais integrativa das paratáticas justapostas que interpreta cada oração como um único evento.

Aproximamos-nos também do trabalho de Pekarek Doehler et al. (2010) que analisaram o mecanismo de ligação das construções paratáticas justapostas a partir das paratáticas que veiculam contraste, em um *corpus* de vinte horas de entrevista semidiretiva. Os participantes das entrevistas discutem com os entrevistadores o tema da aquisição de linguagem e o bilinguismo, utilizando um tom relativamente informal. Para os autores, é no estudo da linguagem em seu “habitat natural” que novos conhecimentos sobre o fenômeno da parataxe são proporcionados.

Nessa investigação, Pekarek Doehler et al. (2010) concentram-se em dois pontos especiais: (i) as bases de ligação entre os constituintes de uma configuração paratática; e (ii) as formas de realização recorrentes das configurações paratáticas na interação. Pekarek Doehler et al. (2010) buscam, assim, examinar os fatores que contribuem para formatar a ligação entre as construções predicativas articuladas de modo paratático e analisar o que faz com que duas orações justapostas na sequência falada sejam interpretadas, tanto pelos pesquisadores quanto pelos interlocutores, como uma sequência paratática contrastiva.

Os autores entendem a relação contrastiva não apenas como uma operação lógico-semântica entre duas construções predicativas conectadas parataticamente, conforme Béguelin (2010), mas como uma atividade realizada por um ou mais locutores, em que as estruturas

sintáticas intervêm como recursos permitindo a criação de um contraste. Segundo os autores, uma relação de contraste configurada por meio de justaposição, como é exemplificado em (21), é reconhecida devido a uma série de meios sintáticos, léxico-semânticos e prosódicos que dispõem de paralelismos e os relacionam para a criação de sentido. No plano sintático, observa-se um paralelismo estrutural (a estrutura de termos coordenados entre si é idêntica) em que as propriedades léxico-semânticas das orações produzem leitura contrastiva por meio do antagonismo semântico (relações de oposições) ou por meio da presença e da ausência de negação, como é possível observar em (21), em que a leitura contrastiva é estabelecida pelo antagonismo semântico de *jamais/toujours* (nunca/sempre) e de *au-dessus/dans* (acima/na), na primeira configuração paratática, e por *maîtrise/habite* (dominamos/vivemos), na segunda configuração, e pela presença e ausência de negação exibidas em ambas configurações. Já no plano prosódico, os autores reconhecem que, em uma construção contrastiva, o primeiro constituinte dispõe de um contorno entoacional ascendente continuativo, assim como o segundo constituinte, que é mais marcado e dinâmico, acarretando em um novo paralelismo.

(21) or on (n') est jamais au-dessus de la langue on est toujours dans la langue ((aspiration)) on ne la maîtrise pas on l'habite/ (corpus FNRS A)³⁰

A parataxe é definida pelos autores como “sequência assindética de pelo menos duas construções predicativas cuja ligação não é explicitamente expressa por marca segmental de subordinação ou de coordenação” (2010, p. 387). De acordo com Pekarek Doehler et al. (2010), as configurações paratáticas apresentam-se sob formas mais complexas que os pares de construções predicativas frequentemente documentadas na literatura, compatibilizando com La Fauci (2010), uma vez que elas podem se “encaixar” em configurações sintáticas maiores. De acordo com os autores, a ligação paratática não se configura apenas em função de

³⁰ Tradução sugerida: [...] porém nós não estamos jamais acima da língua nós estamos sempre na língua ((aspiração)) nós não a dominamos nós a vivemos/

propriedades morfossintáticas, semânticas, lexicais e prosódicas, mas ela pode estar prefigurada pelo discurso precedente tanto nos níveis acional e conceitual³¹, quanto no nível sintático. A configuração paratática, dessa forma, não deve ser interpretada isoladamente ou descontextualizada, pois ela ocorre em pontos do discurso em que podem ser explorados esquemas anteriormente produzidos. Além disso, a parataxe pode se calcar sobre um esquema semântico-pragmático utilizado por uma hipotaxe precedente, isso não significa, no entanto, que a ocorrência de uma hipotaxe determina a forma da parataxe seguinte. No exemplo (22), os autores analisam a ocorrência em (21), em seu contexto discursivo ampliado:

(22) corpus FNRS A

R : oui oui moi il me semble qu'on apprend pas assez les langues à l'école parce que il y a ce mythe de perfectionnisme

Q : mhm [mhm]

R : [hein on dit il faut il faut que nos ((aspiration)) il faut que les enfants eu:h. eu:h soient conduits à une maîtrise de la langue/ or maîtrise c'est déjà un mot tout-à-fait faux/=

B : =et utopique

R : il est faux/

Q : mhm

R : parce que ce i- i- il veut il donne une image il donne l'image qu'on est nous. qu'on se place au-dessus de la langue **or on (n') est jamais au-dessus de la langue on est toujours dans la langue ((aspiration)) on ne la maîtrise pas. on l'habite/. hein**³²

Tendo em vista a análise do contexto de enunciação do exemplo (22), Pekarek Doehler et al. (2010, p. 395) afirmam que, desde a primeira linha, o locutor R se coloca

³¹ Analisando a relação de contraste em contexto maior que o nível da oração, Pekarek Doehler et al. (2010) entendem que a ligação entre os constituintes das configurações paratáticas é assegurada tanto no *nível acional*, ou seja, pela atividade em si do estabelecimento da relação de contraste pelo locutor, quanto no *nível conceitual*, ou seja, pela mobilização de conceitos opostos.

³² Tradução sugerida: R: sim a mim me parece que não se aprende o suficiente as línguas na escola porque há esse mito de perfeccionismo
Q: mhm [mhm]
R: [hein dizem que é necessário que nós ((aspiração)) é necessário que as crianças:ças eu:h eu:h sejam conduzidas a um domínio da língua/ porém domínio já é uma palavra de fato falsa/=
B: =e utópica
R: ela é falsa
Q: mhm
R: porque isso qu-qu-quer dá uma imagem que somos nós. Que nos colocamos acima da língua, porém nós não estamos jamais acima da língua nós estamos sempre na língua ((aspiração)) nós não a dominamos nós a vivemos/. hien

contrário àquilo que é apresentado como ideologia dominante do ensino de língua na escola, ou seja, à primazia por um domínio perfeito da segunda língua. R caracteriza o termo *maîtrise* (domínio) como *faux* (falso), evocando implicitamente uma oposição entre aquilo que é falso e aquilo que é verdadeiro, correto. O locutor, assim, reconhece um contraste categorial do tipo *falso X correto*, iniciando a produção de contraste. B toma a fala e formula uma continuação do turno precedente, acrescentando *et utopique* (e utópico) à fala de R, mas, este rejeita essa proposição ao reafirmar que *Il est faux* (ela é falsa). Esse momento de desacordo ocasiona uma atividade de explicação de R, acentuado por um *parce que* (porque), que culmina no contraste evidenciado em (21). A partir dessa análise, Pekarek Doehler et al. (2010) concluem que os falantes não produzem construções paratáticas em qualquer momento, mas em pontos do discurso onde elas podem ser exploradas por meio de esquemas anteriormente produzidos.

A complexidade da estrutura paratática também está ligada à ideia de *projeção* apresentada pelos autores, os quais alegam que é por meio desse mecanismo que os interlocutores também conseguem interpretar um enunciado complexo sem um marcador morfossintático explícito. A projeção, de acordo com Hayashi (2004, apud PEKAREK DOEHLER et al. 2010, p. 403), “refere-se à característica da conduta humana que pressupõe possíveis trajetórias de como uma ação (ou uma sequência de ações) pode desenvolver-se no momento seguinte [...]”³³. Os autores destacam que o conceito de projeção está relacionado ao de sequencialidade, isto é, à noção de que a interação se expande articulando momentos de ações precedentes e posteriores e ainda projetando possíveis ações sucessivas:

O começo desses enunciados projeta um esquema construcional, de modo que um interlocutor possa não somente distinguir pontos de incompletude possíveis, como também prever a forma futura do discurso ou até mesmo

³³ projection refers to the feature of human conduct that prefigures possible trajectories of how an action (or a sequence of actions) might develop in the next moment [...]

completar antecipadamente [...] a configuração sintática possível. (2010, p. 404, tradução nossa)³⁴

Consideramos de grande valia para este trabalho os padrões sintáticos e léxico-semânticos adotados pelos autores para a interpretação de contraste em uma construção com *juntor ausente*. O padrão prosódico, no entanto, não foi considerado na análise dos dados desta pesquisa. É relevante também o argumento defendido por Pekarek Doehler et al. (2010) de que a ligação paratática não é configurada somente pelas propriedades morfossintáticas, semânticas e lexicais, mas que ela pode estar prefigurada pelo discurso precedente e pode ser identificada por meio das projeções semântico-pragmáticas. Tais aspectos linguísticos podem auxiliar na codificação das relações paratáticas justapostas e, portanto, podem ser consideradas parâmetros para análise dos dados.

Outro trabalho que contribuiu com nossa reflexão foi o de Hirata-Vale (2008), que analisou o uso de construções paratáticas justapostas, coordenadas disjuntivas e aditivas com valor condicional, ou seja, orações que apresentam estruturas diferentes da canônica *se p então q*. O objetivo da autora foi mostrar que diferentes fatores linguísticos e extra-linguísticos favorecem uma interpretação condicional em construções onde não há conjunção condicional. De modo geral, a autora defende que as construções paratáticas se prestam a um uso argumentativo quando expressam o valor condicional. As ocorrências analisadas por ela foram retiradas de peças de teatro, novelas, romances, manuais técnicos, editoriais jornalísticos dos últimos cinquenta anos. A concepção adotada pela autora em relação ao processo de articulação de orações difere-se daquela apresentada nos estudos tradicionais, em que há uma divisão discreta entre coordenação e subordinação, e aproxima-se da perspectiva

³⁴ Le début de tels énoncés projette un schéma constructionnel, si bien qu'un interlocuteur peut non seulement repérer des points de complétude possibles, prédire au discours sa forme future, voire aller jusqu'à compléter de manière anticipatoire [...] la configuration syntaxique possible.

de base funcionalista que estabelece a existência de um *continuum* da parataxe à subordinação.

Hirata-Vale (2008, p. 214) afirma que a ordem de ocorrência da prótase e da apódose é considerada definidora de um complexo condicional. Baseada em Haiman (1983, 1986 apud HIRATA-VALE, 2008), a autora destaca o fato de haver uma identidade estrutural entre as condicionais e as paratáticas em virtude de também identificar nas paratáticas uma ordem linear entre o evento antecedente e o evento consequente (orações estruturadas tendo em vista a ordem que ocorrem os eventos no mundo). As paratáticas são formadas, assim, por um vínculo causal, o qual, conforme a autora, é o mesmo vínculo estabelecido nas condicionais e que leva, por sua vez, a uma ordenação icônica das orações paratáticas que vai da causa para a consequência, como em (23), retirado do trabalho da autora. Para Hirata-Vale (2008), a consequência deve ser entendida não apenas em um nível semântico (significando a relação de causa/efeito), mas também em um nível pragmático, uma vez que pode apreender entre as orações uma relação de relevância.

- (23) Bom, prá encurtá, o advogado ficô com oitenta conto. Pro pobre sobraram cento e vinte. Agora, ocê pode fazê a conta: cento e vinte conto pra vive e pagá remédio... Num durou nem ano e pouco. Chi! O coitado ficou num desespero. A filha largô dele, foi morá com um garcom!... A mulher, coitada, já estava mesmo que não podia... morreu faz poucos mês... Mas ele foi se acostumando. Hoje tá que nem liga.
- É sim; baixô a desgraça, primeira coisa que some é a vergonha! (AS-LD)

De acordo com a autora, na construção em destaque, a oração prótase (*baixô a desgraça*) é a causa para o evento que se dá na oração apódose (*primeira que some é a vergonha*), isto é, o falante argumenta que sempre que a desgraça chega, some a vergonha. Hirata-Vale (2008) acredita que em construções como a apresentada a ordem das orações é iconicamente motivada, isto é, que não existe a possibilidade de comutação e que, por essa razão, a oração prótase de uma construção paratática condicional funciona como tópico -

“dados que constituem a moldura para o discurso seguinte (HAIMAN, 1978 apud HIRATA-VALE, 2008, p. 215).

De acordo com Hirata-Vale (2008), as construções paratáticas justapostas podem receber uma interpretação condicional quando são consideradas atos de fala que expressam ordens, ameaças, promessas, situações habituais ou genéricas, podendo se tornar, ao longo do tempo, expressões proverbiais, como ilustram as ocorrências (24), (25) e (26); tais construções podem também ser usadas como estratégias de indução ou de intimidação por parte do falante, a fim de atingirem seus propósitos comunicativos. Além disso, a autora salienta, tomando como base Auwera (1986, apud HIRATA-VALE, 2008, p. 218), que, em uma construção onde não há a conjunção condicional, faz-se necessário que se leve em conta o sentido construcional da ocorrência, ou seja, é preciso que se considere a construção como um único ato de fala condicional.

- (24) Pedro Mico: Olha, mulher que estiver com Pedro Mico ninguém chama disto não. Nem que ela tenha passado em revista todo o Corpo dos Fuzileiros Navais. Nem que tenha sido do Mangue no tempo do cincão. Pendurou no meu braço é moça donzela de novo. (PM-LD) – *situação habitual*
- (25) Helena: O que foi que você disse ?
 Joaquim: Não chove, não pode haver café.
 Helena: Hoje, tudo está ficando diferente ! Não compreendo mais nada. De primeiro, tempo de chuva era tempo de chuva.
 Joaquim: Não há mais café como antigamente. (MO-LD) – *situação genérica*
- (26) Clóvis: Que não o que. Vamos ganhar. E assim tiramos a garganta dele.
 Dona Marta: Marido contra mulher não adianta.
 Tônico: Adianta, sim. No jogo temos economia separada. Perdeu, pagou. Se não tem dinheiro, compro as ações dela. Ela tem mais ações na Santa Marta que eu. (SM-LD) – *“quase proverbial”*

Defendemos em nosso trabalho que a ordenação das orações justapostas nem sempre segue a ordem dos eventos no mundo, ou seja, nem sempre é rígida, pois há relações semânticas, como as causais do tipo referencial, em que a inversão não implica opacidade na interpretação. Contudo, acreditamos que o vínculo causal das construções paratáticas condicionais, discutido por Hirata-Vale (2008), bem como os tipos de condicionais – as que

expressam ordem, ameaça, promessa, situação habitual ou genérica – são fortes indícios na caracterização de uma relação justaposta com valor de condição.

Igualmente interessante a esta pesquisa são as discussões conduzidas por Traugott e König (1991). Em uma investigação dos processos semântico-pragmáticos envolvidos nos estágios iniciais de gramaticalização, especificamente no desenvolvimento de itens lexicais em clíticos, auxiliares e conectivos, os autores discutem a noção de inferência e defendem que o desenvolvimento de conectivos causais, concessivos e marcadores de preferência envolve inferência do tipo reforço de informatividade. O princípio de informatividade ou relevância, segundo os autores, orienta os falantes no sentido de obter maior clareza e especificidade do enunciado; e os ouvintes, na seleção da interpretação mais informativa ou relevante.

Segundo Traugott e König (1991), assim como Hopper e Traugott (1993), Taboada (2009) e Paiva e Braga (2010), a interpretação de uma relação causal, em construções paratáticas onde os juntores não estão explícitos, pode ser sustentada por meio de inferências conversacionais, ou seja, o interlocutor tem a capacidade de mobilizar seu conhecimento pragmático, a partir do material linguístico disponível, a fim de preencher o ato comunicativo, construindo, assim, o sentido.

Ao discutirem sobre a “causa inferida”, os pesquisadores defendem que as inferências conversacionais habilitam as noções de causa a partir de fatos temporais e que, por meio deles, podem surgir as polissemias tempo-causa. A fim de evidenciar o fortalecimento de informatividade, os autores apresentam nos exemplos (27), (28) e (29) um caso de gramaticalização da conjunção *since*, do inglês, envolvendo a polissemia entre os sentidos temporal e causal:

(27) I have done quite a bit of writing *since* we last met. (temporal)³⁵

³⁵ Tradução sugerida: Eu deixei de escrever desde o nosso último encontro. (temporal)

(28) *Since* Susan left him, John has been very miserable. (temporal/causal)³⁶

(29) *Since* you are not coming with me, I will have to go alone. (causal)³⁷

Os autores apontam que, em (27), a leitura de *since* é tipicamente temporal, referencial; já em (29), *since* possui uma interpretação tipicamente causal, com o sentido convencionalizado; em (28), por sua vez, *since* permite duas leituras, apresentando sentidos obscurecidos ou ambíguos: uma convencional (temporal) e outra conversacional (causal). Para esse tipo de polissemia, os autores defendem que a leitura tipicamente causal ocorre quando a construção refere-se a um evento não-passado ou a um estado.

Segundo Traugott e König (1991), em uma construção contrastiva tanto as adversativas, quanto as concessivas conferem superioridade ao conteúdo de uma das orações, referindo-se à noção de “preferência”: nas construções adversativas, as orações encabeçadas pelo *but* (mas) são consideradas as mais relevantes, em contrapartida, nas construções concessivas, as orações encabeçadas pelo *although* (embora) são reconhecidas como as menos relevantes na construção. Outra diferença entre adversativas e concessivas, ressaltada pelos autores, refere-se à marca da temporalidade nas construções que pode estar presente na derivação dos sentidos: enquanto que nas adversativas encontramos uma concomitância temporal, nas concessivas a simultaneidade pode ser quebrada.

Embora a abordagem de Traugott e König (1991) traga uma perspectiva diferente, a da mudança, em relação às anteriormente analisadas, mostra relevância para este trabalho por trazer as noções de inferência e de ambiguidade, as quais são importantes na interpretação das construções justapostas, e por discorrer sobre pontos oportunos acerca das relações causal e contrastiva.

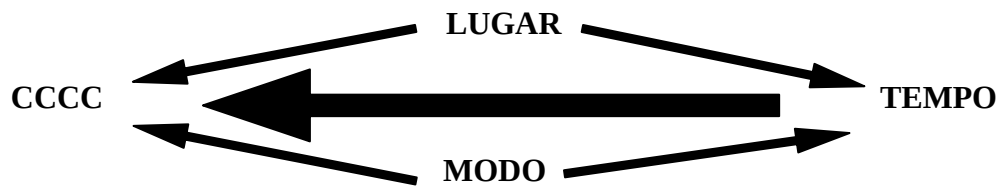
³⁶Tradução sugerida: Desde que Susan o deixou, John foi muito infeliz. (temporal/causal)

³⁷ Tradução sugerida: Já que você não vem comigo, vou ter de ir sozinho. (causal)

Por fim, destacamos Kortmann (1997) que também trata de noções pertinentes a esta pesquisa, ainda que seu principal foco de trabalho seja a gramaticalização de juntores. Kortmann (1997), ao sistematizar um conjunto de mudanças envolvendo os subordinadores adverbiais, propõe um estudo tipológico sobre gramaticalização de juntores adverbiais em línguas europeias. Das discussões de Kortmann, interessa para nós a proposta dos quatro sistemas semântico-cognitivos que relacionam-se, estabelecendo parentescos semânticos e padrões de polissemia. Os quatro grandes domínios são: Tempo (simultaneidade, anterioridade, posterioridade, contingência, etc.), Modo (modo, comparação, meio, proporção, etc.), Lugar e CCCC (causa, condição, contraste, concessão). Segundo Kortmann (1997), a mudança semântica é fortemente direcional e as relações polissêmicas entre os domínios semânticos é que condicionam as mudanças, direcionando-as a um aumento de complexidade de relações cognitivas.

O autor afirma que entre as relações semânticas há afinidades maiores e menores, como é sinalizado no Esquema 01 elaborado pelo autor. Tempo pode ser identificado tanto como uma relação básica ou primitiva, quanto como uma relação complexa ou derivada. Em outras palavras, Tempo pode ser tanto ponto de partida ou fonte para sentidos conjuncionais (CCCC), como também ponto de chegada ou alvo para as relações de Lugar e Modo. O esquema abaixo mostra também os diferentes graus de afinidades semânticas envolvendo Tempo: as relações semânticas de Lugar e Modo podem derivar uma relação temporal, mas o contrário não é válido – não há setas saindo de Tempo em direção a Lugar e Modo; em relação à largura da seta em direção à CCCC, observamos que, em virtude de exibir a seta mais larga, Tempo possui maior afinidade semântica com as relações de CCCC, do que com qualquer outro tipo de relação.

Esquema 01: Macroestrutura do universo semântico das relações oracionais



Fonte: Kortmann (1997)

Segundo Kortmann (1997), as relações de parentesco semântico ajudam a compreender padrões recorrentes de polissemia e ambiguidades pragmáticas, nas perspectivas sincrônicas e diacrônicas. As polissemias, bem como as mudanças semânticas envolvendo juntores podem ser analisadas como resultado de inferências pragmáticas, tal como descritas por Hopper e Traugott (1993), que possibilitam tanto a criação de sentidos convencionalizados, como a permanência de sentidos polissêmicos em determinados contextos linguísticos.

Com base em sua pesquisa, Kortmann confirmou a “universalidade da relação Temporal” defendida por Lühr (1989 apud KORTMANN, 1997), uma vez que Tempo, como se observa no esquema acima, tem a capacidade de alimentar outras relações semânticas como Tempo > Causa, Tempo > Contraste. No entanto, a trajetória do desenvolvimento semântico-cognitivo nesses casos não é realizada pelo mesmo tipo de relação temporal, pois o tipo de Tempo que mantém afinidade semântica com Causa é preferencialmente a anterioridade, já o tipo de Tempo que mantém afinidade semântica com o Contraste é preferencialmente a simultaneidade durativa e com a Condição é a simultaneidade com sobreposição. O autor destaca ainda que as relações temporais mostram grau baixo de informatividade, diferentemente das relações CCCC que caracterizam-se como relações cujas leituras necessitam de maior grau de informatividade, sobretudo a concessão, que é considerada a relação mais complexa de todas as CCCC.

Da abordagem de Kortmann (1997), o que contribui para a análise da parataxe diz respeito à reflexão sobre polissemia semântica/pragmática. É relevante para este trabalho apreender as relações de parentesco semântico a fim de que as possíveis ambiguidades possam ser reconhecidas e operacionalizadas.

1.1.6. Conclusões sobre a noção de parataxe

Com o objetivo de buscar um refinamento do conceito de parataxe, mais especificamente das construções paratáticas justapostas, evidenciando os mecanismos interpretativos que estão em jogo na ausência do juncor, a presente seção apresentou um aparato teórico com trabalhos linguísticos de base funcionalista que defendem uma visão multidimensional, em que sintaxe, semântica e texto são mobilizados para a explicação do fenômeno.

A teoria funcionalista adotada como base do trabalho é a sistêmico-funcional de Halliday (1985) que define a parataxe, ou relação paritária, como modo de combinação de orações independentes, de mesmo estatuto e interligadas por meio de algum tipo de relação lógico-semântica. Neves (2006) e Paiva e Braga (2010), em seus trabalhos, adotam a concepção de parataxe formulada por Halliday (1985), sobretudo quanto ao estatuto das orações. As autoras, todavia, ampliam a visão de Halliday (1985): Neves (2006) afirma que a parataxe vai além da combinação lógico-semântica da língua, podendo ser definida como eixo de organização de informação textual-discursiva; Paiva e Braga (2010) defendem que a mobilização de esquemas de representação de mundo (processo de informação inferencial) também constrói o elo de sentido que une as orações paratáticas; o elo de sentido, nesta perspectiva, é o discursivo-pragmático.

As posições de Hopper e Traugott (1993) e de Béguelin (2010) também convergem com aquela de Halliday (1985) no que diz respeito à presença de uma relação lógico-

semântica entre os segmentos interligados. Segundo Hopper e Traugott (1993), a parataxe é caracterizada por uma independência relativa, pois o elo somente irá existir se a relação fizer sentido e se tiver relevância. De acordo com Béguelin (2010), a parataxe apenas se aplica àquelas com uma relação de dependência implícita, ou seja, com uma dependência semântica e há casos, ainda, conforme a autora, que a parataxe pode apresentar uma dependência estrutural ou sintática, quando exibir um índice formal em uma das suas proposições. A dependência estrutural aproxima a parataxe da hipotaxe, pensando no posicionamento das estruturas em um *continuum*, o que nos leva a conceber a parataxe e a hipotaxe como modos não discretos ou não dicotômicos de combinação de orações. La Fauci (2010) e Matthiesen e Thompson (1988), entretanto, defendem que a disposição de uma construção complexa em um eixo de um *continuum* não é a maneira mais apropriada para apreendermos a verdadeira natureza dessas composições.

Em relação à independência estrutural das orações paratáticas, de acordo com Halliday (1985), as construções paratáticas são funcionalmente autônomas, “livres”, no sentido de que cada oração pode se expressar como um todo. Paiva e Braga (2010), no entanto, que defendem a natureza integrativa das paratáticas justapostas causais, afirmam que a integração das paratáticas revela que cada oração de uma construção pode ser interpretada como sendo componente de um único evento e não como orações “livres”. Da mesma forma, Hirata-Vale (2008), que analisa as justapostas, coordenadas disjuntivas e aditivas com valor condicional, argumenta sobre a necessidade de considerarmos a ocorrência como um único ato de fala condicional.

Outra noção que não é consensual na literatura linguística diz respeito à ordem das orações na parataxe. Halliday (1985), Neves (2006), La Fauci (2010) e Hirata-Vale (2008) assumem que a parataxe tem uma ordem rígida e icônica, ou seja, ordem que recupera a linearidade do tempo e que não há possibilidade de comutação entre as orações. Contudo,

Paiva e Braga (2010) asseguram que a ordem rígida não é única exclusiva das construções paratáticas, pois a violação do princípio da iconicidade pode ser observada em paratáticas justapostas que codificam causa no nível referencial; em outras palavras, a ordenação das orações paratáticas depende da relação de sentido.

A parataxe tida como traço da oralidade familiar, das falas das crianças e da língua popular, isto é, a parataxe como modo de combinação de oração mais simples que a hipotaxe, segundo Tesnière (1982, apud BÉGUELIN, 2010), é refutada por Pekarek Doehler et al. (2010), que consideram a parataxe forma mais complexa que a hipotaxe em virtude de poder se “encaixar” em configurações maiores; e também por La Fauci (2010), que defende a complexidade da parataxe tendo em vista a linearidade rígida da construção e o maior trabalho mental dos interlocutores.

Para La Fauci (2010), a simplicidade aparente das paratáticas, especificamente das justapostas, encontra sua explicação, também, na sintaxe e na semântica mais implícita da parataxe, que é um modo de articulação que chama à colaboração mais ativa do interlocutor. Quanto ao implícito das justapostas, Taboada (2009) possui um posicionamento que converge ao de La Fauci (2010). Taboada (2009) acredita que não existem relações implícitas, já que sempre haverá outros mecanismos de sinalização ou pistas de diferentes naturezas (morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas) que ajudam na identificação da relação.

Tendo em vista as discussões apresentadas, as conclusões a que chegamos com relação à definição de parataxe, com ênfase nas justapostas, foram as seguintes:

- i) A parataxe consiste em um modo de combinação que reúne segmentos de mesmo estatuto estrutural (HALLIDAY, 1985);

- ii) Na parataxe, as orações estão interligadas tanto por relações lógico-semânticas (HALLIDAY, 1985) como por relações discursivo-pragmáticas (PAIVA; BRAGA, 2010);
- iii) A parataxe apresenta uma dependência implícita, que é semântico-pragmática, e pode apresentar uma dependência estrutural (BÉGUELIN, 2010; PAIVA; BRAGA, 2010);
- iv) A depender do tipo de relação de sentido, a parataxe pode ou não apresentar uma ordem fixa;
- v) A parataxe enquanto modo de combinação de orações mais simples que a hipotaxe (LA FAUCI, 2010; PEKAREK DOEHLER et al. 2010) não se sustenta;
- vi) A justaposição é um *tipo* de parataxe caracterizada pela ligação de duas orações sem a presença de um juntor;
- vii) A ausência do juntor, em uma construção paratática justaposta, não significa relação implícita (TABOADA, 2009).
- viii) As construções paratáticas justapostas que codificam causa no nível referencial mobilizam esquemas interpretativos do mundo, possuem uma natureza mais integrativa, configurando um contexto de continuidade máxima (PAIVA; BRAGA, 2010);
- ix) São construções paratáticas justapostas os casos de construções interfrásicas sem o juntor, ou seja, orações complexas separadas por uma “pausa dramática” (NEVES, 2006);

Concluimos esta exposição teórica oferecendo uma definição operacional de parataxe na qual assenta as análises: A parataxe é um modo de combinação de orações com mesmo estatuto, sintaticamente independentes, mas vinculadas por relações lógico-semânticas e discursivo-pragmáticas. O vínculo de sentido é um dos fatores que condiciona a disposição

das orações paratáticas, podendo ela ter ou não uma ordem fixa. A justaposição, caracterizada como um tipo de parataxe, convida os interlocutores a uma colaboração mais ativa na comunicação, porém isso não significa que as paratáticas justapostas sejam construções implícitas, pois, na ausência do juntor, inferências e pistas de diferentes naturezas são mobilizadas para a interpretação da construção. Isso permite indagar se a parataxe pode ser entendida como um modo de combinação mais complexo que a hipotaxe.

1.2. TRADIÇÃO DISCURSIVA

1.2.1 A concepção de Tradição de Discursiva

O conceito de TD começou ser desenvolvido dentro da linguística românica alemã a partir dos trabalhos de Coseriu, o qual postulava a existência de três níveis do falar, isto é, três aspectos de observação da atividade linguística: (i) nível universal ou atividade do falar em geral; (ii) nível histórico ou língua particular e; (iii) nível individual/atual, também discurso ou texto. O nível universal é comum a todos os seres humanos, trata-se da capacidade humana de comunicar-se por meio de signos linguísticos. O nível histórico traz “as tradições históricas do falar, que valem para cada uma das comunidades linguísticas que se formaram historicamente [...] (línguas históricas, dialetos, etc.)”. (COSERIU, 1973, p. 6 apud KOCH, 1997). Nesse nível, as línguas são consideradas sistemas de significação historicamente dados e atualizados no nível individual/atual em textos ou discursos concretos (KABATEK, 2006). Kabatek (2006, p. 2) esclarece que os três níveis realizam-se concomitantemente, uma vez que “não se pode falar ‘universalmente’ sem falar uma língua e sem produzir textos, e não se pode falar uma língua como sistema de signos sem que seja mediante textos”.

Kabatek (2006) argumenta que Brigitte Schlieben-Lange (1983), que estudou com Coseriu em Tübingen, combinou diferentes aspectos da sociolinguística e da pragmática com a teoria de Coseriu, resultando na proposta de uma *Pragmática histórica*, a qual buscava

relacionar a oralidade e a “escrituralidade”³⁸ com uma visão histórica. De acordo com Kabatek (2006), essa discussão fundamentou o que mais tarde se denominaria estudo das TD. Dentre outros postulados, tal proposta defendia a existência de uma história dos textos independente da história das línguas.

Com base nos três níveis linguísticos propostos por Coseriu, Koch (1997) e Öesterreicher (1997) delimitam o lugar das TD, definindo-as como mais um tipo de tradição do falar, dado historicamente, mas não pertencente à língua particular. Para Koch (1997, p. 17), “tradição” na expressão “tradição discursiva” diz respeito aos complexos de regras com caráter histórico, ou seja, aos fenômenos historicamente modificáveis. Complementando o modelo de Coseriu, Koch (1997), então, duplica o nível histórico, a fim de separar o que é da língua e o que é da TD, reconhecendo a historicidade da(s) língua(s) particular(res) (francês, alemão, espanhol, português etc), com suas respectivas regras (oposições fonológicas, escolhas lexicais, regras morfológicas, esquemas sintáticos) e com suas variedades diatópicas, diastráticas e diafásicas, e a historicidade das TD (gêneros textuais e discursivos, gêneros literários, estilos, gêneros retóricos, formas conversacionais, atos de fala, etc.), com suas regras que são linguísticas e culturais. O Quadro 03 abaixo mostra essa duplicação:

Quadro 03: Níveis de observação da atividade linguística

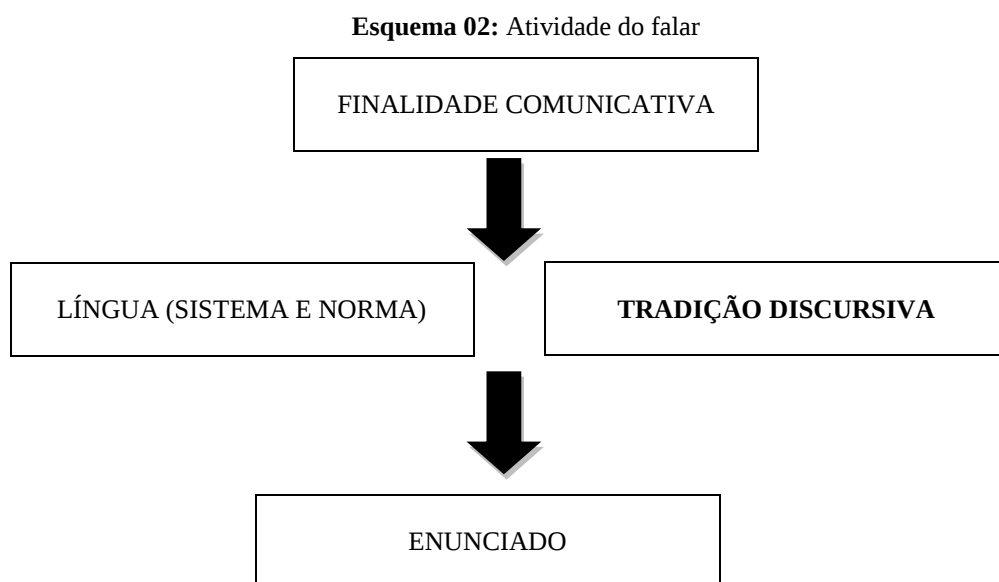
NÍVEL	CAMPO	TIPO DE REGRA
Universal	atividade de falar	regras do falar
Histórico	línguas particulares	regras da língua/particular
-----	-----	-----
<i>Histórico</i>	<i>tradição discursiva</i>	<i>regras discursivas</i>
Individual/Atual	Discurso	-

Fonte: Koch (1997)

³⁸ Segundo Kabatek (2006), esse neologismo terminológico é a tradução do alemão “Schriftlichkeit”, termo marcado para distinguir a *escrita* (meio de expressão) da *escrituralidade* (concepção) da “distância comunicativa”.

Koch (1997) reconhece que os limites entre as regras da língua e as regras do discurso não são totalmente transparentes, já que as regras da TD também perpassam os níveis lexical, sintático e até mesmo fônico. O que de fato as diferencia, para o autor, é o modo como são transmitidas: as regras da língua são transmitidas por comunidades linguísticas, já as regras da TD são transmitidas por grupos culturais, como grupo de profissionais, correntes literárias, movimentos políticos, etc.

Segundo essa proposta, que possui forte apelo pragmático, a atividade do falar atravessa um “duplo filtro”, ou “dupla historicidade”, até alcançar o produto do ato comunicativo ou enunciado. Esse “duplo filtro” é constituído pela historicidade linguística, derivada do fato de que uma língua é um saber comum de uma comunidade historicamente dada, e pela historicidade textual, correspondendo às TD, derivada da história dos textos ou dos discursos. O Esquema 02, retirado de Österreicher (1997, p.21), ilustra essa operação:



Fonte: Österreicher (1997)

No entanto, para Kabatek (2001), parece problemático situar a historicidade das TD no mesmo nível da historicidade das línguas, pois, para o autor, as TD e as línguas não

compartilham do mesmo tipo de “historicidade”. De acordo com o autor, a historicidade das TD diz respeito à historicidade dos textos disponíveis em uma comunidade (por isso são discursivas) para a repetição (por isso são tradicionais) e suscetíveis às mudanças, enquanto que a historicidade da língua se dá em outro nível, pois não se refere à historicidade dos objetos ou dos textos, mas à historicidade do próprio homem como ser histórico.

Kabatek (2006, p. 04), seguindo a mesma linha de análise de Koch e Öesterreicher, sugere uma primeira definição de TD em termos de: “modos tradicionais de dizer as coisas, modos que podem ir desde uma fórmula simples até um gênero ou forma literária complexa”. A fim de elucidar essa primeira noção de TD, Kabatek faz menção à estrutura linguística que utilizamos no momento em que encontramos alguém pela manhã:

Assim, quando encontro alguém na rua diante da casa pela manhã e a minha intenção ou finalidade comunicativa é a de expressar uma saudação, essa finalidade não encontra a solução só no acervo lexical e gramatical do português, produzindo enunciados corretos como “emito uma saudação para você” ou semelhantes, senão que digo “bom dia” segundo uma tradição estabelecida além das regras da língua – às vezes até contrária às regras atuais da mesma (segundo as quais provavelmente uma colocação adjetival como “dia bom” como expressão elíptica de “desejo-lhe um dia bom” seria menos marcada). (2006, p. 4)

Kabatek (2005, 2006) busca um conceito de TD que não seja equiparado somente a “tipo textual” e “gênero”, uma vez que a noção de TD é mais abrangente, mas que inclua todo tipo de tradições do falar (saudações, agradecimentos, promessas etc), subgêneros ou tradições dentro do mesmo gênero. O autor amplia o conceito de TD ao postular o princípio da composicionalidade tradicional, segundo o qual um texto comporta simultaneamente, em sua constituição, diferentes TD ou uma rede de TD. A composicionalidade permite a caracterização das TD como heterogêneas.

Para ilustrar o que chamamos de heterogeneidade das TD, apresentamos um exemplo exposto por Kabatek (2006) que destaca os discursos dos políticos do parlamento nacional da

França. Segundo o autor, diferentes políticos identificam-se mediante os seus discursos com diferentes ideias políticas. O autor evidencia que os políticos que frequentaram a Escola Nacional de Administração, famosa pela formação de pessoas da elite, evocam seu passado fazendo uso de determinadas expressões e formas gramaticais arcaicas para o francês oral atual, como a morfologia verbal de imperfeito do subjuntivo. Para Kabatek, o que esses políticos fazem é recorrer aos discursos que servem como identificador de um grupo. Tem-se aí, portanto, uma tradição do falar dentro do mesmo gênero discurso parlamentar.

Considerando a heterogeneidade inerente às TD, Kabatek (2010) propõe para as TD uma tipologia hierárquica, em que as TD se apresentam como fórmulas conversacionais, como formas textuais ou como universos de discurso³⁹. Hierarquicamente, uma fórmula conversacional qualquer (ato de fala, inserção, estruturação, citação, fraseologismo, etc.) é parte de uma forma textual particular (narrativa, descritiva, poética, argumentativa), que é localizável num universo de discurso (cotidiano, ficcional, religioso, científico). A natureza composicional do texto revela as escolhas lexicais, sintáticas e semânticas feitas pelo falante/autor, podendo evidenciar as diferentes TD constituintes do texto. A noção de composicionalidade da TD, assim, é relevante para este trabalho, uma vez que propomos analisar em que medida as TD constitutivas dos textos condicionam o emprego dos arranjos paratáticos justapostos.

De acordo com Kabatek (2006), o que ajuda a definir TD é a possibilidade de relacionar um texto, em um momento determinado da história, com outro texto anterior, ou seja, é o reconhecimento da *repetição* de algo em uma relação temporal. O autor enfatiza que esse “algo” pode se referir tanto à repetição total de fórmula como “bom dia”, como à repetição parcial de um texto ou ainda à repetição de uma forma textual, como os sonetos.

³⁹ Kabatek (2004, p. 249) entende o “universo discursivo”, assim como Coseriu, como sistema universal de sentidos pertencente a um discurso (ou a um enunciado) e determinante para sua validade e seu sentido.

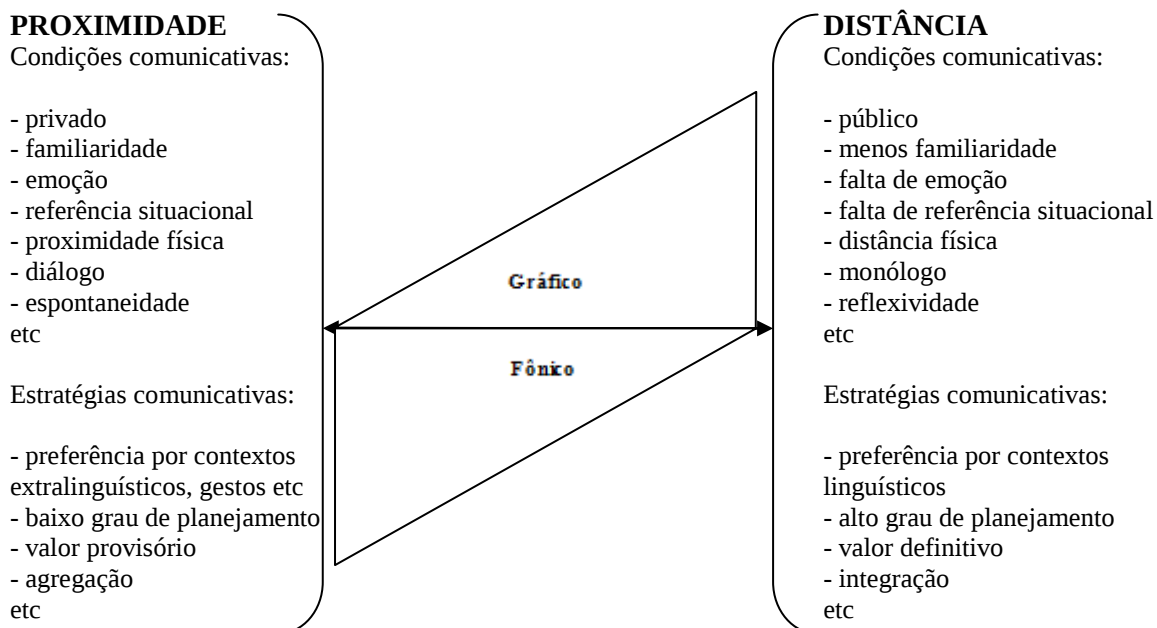
Kabatek esclarece, no entanto, que nem todas as repetições constituem TD, como por exemplo “a”, “é”, “que” (palavras repetidas milhões de vezes na língua portuguesa), porém há TD constituídas por uma única palavra, como o “oi”. O autor elege, então, condições para que a repetição seja traço determinante na identificação de uma TD: (i) as repetições devem ser linguísticas; (ii) as repetições que formam TD são sempre evocadas por um contexto, por exemplo, a TD saudação é evocada no momento em que as pessoas se encontram; as TD também podem ser evocadas pelos meios de comunicação, como o telefone, o SMS etc.

A partir dessas colocações, Kabatek (2006, p. 07) oferece uma definição mais refinada de TD:

Entendemos por Tradição Discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados.

Para o autor, essa definição de TD dá margem a uma série de questões. Uma delas diz respeito à relação entre TD e variedades linguísticas (variedades diatópicas, diastrática e diafásica). Segundo o autor, uma TD não pode ser considerada uma variedade linguística, embora o emprego situacional de elementos de uma variedade possa ser condicionado pela TD, como é caso dos discursos parlamentares que apresentam uma variedade disfásica (uso do imperfeito do subjuntivo francês), correspondendo à tradição do falar dos chamados “Enarcas” que estudaram na mesma escola. Conforme Öesterreicher (1997, p. 24), o conjunto do saber que faz com que selecionemos adequadamente as TD, os elementos gramaticais e variacionais, é o que se pode chamar de competência comunicativa.

Baseado nos trabalhos de Koch e Öesterreicher, Kabatek defende que “o ato comunicativo compreende, pois, a seleção de uma tradição linguística determinada segundo critérios de *proximidade* e *distância*.” (2002, p. 49 – *grifos nossos*). Koch e Öesterreicher (apud KABATEK, 2002), fundamentados em Söll (1985, apud KABATEK, 2000), adotam a distinção entre “meio” e “concepção”, em que um texto pode ser gráfico ou fônico quanto ao “meio” e escrito ou oral quanto à “concepção”: um discurso pronunciado em um parlamento, por exemplo, costuma ser de concepção escrita, mas se apresenta em meio oral. Para Kabatek (2002, p. 43), o limite entre o meio fônico e gráfico é discreto, enquanto que entre a concepção de texto oral e a concepção de texto escrito há um contínuo com diversas formas intermediárias, tais como a conversação coloquial, entrevista pública, discurso público, carta pessoal etc. Koch e Öesterreicher (apud KABATEK, 2000, 2002), então, a fim de evitarem confusões terminológicas, substituem os termos “concepção falada” e “concepção escrita” pelo esquema de um contínuo entre *proximidade* e *distância*, respectivamente. Tais polos são determinados tendo em vista uma série de parâmetros, como é esquematizado abaixo, cujos triângulos representam a frequência dos textos:

Esquema 03: Proximidade e distância comunicativa

Fonte: Koch e Öesterreicher (1900, p. 12 apud KABATEK 2000)

As TD, como tradições culturais do ser humano, modificam-se ao longo do tempo, frequentemente sancionadas socialmente e transmitidas por determinados grupos culturais como resultado das mudanças das finalidades comunicativas, dos perfis sociais e das necessidades práticas. Koch (1997) afirma que as inovações podem se dar através da diferenciação de tradições culturais, da mistura das tradições culturais ou da convergência de tradições culturais. Da mesma forma, Kabatek (2006) sustenta que é pela “composicionalidade paradigmática” (concomitância de diferentes TD em uma mesma porção de texto) ou pela interferência⁴⁰ com outras línguas que surgem as possibilidades de transformação de uma TD. De acordo com o linguista, “a emergência de uma nova TD sempre abre uma brecha e cria uma espécie de ‘desordem’ para que os falantes a coloquem ‘em seu lugar’ e fixem os meios linguísticos que, em seguida, se associarão a ela.” (2001, p. 27). Tal transformação, segundo o autor, pode chegar ao ponto de ser total, no sentido de que

⁴⁰ Kabatek (1998, p. 843) entende por “‘interferência’ qualquer influência no falar ou escrever de um falante pela presença na sua competência linguística de outras línguas com a língua-alvo do texto.”

uma TD converte-se em outra realidade totalmente diferente da inicial. Além disso, Kabatek (2006) reconhece que há TD que possuem alto valor de conservação, sobretudo em âmbitos religiosos ou instituições sociais, mas que também há TD que possuem grande variabilidade, especialmente nos contextos orais, como, por exemplo, na inovação dos bate-papos na internet.

Tendo em vista que cada TD evoca determinada forma textual e construções linguísticas típicas que podem dar margens às variações e mudanças, Kabatek (2006) ressalta a junção como importante fator linguístico (morfológico, semântico e pragmático) para a caracterização das TD. Para tanto, Kabatek baseia-se na proposta de Raible (1992, apud KABATEK, 2006, p. 12), segundo a qual “Junktion” é a denominação de uma dimensão universal da linguagem que pode sistematizar diferentes elementos e diferentes técnicas linguísticas para juntar ou combinar elementos proposicionais. Tais técnicas, de acordo com Raible, podem ser classificadas segundo um esquema sintático que descreve diferentes graus de “integração”, que vai da agregação à integração, e segundo as relações semânticas que podem estar implícitas ou que podem ter representação textual por meio de juntores, que correspondem a elementos dêiticos, conjunções coordenativas e subordinativas, construções absolutas, construções participativas, grupos proposicionais, preposições simples etc.

No âmbito das TD, a hipótese com que Kabatek (2006, p. 15) trabalha, com base em sua observação de que há uma correlação entre a constelação de elementos de junção presentes em um texto e a TD à qual se encontra o texto, é a seguinte: “Os esquemas de junção de um texto – os ‘juntors’ que contêm e a frequência relativa – são sintomas para determinar a tradição discursiva a que pertence”, considerando que as TD predeterminam a escolha dos meios linguísticos e certas características de sua combinatória.

Mediante as análises em diferentes TD do século XIII, Kabatek (2006, 2004) mostrou como textos supostamente dos mesmos universos discursivos podem pertencer a TD

diferentes. O autor investigou textos jurídicos castelhanos medievais que apresentam o mesmo universo discursivo (jurídico) e finalidades comunicativas similares (oferecer normas e sanções para a convivência dos indivíduos na sociedade). Os três “mundos” jurídicos da Idade Média românica analisados por Kabatek foram: (i) o direito oral transmitido por escrito em fañanhas ou notícias de casos jurídicos concretos; (ii) o direito foral na tradição da Península Ibérica; (iii) e textos do direito romano. O autor atesta que as distintas “constelações discursivas” observadas nos textos incidem no emprego dos elementos linguísticos tanto qualitativamente quanto quantitativamente.

Por meio da análise quantitativa dos esquemas de junção em três textos “prototípicos” dessas TD, o autor observou que: (i) a fañanha, que descreve fatos e casos jurídicos conhecidos pelas pessoas de um determinado lugar e que é validada como modelo jurídico devido a memória coletiva de uma pequena comunidade, descreve os eventos pela enumeração dos acontecimentos; assim, a conjunção *et*, interligando frases curtas, obteve frequência muito alta; (ii) o texto foral, que corresponde a um modelo prototípico de “lei”, constituído por listas hipotéticas que contêm determinadas condições e as sanções aplicadas no caso de descumprimento de normas, apresentou predominantemente a estrutura condicional, com a conjunção *si*; (iii) o terceiro tipo de texto, que diz respeito ao direito romano redescoberto na Idade Média e que introduz um sistema jurídico universal, caracterizado pela discussão científica das matérias jurídicas, apresentou grande variedade de esquemas de junção, sendo que as conjunções mais recorrentes foram aquelas elaboradas com o *que*. Assim, a relação de sentido que predominou na fañanha foi a adição, no foral foi a condição e no texto de direito romano houve um espectro completo de possibilidades (adição, concessão, condição, causa, finalidade etc). Com isso, Kabatek (2006, p. 19) consegue mostrar que a suposta homogeneidade de um “gênero” pode revelar uma heterogeneidade interna considerável, identificando sintomas textuais diferentes para cada TD. Para o autor, a

diversidade dos textos refere-se a instituições de poderes que funcionam como signos completos para a identificação de grupos sociais.

Diante disso, Kabatek (2004, p. 252) assume que o princípio da existência das TD é um princípio universal: “falar não é somente dizer algo a alguém sobre as coisas de acordo com as regras da língua (sistema e norma), mas dizer algo segundo uma determinada tradição textual do fazer”. Como consequência desse princípio, o autor afirma que um texto, tendo em conta a TD inserida, pode apresentar mais elementos ou menos elementos do que são necessários para satisfazer a finalidade comunicativa, como, por exemplo, a estrutura “era uma vez”, que não adiciona informação ao texto, mas tem como função inserir o texto em uma TD, a do conto de fadas; já um enunciado do tipo “dois com leite”, pronunciado em uma cafeteria, é perfeitamente compreensível devido a sua inserção em uma tradição de texto que foi milhões de vezes repetidas e que traz um contorno entoacional bem delimitado. Sendo assim, as TD, como conclui Kabatek (2004, p. 261), transmitem informações que vão além do conteúdo proposicional, já que não derivam somente de enunciações atuais, mas de suas relações com enunciados anteriores, marcando um saber comum entre os locutores: “[...] uma forma textual ou qualquer elemento de uma TD pode funcionar como signo, como uma espécie de elemento dêitico que marca outros textos, outras séries de textos, certos lugares ou também as instituições que são as oficinas em que os textos são produzidos.”

A aplicabilidade do modelo de TD para os estudos linguísticos é diversa, como afirma Kabatek (2006). Para a gramática histórica, um estudo que contemple as TD possibilita o desenvolvimento de um trabalho diferenciado, no sentido de permitir a observação mais rigorosa dos processos de mudança linguística. A consideração das TD na gramática histórica faz-se relevante, conforme Kabatek (2006, p. 11), pois “[...] quando se estuda a história de uma língua, o que se estuda não é língua senão os *textos* de diferentes épocas, textos que parecem representativos dos respectivos estados de língua [...]”, ou seja, o contato com a

língua na realidade se efetua mediante textos (KABATEK, 2005, p. 31). Kabatek propõe, metodologicamente, para a história da língua, o estudo das diferentes TD sem limitar-se a uma só, já que o estudo histórico baseado em uma única TD acarretaria o estudo histórico dessa TD e não da língua. Além disso, o autor conclui que um estudo que abarque variadas TD proporciona uma história da língua menos monolítica, em virtude de permitir o reconhecimento das TD em que inovações são criadas, das TD resistentes à inovação e de se observar o que ocorreu por trás das grandes linhas evolutivas de uma língua.

Segundo Koch (1997, apud KABATEK 2005, p. 31), a investigação das TD afeta tanto a visão da história linguística “interna”, quando se reconstrói uma diacronia da língua, referindo-se à comparação de informações extraídas de textos pertencentes a gêneros, estilos ou outras tradições distintas e não à comparação de “estados de línguas” diferentes em distintos momentos da história, quanto a visão da história linguística “externa”, em razão dos elementos da TD estarem ligados não somente a uma língua, como também a uma cultura ou a uma “comunidade textual”. Com base nisso, Kabatek (2005) distingue três enfoques fundamentais que podem nortear o estudo das TD: (a) os fatores históricos que levam à criação ou à adoção de novas TD; (b) a descrição das características particulares das diferentes TD; e (c) a relação entre as TD e a história da língua. Além disso, Koch (1997) salienta que, assim como a linguística, direcionada à atividade do falar, dialoga com outras disciplinas, tais como a antropologia, filosofia, sociologia, psicologia etc, a linguística que assume o modelo de TD, também necessita da cooperação de outras disciplinas para seu estudo, tais como a literatura, retórica, história da cultura, história do direito, história da igreja etc.

Do modelo de TD apresentado, priorizamos para a análise dos textos o princípio da composicionalidade da TD, tendo em vista que cada TD apresenta modelos ou esquemas discursivos, criados sócio-historicamente, que delimitam as escolhas linguísticas do

falante/autor. Tomamos a composicionalidade das TD como meio operacional para verificar se há alguma TD constitutiva do texto que predispõe o uso das construções paratáticas justapostas. Para tanto, buscamos avaliar a frequência desse tipo de construção, aliada a sua distribuição no texto e ao nível de complexidade sintática e semântica do esquema de junção envolvido.

SEÇÃO 02

MATERIAL E MÉTODOS

Nesta seção, apresentamos os critérios adotados para constituição do *corpus* da pesquisa e os procedimentos metodológicos empregados para a análise dos dados que, primeiramente, será conduzida no âmbito da junção e, posteriormente, no âmbito das TD, de modo a contemplar os objetivos estabelecidos inicialmente.

2.1. *Corpus*

Para a constituição do *corpus* deste trabalho, dois critérios foram adotados. O primeiro critério foi o temporal: selecionamos textos pertencentes aos séculos XVI e XVII. A opção por textos oriundos de sincronias pretéritas do português se deve ao propósito de observar o funcionamento, bem como as tendências da língua, no âmbito da parataxe, em épocas mais remotas e de verificar se as construções justapostas já eram realizadas como modo de articulação de orações. O segundo critério adotado foi o número de palavras: em cada texto foi feito um recorte de uma média de 6000 palavras. Buscamos com esse recorte construir um *corpus* que fosse significativo em sua dimensão.

Além desses dois critérios, considerando que, de acordo Kabatek (2005), as TD predisõem o uso de determinadas construções linguísticas a depender das finalidades comunicativas do autor e das condições de produção, nas pesquisas em linguística científicas, do ponto de vista metodológico, a escolha dos textos a serem analisados foi baseada na distinção da TD. Tal como sugere Kabatek, selecionamos os textos para composição do *corpus* tendo em vista nosso fenômeno de investigação, isto é, as construções paratáticas justapostas.

Segundo La Fauci (2010), a parataxe é um modo de articulação de orações bastante frequente em tradições da oralidade e, por isso, ela exige do interlocutor uma colaboração mais ativa para a construção dos sentidos. Béguelin (2010), por sua vez, investigou as paratáticas justapostas em peças de teatro do francês, ou seja, em textos que apresentam diálogos. Já Pekarek Doehler et al. (2010) analisaram o mecanismo de junção nas paratáticas justapostas contrastivas em entrevistas semidiretivas. Todos esses trabalhos elegeram as TD que apresentam *diálogos* como lugar privilegiado para a investigação da parataxe; assim, na seleção dos textos, dentro do recorte temporal proposto, escolhemos aqueles tipos textuais que trazem, de alguma forma, TD com diálogo, na expectativa de identificarmos ocorrências de paratáticas justapostas.

Os textos selecionados, os quais encontram-se disponíveis em bibliotecas, bem como a indicação das TD em que se inserem estão descritas no Quadro 04 abaixo⁴¹:

Quadro 04: Descrição dos textos selecionados para análise dos dados

TD	MATERIAL	SÉCULO
Peça de teatro	<i>Auto da barca do inferno</i>, de Gil Vicente: A peça de teatro, encenada pela primeira vez 1517, representa o juízo final católico de forma satírica e com forte apelo moral. Os personagens principais são o Anjo, que comanda a barca com destino ao paraíso, e o Diabo, que comanda a barca com destino ao inferno. Ambos os comandantes aguardam os mortos, que são os demais personagens, para realizarem os seus julgamentos.	XVI
Colóquio	<i>Colóquio dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia</i>, de Garcia d'Orta: Trata-se de uma obra de grande originalidade, que foi publicada em Goa, em 1563. Garcia d'Orta foi um naturalista e médico português, pioneiro da medicina tropical. Os 58 colóquios relatam tudo o que Orta	XVI

⁴¹ A referência aos textos terá a seguinte estrutura: sobrenome do autor em letra maiúscula, século em que o texto foi escrito e a página ou verso (para a peça de teatro) em que a ocorrência foi localizada, por exemplo: (VICENTE, séc. XVI, verso 00)

	conseguiu saber sobre as plantas medicinais e não medicinais: o modo de utilização, a finalidade, as terras onde nasciam, os nomes, e o modo como os médicos indianos utilizavam.	
Hagiografia	<i>Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires</i>, do Frei Luís de Sousa: O relato da vida do frade dominicano Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga, foi publicado em 1619, em seis livros, pelo Frei Luís de Sousa. Nessa hagiografia, que é um tipo de biografia, o nascimento, bem como a formação religiosa e intelectual do biografado são narrados de forma clara e expressiva.	XVII
Sermão	<i>Sermão do nascimento do menino Deus</i>, do Padre Antonio Vieira: Elaborado para ser pregado na noite de Natal, trata-se de um sermão que exibe uma temática especificamente religiosa e um tom altamente argumentativo. O sermão apresenta o Menino Deus recém nascido como retórico orador do presépio e explora o ato de pregar, especialmente as partes que constitui um orador.	XVII
Narrativa	<i>Corte na Aldeia e noites de inverno</i>, de Francisco Rodrigues Lobo: A obra, publicada em 1619, consiste em 16 diálogos didáticos sobre preceitos da vida na corte. Apresenta um preceituário do comportamento cortês, abordando vários aspetos, tais como: a arte de conversar e galantear; indicações sobre epistolografia; procedimentos em diligências pessoais ou oficiais; fórmulas de tratamento; boas maneiras. Esta obra, que exclui quaisquer referências a questões religiosas e políticas, teoriza ainda sobre gêneros e estilos literários.	XVII

A opção metodológica pela análise de variadas TD também está fundamentada em Kabatek (2005), segundo o qual a investigação em mudança linguística em diversas TD proporciona uma história da língua menos monolítica, isto é, menos homogênea.

2.2. Método

2.2.1. No âmbito da junção

Quanto à metodologia de análise no plano da junção, o levantamento das construções paratáticas justapostas no *corpus* foi subsidiado pela apuração das frequências *token* e *type*,

nos moldes de Bybee (2003). A frequência *token*, que diz respeito à frequência textual da construção em questão, isto é, das construções paratáticas justapostas, foi apurada pela contagem geral das ocorrências; trata-se de uma análise quantitativa. Segundo Taboada (2009), a importância de se realizar pesquisas quantitativas (método de análise de *corpus*) está na possibilidade de encontrar tendências gerais da língua. A frequência *type*, por sua vez, que diz respeito à frequência com que um padrão paratático particular ocorre, foi avaliada por meio da análise qualitativa das construções, ou seja, pelo reconhecimento das relações de sentido, com base em um conjunto de parâmetros.

A partir da revisão bibliográfica, estabelecemos para análise qualitativa dos dados um conjunto de critérios de naturezas distintas que permitem evidenciar os mecanismos interpretativos que estão em jogo quando não há juntor explícito. Os parâmetros que utilizamos na análise, a partir da consideração de aspectos de forma e de sentido das construções, dividem-se em (a) parâmetros para a interpretação dos sentidos e (b) parâmetros para a interpretação do nível de articulação sintática:

I) Parâmetros para a interpretação dos sentidos:

a) *Quantidade de segmentos articulados e a dimensão desses segmentos*: em virtude do binarismo ser inerente em alguns tipos de construções paritárias, mas não ser em outros, como é o caso da relação temporal que possui sequência aberta ($x, y \dots n$) em situações em que há narrativas (NEVES, BRAGA, DALL'AGLIO-HATTNER, 2008), conforme ocorrência (30) extraída do *corpus*, investigamos o número de segmentos articulados concomitantemente com a relação de sentido codificada pela construção. Analisamos, também, a complexidade dos segmentos articulados, observando se a junção é feita entre termos, orações ou conjunto de enunciados e avaliando a correlação existente entre os segmentos;

- (30) Prêgavão naquella freguesia os Religiosos de S. Domingos, Ø via de continuo aquella habito, Ø ouvia aquella doutrina, Ø hiaselhe affeiçoando. (SOUSA, séc. XVII, p. 36)

b) *Ordem dos segmentos*: a ordem rígida dos segmentos, embora seja significativa para algumas relações de sentido como contraste, tempo e explicação, não é categórica para as construções paratáticas, como mostraram Paiva e Braga (2010) e como é exemplificado em (31), em que a inversão da ordem das orações não altera o sentido de causa implicado entre elas. Além disso, segundo as autoras, há condicionamentos para a colocação de uma ordem ou outra dos segmentos. Desta forma, os fatores que condicionam a ordem dos segmentos são relevantes para a investigação, já que a ordenação pode ser pista para a interpretação de uma construção justaposta;

- (31) As vozes ouvem-se, não se vêem; Ø são objectos dos ouvidos, e não dos ólhos. (VIEIRA, séc. XVII, p. 52)
As vozes se ouvem, porque são objetos dos ouvidos e não dos olhos.
Porque são objetos dos ouvidos e não dos olhos, as vozes se ouvem.

c) *Esquemas anteriormente produzidos*: uma ligação paratática pode estar prefigurada pelo discurso precedente tanto no nível acional e conceitual como no nível sintático, como defendem Pekarek Doehler et al. (2010). O contexto prévio pode ajudar a interpretar configurações paratáticas justapostas, pois elas ocorrem em pontos do discurso onde esquemas anteriormente produzidos são explorados;

d) *Projeção*: a projeção permite a pressuposição de possíveis trajetórias do discurso preenchendo pontos de incompletude, como mostram Pekarek Doehler et al. (2010). Assim, a projeção pode ser um sinal que ajuda identificar o tipo de relação codificado por uma justaposta, como é ilustrado em (32), em que, pela projeção, espera-se que a articulação de orações com sentido de tempo do tipo sequenciamento seja finalizada com conjutor “e”;

- (32) Diabo: Ora entrai nos negros fados Ø
 irês ao lago dos cães
 e verês os escrivães (VICENTE, séc. XVI, verso 669)

e) *Inferência pragmática*: o mecanismo inferencial, tendo em vista o contexto comunicativo, ativa o conhecimento pragmático do falante. As causais no nível referencial são exemplos de relação que, para sua interpretação, mobiliza esquemas enunciativos do mundo construídos na mente do falante, como defendem Traugott e König (1991), Hopper e Traugott (1993) e Paiva e Braga (2010). A ocorrência (31) acima, que traz uma justaposta com leitura de causa no nível referencial, ilustra tal parâmetro por entender que a interpretação de causa é resultado da mobilização do conhecimento pragmático do leitor de que as vozes, ou seja, os sons são percebidos pelos ouvidos;

f) *Paralelismo estrutural*: no plano sintático, os segmentos articulados podem apresentar uma estrutura composicional similar, configurando paralelismo. De acordo com Pekarek Doehlet et al. (2010), o paralelismo estrutural aliado ao antagonismo lexical dos segmentos são parâmetros significativos para a identificação de um tipo de relação de contraste, a adversativa;

II) Parâmetros para a interpretação do nível de articulação sintática:

g) *Partilhamento de tempos e modos verbais*: a partilha de tempos e modos verbais das sequências justapostas, tratada por Paiva e Braga (2010), mostra a simetria deste tipo de construção paratática. Este traço pode ajudar a sinalizar graus de maior ou menor dependência das construções justapostas, tendo em vista, segundo as autoras, que a simetria de traços morfossintáticos confere às sequências justapostas um status de unidade, em que cada segmento pode ser interpretado como componente de um único evento e que, por isso, são mais integradas;

h) *Correferência de sujeitos*: a continuidade referencial entre os constituintes que funcionam como sujeitos nos segmentos justapostos, traço explorado por Paiva e Braga (2010), também caracteriza esse tipo de sequência como simétrica. Assim como no item

anterior, a correferência de sujeitos ajuda medir o grau de dependência das paratáticas justapostas. De acordo com as autoras, as sequências paratáticas são mais integradas quando compartilham os referentes dos sujeitos. Além disso, para as autoras, a continuidade referencial em sequências justapostas pode ir além da correferência de sujeitos quando são encontrados elementos anafóricos que asseguram essa continuidade e criam uma simetria semântica entre os segmentos;

2.2.2.No âmbito da TD

No domínio das TD, primeiramente, consideramos relevante comparar as frequências das paratáticas justapostas em todos os textos do *corpus*, com o propósito de verificarmos uma tendência geral e de averiguarmos aqueles textos que favorecem mais e aqueles que favorecem menos o emprego das justapostas.

Em seguida, buscamos focalizar as particularidades de cada texto, uma vez que esses textos pertencem a TD específicas e apresentam características textuais e composicionais também distintas.

Em primeiro lugar, contextualizamos o texto, o autor, o momento de sua produção e as possíveis finalidades comunicativas. Na sequência, buscamos caracterizar a TD em que o texto está inserido e as diferentes TD que coexistem e que ajudam na composição dos textos, corroborando Kabatek (2005), o qual defende que um texto é constituído por uma rede de TD.

Em seguida, a fim de investigarmos uma possível correlação entre as TD e o emprego de paratáticas justapostas, realizamos o mapeamento de todos os esquemas de junção em uma porção de cada texto, averiguando quais relações de sentido são mais recorrentes. Por meio de gráficos, expomos as relações de sentido mais frequentes e as formas preferenciais de sua realização: parataxe ou hipotaxe. Observamos, então, em que medida essa relação de

sentido é codificada por justaposição, e investigamos se há ou não alguma ligação entre a TD constitutiva e o tipo de justaposta.

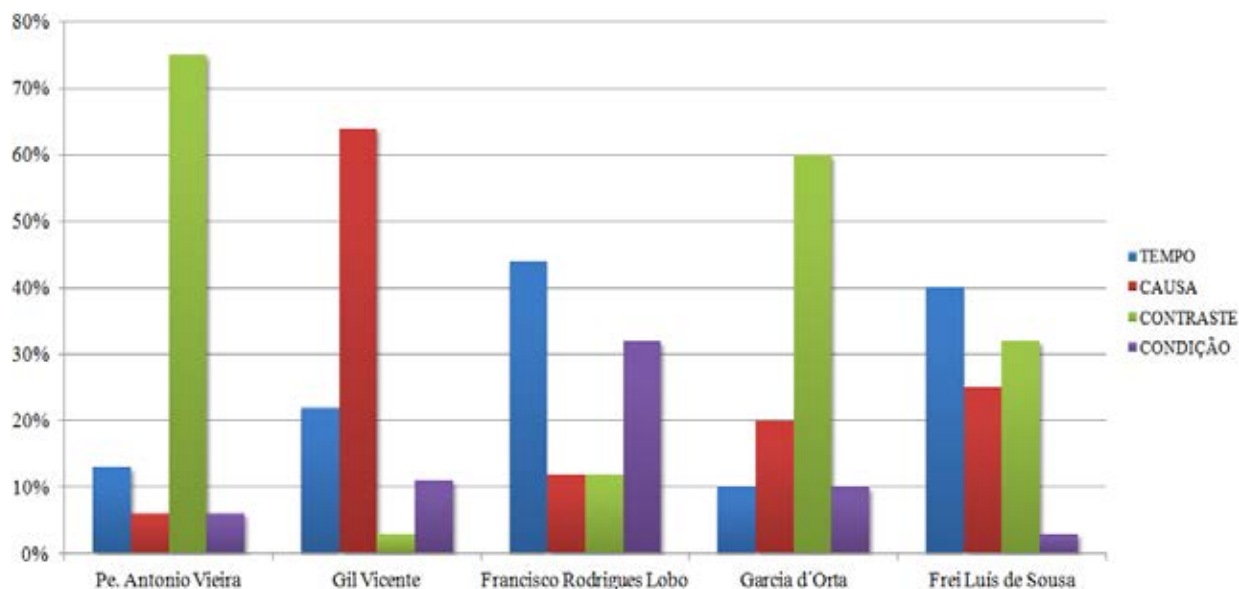
Para o mapeamento de todos os esquemas de junção nos textos, fizemos um recorte de número de palavras: são 3600 palavras em cada texto. Esse recorte corresponde ao número de palavras existente na parte de desenvolvimento do Sermão, que foi o primeiro texto investigado.

SEÇÃO 03

CONSTRUÇÕES PARATÁTICAS JUSTAPOSTAS

O mapeamento das construções paratáticas justapostas nos textos mostrou que esse tipo de articulação de orações já era realizado nos textos dos séculos XVI e XVII. A análise quantitativa das justapostas nos textos, isto é, a frequência *token*, apresentou uma amostragem com 106 ocorrências. As relações semânticas em construções paratáticas justapostas, isto é, as frequências *types*, codificadas nos textos foram: tempo, causa, contraste e condição. Já a quantidade para cada padrão paratático particular apresentou a seguinte configuração: 29 ocorrências com leitura de tempo, 35 com leitura de causa, 30 com leitura de contraste e 12 com leitura de condição. Além disso, a frequência com que cada uma dessas relações apareceu nos textos variou, como é possível observar no Gráfico 01 (Seção 03, página 77), que mostra o tipo de relação mais frequente em cada texto, acenando para possíveis tendências: contraste no *Sermão do nascimento do Menino Deus*, com 75% (ou 12/16) das ocorrências; causa no *Auto da barca do inferno*, com 64% (ou 23/36) das ocorrências; tempo em *Corte na aldeia e noites de inverno*, com 44% (ou 7/16) das ocorrências; contraste no *Colóquio dos simples e coisas medicinais da Índia*, com 60% (ou 6/10) das ocorrências; e tempo em *Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires*, com 40% (ou 11/28) das ocorrências. A recorrência de certos padrões semânticos em cada texto pode estar diretamente relacionada à TD em que esses textos se inserem, conforme será examinado na seção seguinte.

Gráfico 01: Frequência, em percentuais, das construções paratáticas justapostas em cada texto do *corpus*



Nas próximas subseções, tratamos de cada padrão paratático em particular, caracterizando os mecanismos interpretativos que permitem o reconhecimento das relações de sentido.

3.1. RELAÇÃO DE TEMPO

A relação temporal, segundo Neves (2000, p. 797) e Kortmann (1997), pode apresentar uma associação com outras relações de sentido como causal, condicional e concessiva, licenciada pela natureza do complexo temporal que se estabelece em dependência do tempo e modo verbal empregado em cada uma das orações. O sentido temporal, dessa forma, pode coexistir com os outros sentidos, resultando nas polissemias semânticas e pragmáticas referidas em Kortmann (1997). De acordo com Neves (2000) a correlação de pretérito perfeito com pretérito perfeito configura telicidade ou aspecto perfectivo da construção, em que os dois segmentos articulados são percebidos como pontuais (sem duração) e simultâneos (total ou parcial) no passado. A simultaneidade parcial, a qual envolve extensões de tempo não coincidentes, favorece uma interpretação causal (cf. NEVES, 2000;

TRAUGOTT; KÖNIG, 1991). Já a correlação de presente com presente e de pretérito imperfeito com pretérito imperfeito caracteriza uma perspectiva global imperfectiva, licenciando a indicação de habitualidade, para a simetria morfológica de presente, e de iteratividade, para a simetria morfológica de pretérito imperfeito. Ambas as correlações morfológicas favorecem a interpretação de condição.

Em nossa investigação, a sequencialidade foi a única relação de tempo identificada nos dados. As marcas mais produtivas que permitem o reconhecimento de uma construção justaposta temporal do tipo sequencial são a semântica dos verbos e a ordem da rígida das orações, como é exemplificado em (33), em que a sequencialidade temporal está fundada na semântica dos verbos *ir* e *chegar* (verbos de deslocamento) e na impossibilidade de inversão das orações, já que para se *chegar* a um lugar, primeiro deve-se *ir* ou deslocar-se. Em construções como (33), a paratática justaposta apresenta, corroborando La Fauci (2010), uma sequencialidade dos eventos semanticamente articulada, com uma harmonização entre seus constituintes e uma forma que corresponde a uma narração.

- (33) Foy a Belém, Ø chegou ao Presepio, e ali parou, nem passou dalli. (VIEIRA, séc. XVII, p. 68)

A sequencialidade temporal preserva a ordem cronológica dos eventos ocorridos. Neste caso, temos que a ordenação das orações temporais possui uma motivação icônica. A ordem fixa das orações temporais pode ser reforçada pela presença de alguma referência anafórica, na qual elementos da primeira proposição são retomados na proposição seguinte, gerando uma dependência sintático-semântica na construção, conforme (34), em que *amomum* é retomado anaforicamente pelo pronome clítico *a*:

- (34) [...] e derãme hua mostra de amomum que eu trouxe a Goa, Ø mostreya aos boticarios, e cotejey já com hus debuxos dos simples de Dioscorides,e a todos nos pareceo cõforme ao debuxo, e aos dos ditos escritores [...] (D'ORTA, séc XVI, p. 14)

Na relação temporal, o binarismo estrutural não é traço obrigatório, como podemos observar nas ocorrências (33) e (34) acima. As relações temporais podem, assim, articular inúmeras proposições. As paratáticas temporais são comumente identificadas como sequência abertas (NEVES; BRAGA; DALL'AGLIO-HATTNER, 2008), sobretudo em situações em que se têm narrativas. Observamos, em nossos dados, que a frequência de combinações temporais com três segmentos é a maior, sendo que os dois primeiros segmentos estão justapostos e o terceiro segmento é inserido com a intervenção de um *e* (ou &), marcando a finalização do período. Podemos dizer que o leitor, no momento em que se depara com uma sequencialidade de eventos, pela projeção, fica na expectativa de que o desfecho dessa sequencialidade seja realizado por algum marcador formal. Este tipo de construção parece ser recorrente até hoje, embora não seja um traço obrigatório, como é mostrado em (35).

- (35) Deixo a que Cesar escreveo a Roma, das novas de Persia, que continha só três palavras: “Cheguei, Ø vi, Ø venci.” (LOBO, séc.XVII, p. 27)

O que também não se configura como obrigatoriedade na relação temporal é a junção de orações simples. A relação de tempo pode articular conjunto de enunciados, como em (36), em que, ao narrar uma parte da história do Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires, o autor combina orações complexas e encerra o período com a conjunção *e*:

- (36) Veolhe a ocasião como a pudera pintar: & póla não perder, porque a junta avia de ser à tarde, foyse aquella manhã a Palacio. Ø Entrou logo, que pera elle não avia porta fechada, nem detença. Ø Fallou a S. Sãtidade em algũas matérias das que trazia a cargo de Trento: Ø apontou nellas o que entendia co advertencias importantes pera se poder dar fim com brevidade ao Cõcilio como S. Santidade desejava. Ø agradeceolhas S. Santidade & mostrou tanta satisfação dellas, q lhas pedio por escrito prometendo de não tardar em as dar à execução [...] (SOUSA, séc. XVII, p. 61)

Nos dados, as paratáticas justapostas temporais, frequentemente, evocam ligações temporais que estão prefiguradas no discurso precedente e que podem auxiliar na

interpretação da construção. Para ilustrar tal afirmação, analisamos a ocorrência (02), retomada aqui em (34'), com seu contexto discursivo ampliado:

(34') **Perguntey** a hum botycairo espanhol na lingoa, e Iudeu na falsa religiam, ho qual dezia ser de Ierusalem, quem me dizesse que era amomum, e dixeme que era em Arabio há mama, quem quer dizer pode pomba na mesma lingoa, e que elle ho conhecia muito bem, e porem que ho nam vira nesta terra se não suya, e que nisto nenhũa duuida tinha. **E depois** de algũs annos fui avisitar ho Nizamox, e perguntey a seus físicos se tinham amomum, e dixerãme que nestas terras não ho auia, mas que antre outras mezinhas que aorey trazião da Turquia, e Persia, e Arabia, aos quaes elle pagaua muy bem polla necessidade que tinha dellas pera fazer as cõposições vinha ho Amomũ, das quais cõposições era hũa meuidato, e **derãme hua mostra de amomum que eu trouxe a Goa, Ø mostreya aos boticarios**, e cotejey já com hus debuxos dos simples de Dioscorides, e a todos nos pareceo cõforme ao debuxo, e aos dos ditos escritores, e ainda que estava seca, bem parecia feita a feiçam de pé de pomma. (D'ORTA, séc XVI, p. 14)

O autor, nesta parte do texto, conta sobre a dificuldade de se encontrar uma planta chamada amomum utilizada para produção de um remédio e sobre o modo que a conseguiu depois de alguns anos de busca. Por tratar-se da narração de um fato, todo o discurso que precede a construção justaposta expressa uma temporalidade do tipo sequenciamento. A paratática justaposta em questão traz, nada menos, que a continuação dessa narração que apresenta como marcas temporais precedentes verbos no pretérito perfeito, tais como *perguntey*, *dixeme*, *dixerãme*, e juntores *E depois*. O discurso precedente, assim, ajuda o interlocutor na interpretação de construções justapostas, como afirmaram Pekarek Doehler et al. (2010).

No que diz respeito às correlações modo-temporais⁴² identificadas nas orações paratáticas justapostas de tempo, o Gráfico 02 mostra a frequência, em percentuais, de cada

⁴² A correlação modo-temporal nas paratáticas justapostas receberão as seguintes siglas:

Presente do Indicativo: **Pres.**

Presente Histórico: **Pres. H.**

Pretérito Perfeito: **Pret.**

Pretérito Imperfeito do Indicativo: **Pret. Imp. Ind.**

Futuro do Presente: **Fut. Pres.**

Futuro do Pretérito: **Fut. Pret.**

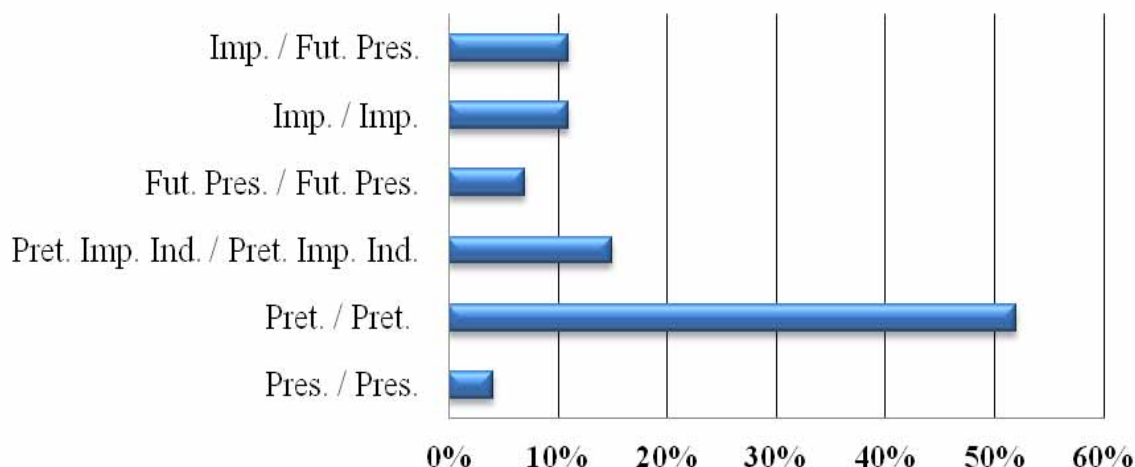
Presente do Subjuntivo: **Pres. Subj.**

Pretérito Imperfeito do Subjuntivo: **Pret. Imp. Subj.**

Imperativo: **Imp.**

tipo de correlação e revela uma tendência à simetria morfossintática⁴³:

Gráfico 02: frequência das correlações modo-temporais nas construções paratáticas justapostas temporais



O Gráfico 02 ilustra que o aspecto perfectivo ou realizado foi o que teve maior recorrência nos dados analisados, correspondendo a 52% (ou 14/27) das ocorrências, como exemplificamos em (33), (34), (35) e (36), onde temos os verbos *foy*, *chegou*, *derãme*, *mostreya*, *cheguei*, *vi*, *vendi*, *foyse* e *entrou*. Tal aspecto, aliado ao tipo de tempo identificado nas ocorrências, ou seja, ao sequenciamento temporal, favoreceram a caracterização dos segmentos articulados como simultâneos parciais.

A simultaneidade parcial, como bem descrevem Neves (2000) e Traugott e König (1991), pode dar margem à interpretação de causa e gerar ambiguidade do tipo tempo/causa, em determinador contextos. Ao analisarmos nossas ocorrências, não percebemos essa possível ambiguidade, descrita pelos autores, nos dados com leitura de tempo, principalmente nos textos pertencentes às TD que trazem algum tipo de narração. Isso mostra que nem sempre a simultaneidade parcial irá permitir a leitura de causa em construções de tempo, uma vez que a

⁴³ O Gráfico 02 e os demais gráficos referentes à morfologia verbal, que aparecerão ao longo da análise, trazem, em cada coluna, um tipo de correlação modo-temporal identificado na construção. A quantificação foi realizada tendo em vista construções binárias, sendo assim, a legenda apresentará sempre dois modos-temporais, separados por uma barra, sendo que o tempo verbal que aparece antes da barra corresponde ao tempo verbal da primeira oração e a que aparece após a barra corresponde ao tempo verbal da segunda oração.

inferência de causa depende sempre do contexto e, no caso das nossas ocorrências, não havia um contexto que sustentasse a leitura de causa.

Nas ocorrências cujas estruturas configuram-se por meio de atos de fala, a correlação modo-temporal verificada com maior recorrência foi a de imperativo nas duas orações ou de imperativo no primeiro segmento e de futuro no segundo segmento, como é exemplificado em (37), onde temos *entrai*, no primeiro segmento, e *irês* e *veres* no segundo segmento. Nesse caso, o autor sinaliza que o falante dá uma ordem ao seu interlocutor e descreve suas ações futuras cronologicamente. Trata-se, portanto, também de uma narração, mas com ações que acontecerão no tempo futuro, mantendo, assim, o sequenciamento temporal que predominou nos textos que compõem o *corpus* da pesquisa. Nesses casos, em que as correlações verbais se apresentam com futuros e imperativos (que permitem leitura de futuro), podemos dizer que a categoria de tempo mais empregada foi a de posterioridade.

- (37) Diabo: Ora **entrai** nos negros fados Ø
 irês ao lago dos cães
 e **verês** os escrivães (VICENTE, séc. XVI, verso 669)

Nos dados, notamos a tendência da correferencialidade dos sujeitos nas sequências oracionais justapostas (19 ocorrências no total), como em (33), (35), (36) e (37) bem como a elipse do sujeito no segundo segmento. Na ocorrência (38), por sua vez, em que cada oração apresenta sujeitos distintos (*Cesar; Pompeyo; Rufo; Catão, ditadura*), a simetria pode ser garantida pelo paralelismo estrutural da construção: cada oração é constituída por um sujeito e um verbo intransitivo (*venceo; morreo; fugio; se matou; acabou; perdeu-se*). Isso garante também às relações temporais o status de unidade, na qual cada oração pode ser interpretada como componente de um único evento.

- (38) E a de Gneo Sylvio, escrevendo as novas da Farsalia, que dizia: Cesar *venceo*, Ø Pompeyo *morreo*, Ø Rufo *fugio*, Ø Catão *se matou*, Ø *acabou a ditadura e perdeu-se a liberdade*. (LOBO, séc. XVII, p. 27)

No que concerne à relação temporal, podemos concluir que as paratáticas justapostas temporais que codificam sequenciamento apresentam como marcas salientes para a interpretação do sentido: (a) a semântica dos verbos; (b) a ordem fixa das orações, respeitando a ordenação das ações no mundo; (c) a possibilidade de apresentar sequência aberta ($x, y \dots n$), podendo articular conjuntos oracionais. Os esquemas que precedem a paratática, levando em conta o tipo de texto em que o discurso está inserido, podem auxiliar na interpretação temporal; além disso, a projeção faz com que o interlocutor espere que uma sequência de eventos seja encerrada por meio da conjunção *e*. No nível da articulação, a relação temporal do tipo sequenciamento tende a realizar o partilhamento de tempo e modos verbais, com valores temporais dos tipos simultaneidade parcial e posterioridade, e a correferencialidade dos sujeitos, estreitando a dependência entre as orações.

3.2. RELAÇÃO DE CAUSA

Uma construção causal, sob uma perspectiva lógico-semântica, de acordo com Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008), pode ser caracterizada pela junção entre um evento-causa, evento-consequência ou evento-efeito, além de compreender possivelmente um componente de condicionalidade. Por conseguinte, a relação causal, asseveram as autoras, implica uma sequência temporal entre os eventos, o que remete à ideia de que o segundo evento é previsível a partir do primeiro. Para Paiva e Braga (2010), a causalidade depende das relações discursivas e das intenções do locutor. Assim, o que legitima a ocorrência em (39) como causal é a possibilidade de uma sequencialidade temporal entre eventos e o elo de causalidade discurso-pragmático entre as orações. Nesse caso, a interpretação causal é realizada quando reconhecemos, inferencialmente, que o fato de alguém “ser fidalgo” na sociedade pode gerar o efeito de “ser bem recebido”:

- (39) Fidalgo: Que me deixeis embarcar.
 Sou fidalgo de solar, Ø
 é bem que me recolhais. (VICENTE, séc. XVI, verso79)
Porque sou fidalgo de solar, é bem que me recolhais

A causalidade apresenta-se com uma constituição estrutural essencialmente binária, conforme Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008), em que *causa* abrange causa real, motivo, razão, justificativa ou explicação e *efeito* abrange consequência real, resultado ou conclusão.

Nos textos analisados, foram identificadas 34 ocorrências com algum tipo de relação causal. Desse total, 24 ocorrências apresentam articulação entre duas orações simples. As demais ocorrências trazem uma articulação que combina conjunto de enunciados em um dos segmentos, como o exemplificado em (40), em que o segundo segmento traz a explicação do fruto “tamarinho” ser o melhor, por meio de um conjunto de orações. Apesar das construções combinarem porções textuais, o binarismo estrutural da relação causal ainda é preservado, uma vez que é possível identificar a porção textual que se refere à causa e a porção textual que se refere ao efeito.

- (40) [...] o melhor he o tamarinho, Ø serve isto de tingir, e a casca se guarda seca e se leva per mar pera fazer vinagre, e já algũs há levarão pera Portugal, e acharamse bem com ella.
 (D’ORTA, séc XVI, p. 31)
O melhor é o tamarindo, pois serve para tingir e a casca se guarda seca e se leva ao mar para fazer vinagre, já alguns levaram para Portugal e acharam-se bem com ela.

As construções causais podem ser interpretadas tendo em vista dois grupos distintos: aqueles que estabelecem uma relação de causa/efeito indicando “causa real”, ou “causa eficiente”, ou “causa efetiva” (NEVES, 2000, p. 804) e aqueles que estabelecem uma explicação ou justificativa entre os eventos. Sendo assim, julgamos conveniente analisar os dados referentes às justapostas causais separando esses dois grupos, já que cada grupo

mobiliza pistas de natureza semântica, pragmática e sintática que nem sempre correspondem às mesmas interpretações.

3.2.1. Relação de causa/efeito

Identificamos uma relação causal do tipo causa/efeito quando a junção é estabelecida entre eventos ligados por uma causalidade em um mundo real/físico, ou seja, quando fazemos uma leitura no domínio do conteúdo ou referencial (NEVES, 2000; NEVES; BRAGA; DALL'AGLIO-HATTNER, 2008; PAIVA; BRAGA, 2010).

Segundo Paiva e Braga (2010, p. 318), a sucessão temporal dos eventos, que sustenta a relação de causa, pode ser traduzida pela ordem das proposições. Um traço marcante da causal do tipo causa/efeito diz respeito à possibilidade de inversão da ordem das orações, que pode acarretar um nexo de causalidade menos transparente, mas não inválido, isso porque trata-se de uma causalidade cujos eventos são realizáveis no mundo físico, inferíveis independentemente da ordem, como é observado na ocorrência (41), em que a mudança da posição das orações não prejudica a leitura de causa. Observamos que a reversibilidade da construção justaposta do tipo causa/efeito é bloqueada, no entanto, quando índices anafóricos são inseridos no segundo segmento da construção, conforme exemplificado em (42), já que a interpretação da anáfora depende de um olhar para trás, fazendo referência a algo anteriormente relatado. Em (42) o pronome *o*, localizado no segundo segmento oracional, substitui o sujeito *arcebispo* do primeiro segmento:

- (41) As vozes ouvem-se, não se vêem; Ø são objectos dos ouvidos, e não dos ólhos. (VIEIRA, séc. XVII, p. 52)

As vozes se ouvem, porque são objetos dos ouvidos e não dos olhos.

Porque são objetos dos ouvidos e não dos olhos, as vozes se ouvem.

- (42) Sabiase o Arcebispo defender, & estava sintindo do pouco q lhe valera a madrugada: Ø não houve cousa que **o** movesse. Levãrão então por manha. (SOUSA, séc XVII, p. 50).

De acordo com Neves (2000, p. 804), embora a causalidade no nível referencial implique uma subsequência temporal do efeito em relação à causa, a relação causal não necessariamente envolve tempo, pois ela pode dar-se entre estados de coisas não-dinâmicos, como observamos na ocorrência (41), em que a relação entre as duas orações não envolve passagem no tempo, mas somente a explicação de um fato. Contudo, nas ocorrências identificadas no *corpus*, a relação causa/efeito com movimento no tempo revelou-se mais frequente, conforme a ocorrência (42).

As inferências discursivo-pragmáticas também são grandes aliadas para a interpretação de causa em uma construção com juntor ausente, tal como defendem Paiva e Braga (2010). Na ocorrência (43), por exemplo, o anjo diz ao fidalgo que ele não poderá entrar na barca em direção ao céu, por motivos diversos, e que há a possibilidade de levar seus pertences na barca que está destinada a ele (a barca em direção ao inferno), pois ela está vazia. A leitura causal, nessa paratática justaposta, depende do conhecimento pragmático de que é espacialmente possível o efeito *a cadeira entrará/ e o rabo caberá/ e todo vosso senhorio* ocorrer, se a causa for verdadeira (a barca estar vazia). Assim a interpretação causa/efeito também é legítima devido ao processo de inferência, nos padrões de representação do mundo, ou seja, nos esquemas interpretativos baseados em nossas experiências do mundo.

(43) Anjo: Não vindes vós de maneira
 pera ir neste navio.
 essoutro vai mais vazio Ø
 a cadeira entrará
 e o rabo caberá
 e todo vosso senhorio. (VICENTE, séc. XVI, verso 92)

A ocorrência (39), mencionada anteriormente, reforça tal parâmetro de interpretação para as causais referenciais, ao mostrar que, pelo mecanismo inferencial, a relação entre a causa “ser fidalgo” (indivíduo com título de nobreza) e o efeito “ser bem recebido” é legítima.

É possível pressupor a leitura de causa/efeito da ocorrência (39) ao considerarmos a temática da peça de teatro e o discurso imediatamente anterior, representado em (39'). O anjo pergunta ao fidalgo qual o seu desejo - *Que demandais?* (verso 78) – e como resposta, espera-se que o fidalgo não só diga o que deseja, mas que também ofereça argumentos ou razões para que o pedido seja aceito. Dessa forma, pela projeção discursiva, então, podemos interpretar a relação de sentido que emerge da construção justaposta como uma relação do tipo causa/efeito:

(39') Anjo: Que demandais?

Fidalgo: Que me deixeis embarcar.
Sou fidalgo de solar, Ø
é bem que me recolhais. (VICENTE, séc. XVI, verso 78)

Nos dados analisados, os discursos precedentes também carregam marcas tanto nos níveis acional e conceitual, como no nível sintático, com esquemas paratáticos do tipo causa/efeito, que auxiliam na leitura das construções justapostas. Na ocorrência (41), por exemplo, o contexto discursivo, conforme apresentado em (41'), busca compreender a razão pela qual um menino, recém-nascido, destituído de linguagem verbal, consegue pregar. A causa deste fato, inquietante ao padre, é apresentada após o juntor *porque*. No entanto, essa incoerência (a de que as vozes são vistas e não ouvidas) é questionada novamente ao retomar a passagem bíblica sobre as Tábuas da Lei na qual diz que o povo de Israel via, e não ouvia, as vozes de Deus. O pregador tenta mostrar que a Escritura Sagrada pode ser considerada incoerente ou incompreensível à mente humana por meio de uma construção justaposta do tipo efeito/causa e pelo discurso posterior, que exemplifica a afirmação feita pela paratática justaposta:

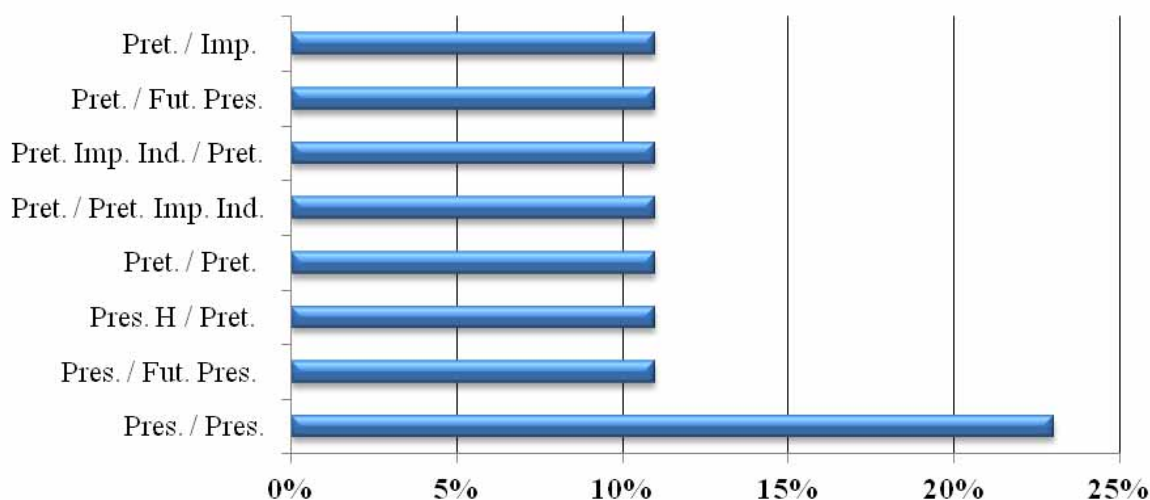
(41') Pois se não fallava, nem fallou huma só palavra no Presepio, como ensina este Orador mudo, ou como podia ensinar? Os mesmos Pastores o entendêraõ; e declaráraõ, não rustica, se não altamente: *Transeamus* (dizem) *usque ad Bethlehem, videamus hoc Verbum*: Passemos até Belêm a ver esta palavra. Não dizem a ouvir, senão a ver; **porque** as palavras

deste Divino Orador (e porisso Divino) não são hoje palavras, que se ouvem; são palavras, que se vêem.

Quando Deos no monte Sinay deo a Ley a Moysés, a qual toda pronunciou por sua propria boca, estava o immenso povo de Israel estendido em roda pelas raízes do monte; e diz o texto Sagrado, que todo o povo via as vozes de Deos: *Cunetus autem populus vibat voces. As vozes ouvem-se, não se vêem, Ø são objeto dos ouvidos, e não dos olhos*; e assim como os ouvidos não podem ouvir as cores, assim os olhos não podem vêr as vozes: como diz logo o texto, que o povo via as vozes de Deos? (VIEIRA, séc. XVII, p. 52)

No que diz respeito à morfologia verbal, os dados mostraram que a leitura de causa/efeito se correlaciona com inúmeras combinações modo-temporais nos textos produzidos nos séculos XVI e XVII, como é possível observar no Gráfico 03 abaixo:

Gráfico 03: frequência das correlações modo-temporais nas construções paratáticas justapostas causais



Verificamos, conforme Gráfico 03, que do total de ocorrências com leitura de causa/efeito, 23% (ou 2/9) das ocorrências apresentam combinações que se aproximam das evidências levantadas por Traugott e König (1991), de que a leitura tipicamente causal ocorre quando a construção refere-se a um evento não-passado, como vemos na ocorrência (41), em que encontramos tanto na causa como no efeito o presente do indicativo (*ouvem-se; são*), e na ocorrência (43), em que temos uma combinação modo-temporal que concilia, nos segmentos, presente e futuro, respectivamente (*vai; entrará, caberá*).

Em nossas construções de causa/efeito, a articulação de segmentos que correlacionam presente do indicativo e presente/futuro são percebidas como genéricas, podendo favorecer também a leitura de condição, como defendem Traugott e König (1991), Neves (2000) e Paiva e Braga (2010). A paráfrase com condicional “se” nas ocorrências (37) e (43) são facilmente recuperáveis: “Se sou fidalgo de solar, é bem que me recolhais” e “ Se essa outra vai mais vazia, a cadeira entrará, o rabo caberá e todo vosso senhorio”. A ambiguidade, no entanto, é desfeita ao considerarmos as inferências pragmáticas que podem ser apreendidas a partir do contexto discursivo, ou seja, pela mobilização de esquemas interpretativos de mundo.

Identificamos quatro ocorrências em que o aspecto pontual e a categoria temporal de simultaneidade parcial predominaram, o que representa 44% (ou 4/9) das ocorrências, como pode ser exemplificado em (42), mencionado anteriormete. Como constataram Traugott e König (1991), a morfologia de pretérito pode gerar ambiguidade na leitura de tempo, sobretudo em textos narrativos. É exatamente nestes tipos de textos que se encontram nossas ocorrências de justapostas do tipo causa/efeito com morfologia de pretérito: nas obras *Corte na aldeia e noites de inverno* (TD narrativa), como em (44), e *Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires* (TD hagiografia), como em (45). Novamente, desfazemos a ambiguidade ao tomarmos como base os esquemas interpretativos do mundo e o contexto discursivo. Dessa forma, a relação modo-temporal sozinha não é suficiente para determinar a relação de causa, já que há inúmeras opções de combinações e grandes possibilidades de polissemias.

- (44) Ayres Gonsalves filho de Henrique de Figueyredo, vay a tomar o hábito dessa Religião, **Ø** não **pareceo** fora de proposito, nem de humanidade, encomendalo a V. P. assim por sua nobreza, & ser criado de minha Casa, como polos serviços, & merecimentos de seus passados cõ os Reys meus antecessores & finalmente por seu bom esforço e virtude. [...] (LOBO, séc. XVII, p. 29)
- (45) Se os encontrava na rua (os religiosos), não podia dissimular a alegria, q recebia em os ver. **Notàrão** isto os Religiosos, **Ø** **advirtirão** ao pay, que ajudasse a boa inclinação do filho, & não tardasse em o fazer estudar. (SOUSA, séc. XVII, p. 36)

A continuidade referencial entre os constituintes mostrou-se frequente na construção paratática justaposta do tipo causa/efeito, como em (41) (*as vozes*), mencionado anteriormente. Contudo, referências distintas entre o sujeito da proposição causal e da proposição efeito também foram averiguadas, como em (42), sem que, no entanto, prejudicasse a leitura causal. A continuidade referencial, nesses dados, foi assegurada pela presença de elementos anafóricos na proposição efeito, garantindo maior dependência entre os membros da construção.

Podemos concluir que as marcas que caracterizam e que ajudam a interpretar uma construção paratática justaposta causal, especificamente do tipo causa/efeito são: a) vínculo com domínio do conteúdo; b) possibilidade de reversibilidade entre os segmentos articulados; c) mobilização de esquemas interpretativos do mundo. A presença de esquemas anteriormente produzidos no discurso também pode trazer algum auxílio na leitura de causa/efeito. No nível da articulação sintática, a relação é estruturalmente binária e pode apresentar: a) tendência ao partilhamento de tempos e modos verbais, com possibilidade de polissemia com a relação de tempo, quando a morfologia verbal for de pretérito com simultaneidade parcial, e com a de condição, quando a morfologia verbal for de presente com perspectiva genérica; b) correferência de sujeito, estando o sujeito elíptico ou não, ou exibindo índices anafóricos. Esses padrões possibilitam que consideremos essas construções causais como mais dependentes ou integradas, nos termos de Paiva e Braga (2010).

3.2.2. Relação de explicação

A relação causal do tipo explicativa é identificada quando a junção se estabelece entre uma conclusão, julgamento ou crença, de um lado, e suas “causas” ou ‘motivações’, por outro lado, ou quando a junção ocorre entre um ato de fala e a expressão de “causa” ou “explicação” daquele ato de fala. Em outras palavras, o elo causal explicativo se realiza

quando a relação se faz no domínio epistêmico e no domínio dos atos de fala (NEVES, 2000; NEVES; BRAGA; DALL'AGLIO-HATTNER, 2008; PAIVA; BRAGA, 2010).

Exemplificamos, respectivamente, cada um desses domínios com as seguintes ocorrências:

- (46) Com estas ajuda de custa estudava pera poder dizer já naquella idade: *Oculus fui coeco*: servi de olhos a hum cego. Era já bom latino: Ø acudia lhe o Senhor com santas inspirações: & estava resolutu em buscar a Deos na Religião: (SOUZA, séc. XVII, p. 37)
Era já bom latino, pois acudia-lhe o Senhor com tantas inspirações.
- (47) Onzeneiro: Dix nom vou eu em tal barca Ø
 estouta tem vantagem. (VICENTE, séc. XVI, verso 206)
Diz não vou eu em tal barca, pois esta outra tem vantagem.

Em (46), temos uma causalidade estabelecida entre uma conclusão (*Era já bom latino*) e sua explicação (*pois acudia-lhe o Senhor com santas inspirações*), configurando uma causalidade no domínio epistêmico; em (47), por sua vez, a causalidade é estabelecida entre um ato de fala (*non vou eu em tal barca*), reforçado pela presença do verbo *Dix* (diz), e a explicação de seu evento (*pois estouta tem vantagem*). Segundo Neves (2000, p. 806), a relação de causalidade no domínio dos atos de fala nunca envolve a causa real, efetiva, material, eficiente, trata-se de uma relação mais frouxa do que a relação verdadeiramente causal, pois se aproxima de uma explicação.

Diferentemente das causais do tipo causa/efeito, a reversibilidade, ou seja, a mudança da ordem das proposições, sem que haja alteração da relação semântica da construção, não é possível no caso das explicativas. Tanto nas construções que envolvem atos de fala, quanto nas construções que trazem julgamento ou crença, a oração de “causa” tende a vir posposta, como afirmam Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008). Além disso, a possibilidade de paráfrase com condicional “se” não é aceitável, embora seja possível nas causais do tipo causa/efeito. Isso revela que a natureza de uma construção do tipo explicativa não é a mesma configurada numa relação de causa/efeito.

O discurso precedente à paratática explicativa, no entanto, assim como se apresentou como parâmetro favorável à leitura da relação de causa/efeito, também na relação explicativa mostra-se pertinente enquanto pista para a interpretação das justapostas, uma vez que traz ligações paratáticas explicativas nos níveis acional, conceitual e sintático. Para melhor visualizarmos tal parâmetro, apresentamos a ocorrência (48) em seu contexto discursivo maior:

- (48) Já eu me quisera meter em meo (disse o Doutor) porque se vos ateardes em cortesias, não averá quem as pague, senão Pindaro, q tem hũa corrente tão arrebatada, que não dá vão a nenhũa retorica do mundo. Agora (*arguiu Leonardo*) levastes tres de hum tiro: não me dou por seguro neste lugar, inda que he de minha casa: porem não tendes razão contra Pindaro, **que** cada vez que o ouço, me parece hum livro de cavalarias. Se elle tivera encantamentos escuros, castellos rocheiros, cavaleiros namorados, gigantes soberbos, escudeiros discretos, & donzelas vagabundas; como tem palavras sonoras, razões concertadas, trocados galantes, & periodos que levaõ todo o fôlego; pudera por a hum canto o Amadis, Palmeirim, Clatimundo, & ainda o mays pintado de todos os que nesta materia escreverão: & já estive em o persuadir, que se metesse em hũa empresa semelhante, porem receyo que se me ensoberbeça com altiveza de seu estilo, & despreze aos amigos. **Naõ merecia eu, senhor Leonardo, a vòs, nem ao Doutor (disse Píndaro) que tomasseis meus defeitos por materia de vossa galantaria. Ø Falo como sei, & cada hum se estende conforme a roupa com que se cobre.** Não sou tão filosofo como o Doutor, tão cortesaõ como vòs, nem tão engraçado como Solino, nem tenho mayores penas que a gayola: porém se abrira as azas para compor livros, não ouveraõ de ser de patranhas. (LOBO, séc. XVII, p. 03)

Em (48), o personagem Leonardo, durante todo discurso precedente, argumenta sobre os motivos pelos quais considera Píndaro um *livro de cavalaria*; logo, todo o contexto anterior à paratática justaposta é do tipo explicativo e traz ainda o juntor *que*, o qual abre a argumentação de Leonardo. Na justaposta explicativa em questão, o falante (Píndaro) rebate as palavras de Leonardo, ao justificar suas razões para falar da forma que fala ([...] *Falo como sei, & cada hum se estende conforme a roupa com que se cobre*). Sendo assim, temos um esquema explicativo produzido no contexto prévio que reflete na projeção do texto.

A peça de teatro *Auto da barca do inferno*, como se verá com mais detalhes na próxima seção, reúne TD favoráveis às incidências de explicativas, primeiro porque aborda uma temática cujo propósito dos personagens é o de se justificarem com argumentos oportunos, garantindo a entrada na barca do céu ou do inferno, e segundo porque, por se tratar

da TD peça de teatro, os atos de fala são os que estruturam o texto. Diante disso, temos que todas as ocorrências de paratáticas justapostas do tipo explicativas, identificadas na peça de teatro, apresentam esquemas causais explicativos anteriormente explorados no discurso nos níveis acional, conceitual e sintático, como ocorre em (49), em que o Anjo, no contexto anterior à justaposta explicativa, justifica a aceitação de Joanes na barca do céu:

(49) Anjo: Tu passarás se quiseres
porque em todos teus fazeres
 per malícia nom erraste.
 Tua simpreza t'abaste
 para gozar dos prazeres.
 Espera entanto per i
 veremos se vem alguém
 merecedor de tal bem
 que deva de entrar aqui.

Vem um Sapateiro com seu avental e carregado de formas e chega ao batel infernal diz:

Sapateiro: Ou da barca

Diabo: Quem vem i?
 Santo Sapateiro honrado
 Como vens carregado.

Sapateiro: Mandaram-me vir assi.
 E pera onde é a viagem?

Diabo: Pera o lago dos danados

Sapateiro: Os que morrem confessados
 onde tem sua passagem?

Diabo: **Nom cures de mais linguagem Ø**
esta é tua barca esta. (VICENTE, séc. XVI, verso 299)

O mecanismo inferencial, por sua vez, embora seja mais significativo nas causais do tipo causa/efeito para a interpretação do sentido, nas causais do tipo explicativo também pode auxiliar na leitura de algumas ocorrências, mas não de modo incisivo como nas referenciais. Na ocorrência (50), a leitura explicativa é mais coerente se recuperarmos o conhecimento pragmático de que, na sociedade humana, pessoas influentes ou de poder aquisitivo alto, como um fidalgo, sempre possuem certos privilégios ou regalias não obtidas ou de difícil

alcance pelas pessoas de classe econômica mais baixa. Logo, o que justifica para o fidalgo a sua entrada na barca do céu é o seu título de nobreza. Já a ocorrência (51), em que o falante se nega a entrar na barca do inferno e justifica sua entrada na barca do céu, é melhor compreendida se inferirmos que ir para o céu é mais viável do que ir para o inferno, onde há sofrimento e dor.

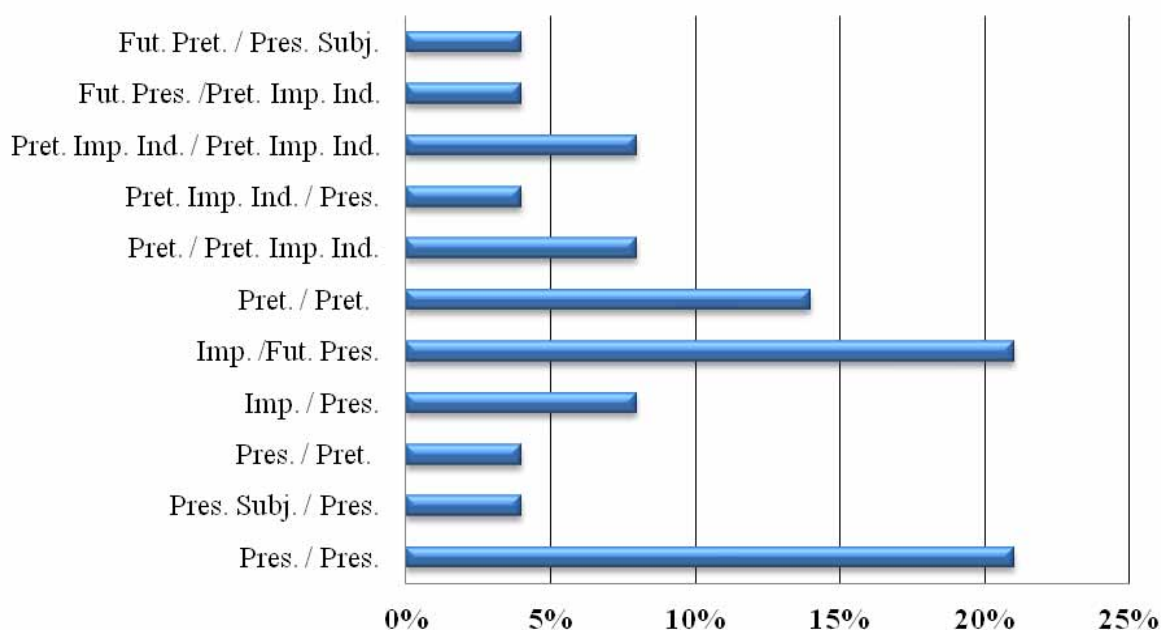
(50) Fidalgo: Que me deixês embarcar. Ø
 Sou fidalgo de solar
 é bem que me recolhais. (VICENTE. Séc. XVI, verso 79)

(51) Procurador: Dix non vou eu pera lá. Ø
 Outro navio está cá
 muito melhor assombrado (VICENTE. Séc. XVI, verso 689)

Nos dados analisados, de modo geral, as ocorrências revelaram uma tendência da língua em estruturar as construções paratáticas justapostas explicativas por meio do partilhamento de tempos e modos verbais, como se observa no Gráfico 04, onde temos 21% das ocorrências combinando o modo-temporal presente/presente, 21% das ocorrências articulando imperativo/futuro do presente, sendo que o modo imperativo, nesses dados, implica futuro, e 14% das ocorrências combinando pretérito perfeito/preterito perfeito. Além disso, constatamos que a simultaneidade parcial, que abrange extensões de tempo não concomitantes, como em (52) e (53) abaixo, e a simultaneidade total ou concomitância temporal, como em (47), (49), (50) e (51), mencionadas anteriormente, predominaram entre os dados de justapostas explicativas:

(52) Diabo: Entra cá Ø governará
 até as portas do inferno. (VICENTE. Séc. XVI, verso 762)

(53) Fidalgo: Esperar-me-ês vós aqui Ø
 tornarei à outra vida
 ver minha dama querida
 que se quer matar por mi. (VICENTE. Séc. XVI, verso 129)

Gráfico 04: frequência das correlações modo-temporais nas construções paratáticas justapostas explicativas

A simetria de tempos e modos verbais, índice de maior dependência/integração entre os constituintes oracionais, foi identificada principalmente em dados pertencentes ao domínio epistêmico, conforme ilustrado na ocorrência (54), em que a simetria morfossintática se faz com pretéritos imperfeitos. Tal traço, no entanto, não é obrigatório, assim como na relação causa/efeito, uma vez que identificamos ocorrências, em que as combinações verbais das proposições foram realizadas com tempos distintos, como é ilustrado na ocorrência (55), cuja combinação modo-temporal se dá entre pretérito imperfeito, na proposição antecedente, e pretérito perfeito, na proposição explicativa.

- (54) Em fim tal vida começou a fazer quinze annos de idade, como se tivera perdido muytos em vícios, & costumes estragados no mundo, & aborrecido delles, & desenganado delle se recolhera a fazer penitencia, & tomar vingança de sy no derradeiro quartel da idade. Muyto se **contentãvãõ**_os Religiosos, Ø grandes pronosticos **fazião** de tão bõs princípios [...]
(SOUSA, séc. XVII, p. 39)
- (55) O tratamento de sua pessoa & mesa, q agora diremos, não principiou em Braga: continuou em Braga o que tinha na Religião. O que espanta he que não afrouxou nunca hum ponto do rigor com que entrou. No vestido, como na cama, não **admitia** nenhum gênero de linho, nem outro lenço: Ø o hábito da Ordem não **deixou** nunca: as tunicas vzou sempre de estamenha, & acontecia perderlhe a cota. (SOUSA, séc XVII, séc. 43)

No domínio dos atos de fala, por sua vez, a morfologia verbal com maior frequência foi a de imperativo no ato de fala e a de futuro do indicativo ou presente na oração com a justificativa do ato de fala, como exemplificado em (53), já explorado anteriormente, em que no primeiro segmento tem-se o modo imperativo com *Esperar-me-ês* e, no segundo segmento, tem-se o futuro com *tornarei*.

Ainda do ponto de vista formal, o partilhamento de sujeito nas construções paratáticas justapostas explicativas também foi frequente em ambos domínios, corroborando, assim, a asserção de Paiva e Braga (2010) de que as justapostas causais são mais propensas à correferência de sujeitos do que as sequências coordenadas com “e”. A elipse do sujeito também se configura como tendência da língua neste período da história, como pode ser visualizado em (46), previamente discutida. Além disso, há dados com relações explicativas cujos elementos anafóricos presentes nas proposições auxiliam na simetria semântica entre as orações e faz com que a continuidade referencial nas construções justapostas, que colabora na constituição da natureza integrativa deste tipo de paratática, possa ser identificada, como mostra (56) abaixo, em que *me* retoma anaforicamente o sujeito da primeira oração e gera vínculo mais estreito entre os segmentos articulados:

- (56) Enforcado: Agora nam sei que é isso Ø
 nam **me** falou em ribeira
 bem barqueiro nem barqueira
 senam logo ò paraíso.
 Isto muito e seu siso
 e era santo o meu baraço
 não sei que aqui faço.
 Que é desta glória emproviso? (VICENTE, séc. XVI, verso 802)

Tendo em vista o exposto, assinalamos os traços que caracterizam e que favorecem a leitura causal do tipo explicativa: a) vínculo com o domínio epistêmico e dos atos de fala; b) assimetria entre segmentos articulados. O reconhecimento das paratáticas justapostas causais explicativas pode ser auxiliado pela mobilização de esquemas interpretativos do mundo e por

esquemas anteriormente produzidos no discurso. Tais construções podem exibir no nível da articulação sintática: a) tendência ao partilhamento de tempos e modos verbais; b) correferência de sujeito, quando o sujeito estiver elíptico ou não, ou quando exibir índices anafóricos; c) binarismo inerente. Esses parâmetros, tal como realizados nos dados, possibilitam que consideremos a construção como mais dependente/integrada, nos termos de Paiva e Braga (2010).

3.3. RELAÇÃO DE CONTRASTE

O contraste, que caracteriza-se como uma relação, sobretudo, pragmática por envolver as expectativas dos falantes e autores, tem como traço relevante o antagonismo semântico entre seus segmentos. Esse antagonismo pode estar relacionado tanto com a presença de dois segmentos semanticamente opostos, quanto com a recorrência de estruturas sintáticas aliadas à presença/ausência de partícula negativa (LAKOFF, 1971 apud LONGHIN-THOMAZI, 2003; PEZATTI; LONGHIN-THOMAZI, 2008). A leitura de contraste também pode ser estabelecida por uma quebra de expectativa decorrente do cancelamento de uma pressuposição, como é mostrado por Lakoff (1971 apud LONGHIN-THOMAZI, 2003) e Pezatti e Longhin-Thomazi (2008). A pressuposição, segundo o autor, é entendida como as expectativas que os falantes têm a respeito do que acreditam ser “normal” no mundo.

A seguir, mostramos exemplos que apresentam as pistas mais produtivas para o reconhecimento do contraste em construções paratáticas justapostas, a saber: (a) o paralelismo estrutural e semântico, em (57), em que o paralelismo sintático se dá entre *palavras* X *óbras* e *ouvem-se* X *vêm-se*; (b) a oposição semântica pela presença/ausência de negação, em (58), em que há uma refutação no primeiro segmento oracional e uma retificação no segundo segmento; e (c) a quebra de expectativa por uma contra-argumentação, como em (59), em que a pressuposição cancelada está no fato de um adolescente ser grande gramático:

- (57) A razão de as vozes de Deos se perceberem com os ólhos, e não com os ouvidos, he; porque as vozes de Deos não são palavras, são obras; e o juízo das obras não pertence ao ouvido, senão á vista: as palavras ouvem-se, Ø as obras vêm-se. (VIEIRA, séc. XVII, p. 53)
[...] *as palavras são ouvidas, mas as obras são vistas.*
- (58) Este exercicio tinha até junto das onze, & então se agasalhava entre as pobres mantas. O tratamento de sua pessoa & mesa, q agora diremos, não principiou em Braga: Ø continuou em Braga o que tinha na Religião. (SOUSA, séc. XVII, p. 43)
O tratamento de sua pessoa, que agora diremos, não principiou em Braga, mas continuou em Braga.
- (59) Inda não tinha perfeitos quinze anos, Ø já era valente gramático. (SOUSA, séc XVII, p. 36)
Ainda não tinha perfeitos quinze anos, mas já era valente gramático

De acordo com Pezatti e Longhin-Thomazi (2008), os vários usos das conjunções adversativas permitem a separação da relação contrastiva em subtipos semântico-pragmáticos distribuídos em três grandes grupos: (i) adversativas de conteúdo, tem-se uma relação de oposição entre dois elementos; (ii) adversativas “epistêmicas”, a relação de contraste é explicitada como resultado de um cancelamento de pressuposições; e (iii) adversativas de atos de fala, o contraste decorre do conflito entre as intenções e as atitudes sinalizadas pelos enunciados articulados. Constatamos que os nossos dados enquadram-se majoritariamente nas adversativas de conteúdos, conforme exemplo em (57), e nas adversativas “epistêmicas”, sendo que os tipos de contraste “epistêmicos” identificados foram o de (a) refutação, em que o falante desmente, nega ou contesta uma informação explícita ou implicitamente veiculada e então oferece a informação que julga correta, conforme (58); e o de (b) contra-argumentação, em que o contraste emerge em virtude de se tomar os membros A e B como argumentos em favor de conclusões opostas, como é ilustrado em (59).

A mobilização das inferências pragmáticas e posteriormente sua anulação ou sua frustração é mais perceptível no contraste realizado por contra-argumentação, como verifica-se em (59), em que não se espera que uma pessoa com menos de quinze anos seja um bom gramático. Essa oposição quanto à expectativa “normal” no mundo, identificada na

ocorrência, é alimentada, sobretudo, pela presença do “ainda” (*Inda*)⁴⁴, que evidencia qual é o esquema de representação de mundo do locutor, desenvolvido culturalmente.

Segundo Neves (2000) e Pezatti e Longhin-Thomazi (2008), as construções contrastivas nunca articulam mais que dois segmentos, ou seja, são estruturalmente binárias. A restrição à articulação de dois segmentos está associada ao vínculo semântico-pragmático que a relação de contraste apresenta: a de desigualdade entre dois eventos. Em nossos dados, observamos que a combinação de paratática justaposta por meio de orações simples foi a mais frequente, com 19 ocorrências, principalmente naquelas caracterizadas por oposição semântica, como em (57), já apresentada antes. Os dados mostraram também que a relação de contraste pode ser estabelecida pela combinação de conjuntos de orações (12 ocorrências no total), sem que, no entanto, o binarismo estrutural deixasse de ser mantido. Nesses casos, as relações contrastivas do tipo contra-argumentação e refutação foram as mais frequentes. Na ocorrência (60) abaixo, que traz um contraste do tipo refutação, tanto o primeiro quanto o segundo segmento são formados por conjuntos de enunciados; já na ocorrência (61), o segundo segmento é constituído por um bloco com três orações que contrasta com o primeiro segmento formado por uma oração simples:

- (60) Não sou eu, o que hey de pregar o Nascimento de Christo: Ø o mesmo Christo nacido he, o que há de pregar o seu nascimento. (VIEIRA, séc. XVII, p. 50)

Não sou eu quem irá pregar o nascimento do Cristo, mas o mesmo Cristo nascido é quem irá pregar seu nascimento.

- (61) Se vissemos hum Prégador, que não fallava palavra, e estivesse envolto, e como amortalhado na sobrepeliz, e posto, ou metido no púlpito, como sepultado nelle; este Prégador não podia deleitar o auditório, Ø enfastiá-lo, esfriá-lo, e desagradá-lo sim. (VIEIRA, séc. XVII, p. 57)

[...] este pregador não podia deleitar o auditório, mas enfastiá-lo, esfriá-lo e desagradá-lo sim.

⁴⁴ O exemplo (58) traz marcas especiais de contraste: *Inda* e *já*. Tais itens podem configurar-se como manobra argumentativa que se aproxima do contraste do tipo concessão, o qual apresenta argumentos opostos pragmaticamente: *Embora* não tivesse perfeitos quinze anos, *já* era valente gramático.

No que diz respeito à ordem dos segmentos articulados, Lakoff (1971, apud LONGHIN-THOMAZI, 2003) afirma que em construções onde o uso do *but* é do tipo oposição semântica, a inversão da ordem das orações não muda a interpretação, como pode ser comprovado em (62); porém, naquela em que *but* é do tipo quebra de expectativa, a reversibilidade não é observada, em virtude de não haver um contraste direto entre as orações. A reversibilidade do contraste é observada, portanto, em construções em que se tem o paralelismo sintático e semântico entre os segmentos articulados, como em (62), cujo paralelismo se dá entre *ditas X feitas* e entre *ouvem-se X vêm-se*.

- (62) [...] porque as palavras ditas ouvem-se, $\emptyset$ as palavras feitas vêm-se. (VIEIRA, séc. XVII, p. 57)
porque as palavras ditas são ouvidas, mas as palavras feitas são vistas.
porque as palavras feitas são vistas, mas as palavras ditas são ouvidas.

Observamos, no entanto, que alguns fatores de ordem morfossintática bloqueiam a reversibilidade das justapostas contrastivas que apresentam oposições semânticas, tais como:

a) elipse de alguns dos elementos no segundo segmento, como mostra em (63), em que a inversão da ordem das orações resultaria em uma dificuldade de interpretação em virtude da omissão do sujeito *palavras*; b) presença de sintagma preposicional do tipo comentário, como *polo contrario*, no segundo segmento, conforme (64); c) presença de léxicos antagônicos que são localizados tradicionalmente nos mesmos segmentos oracionais - *algũs/hũas* aparecem frequentemente no primeiro segmento e *outros/outra* aparecem no segundo segmento -, como podemos ver em (65):

- (63) As **palavras**, que são palavras, ouvem-se; $\emptyset$ as que são óbras, vêm-se. (VIEIRA, séc. XVII, p. 53)
- (64) Aonde vos achais, sey q dizeis sempre mal de mim; $\emptyset$ eu, **polo contrario**, não perco ocasião de dizer louvores vossos; porém, quem a ambos nos conhecer a nenhum de nós ha de dar crédito. (LOBO, séc. XVII, p. 31)
- (65) No dia seguinte visitou o Arcebispo as sete Igrejas: & dahi em diante quase todos os dias era chamado de S. Santidade, & **hũas vezes** o mandava ficar a jantar: $\emptyset$ **outra** convidava o pera o dia seguinte mostrando particular gosto de tratar com elle. (SOUZA, séc. XVII, p. 55)

Com base na análise dos dados, constatamos que o contexto anterior às paratáticas contrastivas cria uma oposição semântica tanto nos níveis conceitual e acional, quanto no nível sintático a qual é, posteriormente, reexplorada no discurso. Para ilustrarmos essa proposta de análise, tal como desenvolvida por Pekarek Doehler et al. (2010), apresentamos a ocorrência (63), analisada a partir de um ponto de vista contextual:

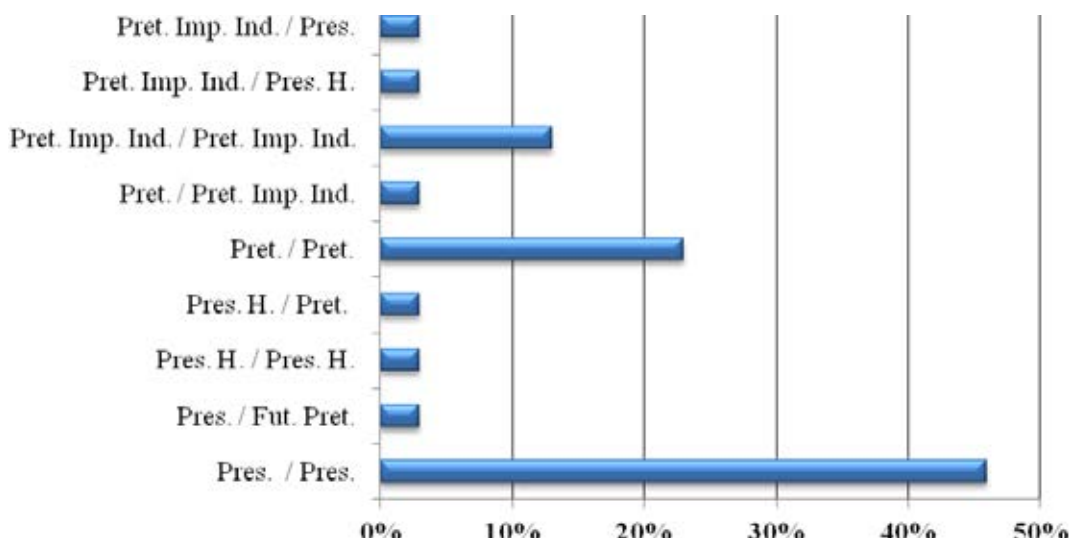
(63') [...] eassim como os os ouvidos não pódem ouvir as côres, assim os ólhos não pódem vêr as vozes: como diz logo o texto, que o povo via as vozes de Deos? Porque eraõ de Deos, responde Philo Hebrêo. Entre a voz humana e a divina há esta diferença: que a voz humana percebe-se com o ouvido, a voz Divina com a vista: *Humana vox auditu, Divina visu percipitur*. E porque a Filosofia desta resposta parece dificultosa de entender, o mesmo Philo pede a razão, e a dá: [...] Excellentemente dito, e evidenciado. A razão de as vozes de Deos se perceberem com os ólhos, e não com os ouvidos, he; porque **as vozes de Deos não são palavras, Ø são óbras; e o juízo das óbras não pertence ao ouvido**, senão á vista: **as palavras ouvem-se, Ø as óbras vêm-se**. (VIEIRA, séc. XVII, p. 53)

O trecho acima, que é extraído *Sermão do nascimento do menino Deus*, do Pe. Antonio Vieira, explora o ato de pregar. Na quinta linha, o locutor emite uma opinião com relação à resposta dada por “Philo Hebrêo” de que as vozes vindas de Deus são vistas e de que as vozes vindas do homem são ouvidas: “resposta parece dificultosa de entender”. Quando o locutor categoriza a resposta como “dificultosa”, dispara-se uma inferência, criando uma oposição entre o que é *fácil* e *difícil* e iniciando, assim, a atividade de colocação de contraste. Na sequência, o locutor explica a razão pela qual considera a “resposta dificultosa” por meio das construções paratáticas justapostas contrastivas. O contexto discursivo, dessa forma, pode contribuir para uma possível leitura de contraste numa construção cujo juntor encontra-se ausente.

Na relação de contraste, tendo em vista o nível de articulação sintática, podemos reconhecer maior integração entre os elementos articulados, dado que o partilhamento de tempos e modos verbais desse tipo de relação paratática é frequente, como podemos observar no Gráfico 05, em que as correlações modo-temporais com presente do indicativo, pretérito perfeito e pretérito imperfeito do indicativo, em ambos segmentos, apresentaram os picos

mais elevados: a correlação presente/presente corresponde a 46% (ou 14/31) das ocorrências; a correlação pretérito perfeito/pretérito perfeito apresenta 23% (ou 7/31) das ocorrências; e a correlação pretérito imperfeito/pretérito imperfeito registra 13% (ou 4/31) das ocorrências.

Gráfico 05: frequência das correlações modo-temporais nas construções paratáticas justapostas contrastivas



Constatamos que, em todas as correlações modo-temporais apresentadas no Gráfico 05, as orações articuladas envolvem simultaneidade total ou concomitância temporal, isto é, os eventos combinados em uma mesma construção ocorrem ou ocorreram ao mesmo tempo. Vários estudos mostram que essa categoria temporal pode alimentar a relação de contraste (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; KORTMANN, 1997). Entre a simultaneidade total e a relação de contraste há, dessa forma, uma proximidade.

Ainda atentando-nos à interpretação das justapostas contrastivas no nível de articulação sintática, verificamos que a continuidade referencial entre os sujeitos das orações justapostas contrastivas é recorrente (total de 15 ocorrências), principalmente naquelas que apresentam alguma contra-argumentação, como em (59); porém, tal padrão não se configura como parâmetro relevante para a interpretação da relação, uma vez que não se legitima como característica do contraste.

Reconhecemos nas justapostas contrastivas os seguintes traços que ajudam na caracterização e interpretação do sentido na ausência do juntor: a) paralelismo sintático e semântico; b) oposição semântica pela presença/ausência de negação; c) quebra de expectativa. A reversibilidade das orações é observada somente nas contrastivas que apresentam antagonismo semântico. A configuração paratática contrastiva pode estar prefigurada em um contexto discursivo precedente no plano semântico-pragmático e, até mesmo, sintático. Quanto ao nível da articulação sintática, a relação de contraste é estruturalmente binária e mostrou tendência à simetria morfossintática com simultaneidade total ou concomitância temporal e à correferência de sujeitos, embora este não seja fator definidor da relação.

3.4. RELAÇÃO DE CONDIÇÃO

Segundo Neves (2000) e Neves, Braga e Dall'Aglio-Hattner (2008), a condicionalidade, referida tradicionalmente como períodos hipotéticos, articula orações a partir da estrutura canônica *se p, então q*, em que a oração de condição, antecedente ou condicionante, é denominada prótase e a oração consequente ou condicionada é denominada apódose. Neves, Braga e Dall'Aglio-Hattner (2008, p. 958) afirmam que entre o conteúdo da prótase (*p*) e o da apódose (*q*) instaura-se uma relação do tipo *condição para realização => consequência da resolução da condição anunciada*, sendo que a prótase expressa uma condição que pode ser realizada, não realizada ou eventualmente realizada. Tendo em vista que uma construção condicional sempre será constituída por uma oração prótase e outra apódose, a relação de condição tem como traço estrutural o binarismo.

As marcas que possibilitam a interpretação condicional em uma construção paratática justaposta são: vínculo causal e princípio de iconicidade, como é ilustrado em (66), em que, o vínculo com causa está no fato de que, para o Cavaleiro, a causa morrer por Jesus Cristo, garante o efeito não entrar na barca em direção ao inferno.

- (66) Cavaleiro: Quem morre por Jesus Cristo Ø
 nam vai em tal barca como essa. (VICENTE, séc. XVI, verso 853)
Se morre por Jesus Cristo, não vai em tal barca como esta

Como defendem Neves (2010), Hirata-Vale (2008) e Neves, Braga, Dall’Aglio-Hattner (2008), as construções condicionais são interligadas por um vínculo causal, o qual, por sua vez, une as orações de acordo com a ordem em que ocorrem os eventos no mundo; primeiro se anuncia a causa, decorrente de um preenchimento de condição, para então se enunciar o efeito ou consequência da resolução da condição anunciada. A parataxe condicional, desta forma, pode ser construída considerando o princípio de iconicidade das orações, exibindo uma ordem rígida, na qual as orações não podem ser comutadas. A ordem rígida, portanto, apresenta-se como uma tendência da parataxe condicional e não da condicionalidade, já que, tipicamente, as condicionais são realizadas em estruturas hipotáticas, podendo aparecer antes, no meio ou no final da construção.

Verificamos nos dados que há estruturas sintáticas com leitura de condição, configuradas pelas formas *quem*, *quantas*, *o que*, que se repetem em 13 ocorrências, ilustrados em (66), (67), (68) e (69). Essas estruturas, além de contribuírem para o sentido de condição, favorecem a ordem prototípica da relação (prótase/apódose). Além disso, a presença de índices anafóricos no segundo segmento, como em (69), que contém os pronomes *me* e *elas* na segunda oração, inibe a inversão da ordem, tornando tal construção assimétrica e mais integrada.

- (67) **Quem** não se desfaz à vista do Verbo feito, Ø não faz o que deve. (VIEIRA, séc. XVII, p. 69)
Se não se desfaz à vista do Verbo, não faz o que deve.
- (68) **O que** compoem fabulas, Ø seja verissimil, & não terei eu razão de o reprovar. O que trata de ciencia, Ø alegue razões. O que fala de artes, Ø experiencie. E o que quer ensinar princípios, Ø mostre authoridade. (LOBO, séc. XVII, p.07)
Se compõe fábula, seja verossímil. Se trata de ciência, alegue razões. Se fala de artes, experiencie. E se quer ensinar princípios, mostre autoridade.
- (69) Sapateiro: **Quantas** missa eu ouvi Ø
 nom me hão elas de prestar?

Diabo: ouvir missa então roubar
 é caminho per aqui (VICENTE, séc. XVI, verso 332)
Se missas eu ouvi, elas não irão me prestar?

Segundo Hirata-Vale (2008), a expressão proverbial pode receber leitura de condição. Seu sentido é sugerido pela consideração das convenções sociais e, conseqüentemente, é, partilhado ou inferível pelas pessoas. Nos casos de expressão proverbial, a reversibilidade dos constituintes oracionais também não é aceitável, dado que são expressões enrijecidas semântica e estruturalmente pela prática social. A ocorrência (70) traz um exemplo de expressão proverbial convencionalizada:

(70) [...] e como digo de çocotora he melhor, e levão de todo: porque quem diabos cõpra, Ø diabos vende. (D'ORTA, séc. XVI, p. 05)
Se diabos compra, diabos vende.

Dentre os tipos de atos de fala (ordens, ameaças, promessas, situações habituais ou genéricas), apontados por Hirata-Vale (2008), que podem receber de leitura de condição, quando estruturados em construções paratáticas justapostas, o aspecto genérico foi o mais explorado nos dados analisados, ou seja, situações criadas como atemporais, consideradas verdadeiras em toda e qualquer situação de enunciação, como é exemplificado nas ocorrências (66) e (71). Nestes exemplos, o traço genérico é reforçado pelo pronome indefinido substantivo *quem* no segmento prótase, que corresponde ao sentido de *todo aquele*: “Todo aquele que morre por Jesus Cristo, não vai em tal barca como esta” e “Todo aquele que morre em tal peleja, merece a paz eterna”:

(71) Anjo: Ó cavaleiros de Deus
 a vós estou esperando
 que morrestes pelejando
 por Cristo senhor dos céus.
 Sois livres de todo mal
 mártires da madre igreja
 que **quem** morre em tal peleja Ø
 merece paz eternal. (VICENTE, séc. XVI, verso 855)

Se morre em tal peleja, merece a paz eterna

As inferências feitas pelos leitores, baseadas no conhecimento de mundo, portanto, são relevantes na identificação da condição em construções justapostas, uma vez que a condicional, por possuir em sua natureza vínculo causal, pode mobilizar esquemas interpretativos do mundo para sua leitura, como exemplificamos também em (72), cuja inferência ativada é a de que toda pessoa que não é avarenta, não se importa em dar algo ao outro:

- (72) E a verdade he, que nenhum avaro dà a outrem o que a sy tira: & quem dà largo, seja dõde for, Ø já se izentou do nome de avaro. (SOUSA, séc. XVII, p. 46)
Se dá largo, já se isentou do nome de avaro.

O discurso precedente às justapostas condicionais, assim como nos demais tipos de construções analisadas, também mobiliza esquemas condicionais nos níveis acional, conceitual e sintático, que ajudam na interpretação da construção justaposta, em virtude de colocar em atividade o ato de fazer condição previamente. Analisando o contexto ampliado da ocorrência (72), em (72'), encontramos a marcação de condição pelo jutor “se” (*siquer*) anteriormente à justaposta condicional. Nesse trecho em análise, os cavaleiros, que morreram nas Cruzadas, explicam ao Diabo quem são eles (*Siquer conhecê-nos bem*) e dão o motivo pelo qual não entrarão na barca que vai em direção ao inferno (*Quem morre por Jesus Cristo/ nam vai em tal barca como essa*).

(72') Diabo: Cavaleiros vós passais
 e nom perguntais onde is?

Cavaleiro: Vós Satanás presumis
 atentai com quem falais.

Outro Cavaleiro: E vós que nos demandais?
Siquer conhecê-nos bem
 morremos das partes dalém
 e nam querais saber mais.

Diabo: Entrai cá. Que cousa é essa?

Eu nom posso entender isto.

Cavaleiro: Quem morre por Jesus Cristo Ø
nam vai em tal barca como essa. (VICENTE, séc. XVI, verso 843)

Outro aspecto bastante recorrente, no nível discursivo, envolvendo as justaposições condicionais é o fato de elas aparecerem como argumentos justificativo ou conclusivo do discurso anterior, finalizando uma ideia. Na ocorrência (68), retomada em (68'), a construção que a precede é iniciada com uma estrutura (*Resta agora*) que, semanticamente, indica a finalização de ações que foram citadas previamente, trazendo condições para realização e consequências da condição. A ideia que se tem é a de que a condicional traz o “fechamento” de um argumento mediante uma conclusão/explicação produzida por uma condicional de aspecto genérico.

(68') **Resta agora**, que o que escreve historia seja verdadeiro, & não terá Solino de que o reprimir nella. O que compoem fabulas, Ø seja verisimil, & não terei eu razão de o reprovar. O que trata de ciencia, Ø alegue razões. O que fala de artes, Ø experiencia. E o que quer ensinar principios, Ø mostre authoridade. (LOBO, séc. XVII, p.07)

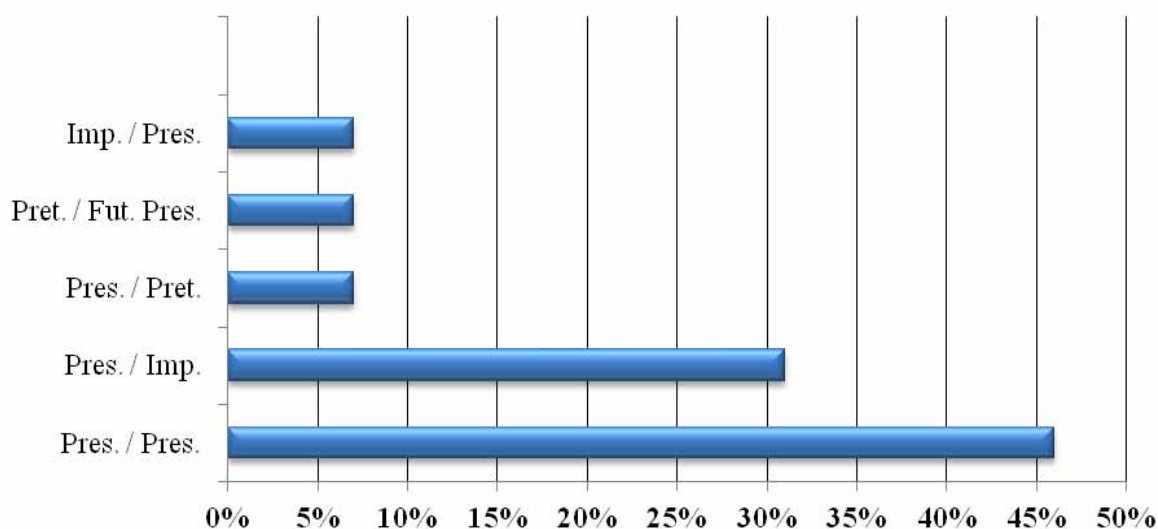
Da mesma forma, na ocorrência (71), o anjo diz aos cavaleiros que está esperando-os no céu em virtude de eles terem morrido lutando pela igreja e conclui sua fala com um discurso genérico condicional que funciona como justificativa de seu argumento anterior (*pois se morre em tal peleja/merece paz eternal* - paráfrase). Na ocorrência (70), o próprio *porque* está explícito no enunciado, marcando a justificativa que finaliza o período. Com isso podemos concluir que a projeção, como afirma Pekarek Doheler et al. (2010), que o interlocutor faz ao articular os momentos precedentes com os posteriores e ainda ao projetar futuras ações auxilia na interpretação de construções sem juntores formais explícitos.

Quanto à combinação modo-temporal das construções paratáticas justapostas condicionais, constatamos uma tendência à simetria morfossintática nas ocorrências que apresentam aspecto genérico, bem como expressões proverbiais, como podemos observar em

(66), (67), (70), e (71), mencionados anteriormente. O modo/temporal geralmente empregado neste tipo de aspecto gramatical é a de presente do indicativo em ambos os segmentos. Além desse aspecto gramatical, observamos também, em alguns dados, que a condição pode ser indicada pela simultaneidade com sobreposição entre os eventos, como ocorre em (68). Nessa ocorrência, temos quatro construções condicionais que externam não uma situação genérica, mas conselhos ou estratégias de indução. Neste caso, a morfologia verbal empregada não foi a de presente do indicativo nos dois segmentos, mas foi a de presente do indicativo na prótase e a de imperativo na apódose. Isso mostra que a depender da finalidade comunicativa, o falante pode recorrer a diferentes arranjos discursivos a fim de desenvolver seus argumentos.

O Gráfico 06 aponta a tendência ao partilhamento de tempos e modos verbais das justapostas condicionais codificadas nos textos, sendo que a correlação presente/presente corresponde à 46% (ou 6/13) das ocorrências, o que favorece a indicação do genérico e da habitualidade, como mencionam Traugott e König (1991), Neves (2000) e Kortmann (1997). O Gráfico 06 mostra, também, que a simetria morfossintática não é uma característica obrigatória nas sequências justapostas condicionais, pois outras combinações temporais são possíveis.

Gráfico 06: frequência das correlações modo-temporais nas construções paratáticas justapostas condicionais



Ainda tratando-se da interpretação da condicional no nível de articulação sintática, percebemos que, nos dados com justapostas condicionais identificadas como genéricas, há uma tendência à correferência de sujeitos e à elipse dos sujeitos na oração apódose, enquanto que, na oração prótase, os sujeitos são marcados pelos pronomes indefinidos (*quem*) que se referem à terceira pessoa do discurso, porém de forma vaga ou imprecisa.

As paratáticas justapostas condicionais trazem, assim, como traços significativos que podem auxiliar a caracterização e a interpretação da relação na ausência do juntor: a) vínculo causal, o qual possibilita a mobilização de conhecimentos inferenciais; c) tendência à assimetria, isto é, à ordem prótase/apódose devido ao princípio de iconicidade. A presença de esquemas anteriormente produzidos pode auxiliar na interpretação. Quanto ao nível de articulação sintática, as construções paratáticas justapostas condicionais são estruturalmente binárias, tendem à simetria morfossintática nas ocorrências que apresentam aspectos genéricos e expressões proverbiais e à correferência de sujeitos. A leitura de condição, em alguns casos, também foi auxiliada pela projeção, quando as orações mostravam aspecto genérico e funcionavam como conclusão ou explicação de uma ideia.

3.5. Resumo da Seção

Tendo em vista os parâmetros para a interpretação dos sentidos, adotados para a análise dos dados, pudemos observar, de modo geral que:

a) O binarismo estrutural é inerente e característica das relações de causa, contraste e condição; a relação de tempo do tipo sequenciamento não apresenta regularidade no que diz respeito à quantidade de termos articulados, uma vez que trata-se de uma sequência aberta, isto é, de uma construção que pode conter mais de dois segmentos relacionados. Tal parâmetro configura-se como pista para a interpretação da relação de tempo;

- b) As orações das relações de tempo (tipo sequenciamento), de causa (níveis epistêmico e dos atos de fala) e de contraste (tipo refutação e contra argumentação) possuem uma ordem fixa, isto é, não são reversíveis; as orações das relações de causa (nível referencial) e de contraste (tipo oposição semântica) não possuem ordem fixa, isto é, a reversibilidade é possível. O Parâmetro ordem dos segmentos configura-se, dessa forma, pista para a interpretação dos sentidos;
- c) Todas as ocorrências de paratáticas justapostas analisadas, com suas respectivas relações de sentido, apresentaram esquemas anteriormente produzidos tanto nos níveis acional e conceitual, como no nível sintático, auxiliando na interpretação das construções na ausência do juncor. Sendo assim, podemos concluir que tal parâmetro pode funcionar como pista para a interpretação do sentido;
- d) A projeção mostrou-se relevante e auxiliadora para a interpretação das relações de tempo do tipo sequenciamento, de causa, especificamente na peça de teatro, uma vez que ela exige construções que exprimem explicações e justificativas, e de condição com aspecto genérico;
- e) Todas as construções justapostas mobilizam inferências pragmáticas para a interpretação das relações de sentido existentes entre os elementos articulados, contudo, as inferências pragmáticas são mais determinantes para as leituras de causa do tipo causa/efeito e de condição;
- f) O paralelismo estrutural permite a identificação da relação de contraste do tipo oposição semântica e refutação, logo, configura-se como pista para esta relação;
- g) Tanto o partilhamento de tempos e modos verbais, quanto a correferência de sujeitos mostraram-se tendência das paratáticas justapostas em virtude de terem sido recorrentes em todas as relações de sentido analisadas. Assim, esses parâmetros não podem ser considerados como pistas para a interpretação dos sentidos;

h) A simultaneidade parcial nas relações de tempo, causa e condição, e a simultaneidade total na relação de contraste foram as relações temporais identificadas nas ocorrências analisadas. A simultaneidade parcial/total aliada ao partilhamento de tempos e modos verbais e à correferencialidade dos sujeitos das construções permitem que classifiquemos as paratáticas justapostas como tipo de construção mais integrada;

SEÇÃO 04

PARATAXE E TRADIÇÕES DISCURSIVAS

Nesta seção, desenvolvemos o segundo objetivo proposto para este trabalho, o qual consiste na identificação das diferentes TD que compõem os textos e na investigação de uma possível correlação entre TD e o emprego de paratáticas justapostas.

4.1. A justaposição no domínio das TD

O mapeamento das construções paratáticas justapostas nos textos do *corpus* da pesquisa, conforme apresentado na seção anterior, mostrou que esse tipo de construção era realizado nos séculos XVI e XVII. A frequência de ocorrências das paratáticas justapostas em cada texto, pode ser observada no Gráfico 01 da Seção 03 (página 77). As paratáticas são referidas aqui conforme o padrão semântico (frequência *type*), distribuindo-se em temporais, causais, contrastivas e condicionais.

O Gráfico 01 da página 77 mostra que a frequência dos padrões semânticos, nos textos, é variável e que os textos que apresentaram maior frequência de justaposição foram a peça de teatro *Auto da barca do inferno*, de Gil Vicente, e a hagiografia *Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires*, do Frei Luís de Sousa. No entanto, as relações de sentido codificadas nas construções justapostas que se destacaram em cada um desses textos não foram as mesmas: na peça teatro, a relação de causa foi a mais recorrente, com 64% das ocorrências, e na obra de Frei Luís de Sousa, tempo foi a relação de sentido mais frequente, com 40% das ocorrências. Nos demais textos, também há variabilidade quanto aos padrões semânticos: o pico mais saliente no *Sermão do nascimento do menino Deus*, do Pe. Antonio Vieira, e em *Colóquios dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, de Garcia d'Orta

foi o de contraste, com 75% e 60% das ocorrências, respectivamente; e em *Corte na aldeia e noites de inverno*, de Francisco Rodrigues Lobo, a recorrência se deu com a relação de tempo, com 44% das ocorrências.

Constatamos que essa variedade nos textos, exibida no Gráfico 01 (página 77), quanto à frequência da justaposição e ao favorecimento de uma relação de sentido, está correlacionada com a(s) TD em que os textos se inserem, as finalidades comunicativas e as escolhas pessoais do autor, conforme será mostrado nas subseções a seguir.

No que segue, apresentamos análise dos textos, em termos de TD e de junção, nos moldes de Kabatek, examinando a composicionalidade do texto e avaliando a predisposição das TD para uso das construções paratáticas justapostas. Investigamos, sobretudo, se a recorrência desse tipo de construção nos textos pode ser considerada como traço de alguma tradição.

4.1.1. Sermão do nascimento do Menino Deus

Considerado como um dos mais importantes representantes da literatura portuguesa do século XVII, o Pe. Antonio Vieira foi não somente um orador sacro e missionário da Companhia de Jesus em terras brasileiras, como também um homem de Estado, diplomata, articulador político e defensor dos cristãos novos (judeus) e dos direitos dos indígenas. Para desenvolver suas ideias, Vieira utilizou como ferramenta a arte da retórica – arte de falar bem e de usar uma linguagem para comunicar de forma eficaz e persuasiva.

Vieira produziu uma obra extensa e variada, contendo mais de 200 sermões, cartas, profecias, textos exegéticos, relatórios políticos entre outros. Segundo Lins (1962), o autor tornou-se ilustre e famoso pelos seus pensamentos, doutrinas e também pela ação tenaz, constante e cheia de atitudes desassombradas nas funções de político, pregador e evangelista, desempenhadas nas diversas cortes europeias e no Brasil. O sermão, por sua vez, significava

para Vieira uma forma de edificação moral e espiritual, além de um instrumento de intervenção na vida política e social.

A obra de Vieira caracteriza-se pela presença de uma estética barroca conceptista na qual, segundo Spina (1987), realiza-se por meio de associações inesperadas, enigmas, jogos semânticos, trocadilhos, analogias imprevistas e laconismo⁴⁵ na frase. O Conceptismo, conforme Spina (1987), que atingiu sobretudo a esfera da prosa, foi uma tendência mais conservadora em virtude de manter a língua em sua forma mais tradicional.

O sermão, cuja função consiste em ensinar, esclarecer o que é certo e errado, bem como advertir e até mesmo corrigir os fiéis de seus atos, segundo a palavra de Deus, era um evento social em que todos os fiéis estavam submetidos e era pregado na igreja no lugar destinado aos pregadores – púlpito. Nascimento (2007) ressalta que o sermão possui grande importância litúrgica, não apenas por ser feito em “língua nativa”, mas por ser também o grande espaço da educação, da catequese e da análise política dos acontecimentos.

O sermão de Vieira selecionado para análise, conforme explicitado na seção metodológica, é o *Sermão do nascimento do Menino Deus* que, segundo informações do Padre André de Barros (1746), foi encontrado entre os papéis manuscritos deixados por Vieira em seu quarto, no Colégio da Bahia onde falecera. Esse sermão, embora pouco extenso, mas verdadeiramente afetuoso e ornado de pensamentos engenhosos, foi produzido para ser pregado domesticamente por um religioso na noite de Natal.

O *Sermão do nascimento do Menino Deus*, que apresenta uma temática predominantemente religiosa, traz o “Menino Deus” como um “Retórico Orador no Presépio”. O autor oferece explicações ao longo do texto para o fato de Jesus Cristo cumprir as obrigações de um perfeito orador mesmo sendo apenas um bebê recém-nascido. Vieira explora também neste sermão o ato de pregar, mais especificamente, as “partes que

⁴⁵ Laconismo é um modo breve ou conciso de falar ou de escrever.

constituem o perfeito orador: ensinar, deleitar e mover”. Para desenvolver sua argumentação, Vieira apropria-se dos ensinamentos de Santo Agostinho, segundo o qual a arte da eloquência, ou seja, da retórica é considerada importante para o pregador, desde que seja empregada com sabedoria. Baseado em Santo Agostinho, Vieira defende no sermão que um homem eloquente deve discursar com o objetivo de ensinar, deleitar e persuadir o ouvinte, sendo que ensinar é a necessidade, deleitar é a beleza e persuadir é o triunfo dos discursos, movendo o auditório a fazer o que deve ser feito (NASCIMENTO, 2007).

Na Literatura portuguesa é consensual caracterizar os sermões do Padre Antonio Vieira com uma estrutura tripartite, que é entendida aqui como constitutiva da TD sermão: na primeira parte, o introito ou exórdio, há apresentação do tema do sermão e do texto bíblico que fundamenta toda argumentação; na segunda parte, desenvolvimento ou argumento, é feita a proposição ou defesa de uma ideia; na terceira parte, a peroração, epílogo ou conclusão, o orador busca despertar nos fiéis sentimentos decorrentes da argumentação. O sermão em análise está dividido em “tópicos” numerados de I a VI. A porção do texto que antecede o número I corresponde ao exórdio e nele encontramos o assunto bíblico base para o discurso de Vieira (o nascimento de Jesus Cristo, narrado em Lucas, capítulo II) e a questão central a ser argumentada ao longo do sermão (o orador deve ensinar, deleitar e mover seus fiéis). A defesa argumentativa da proposição, lançada no exórdio, corresponde a maior parte do sermão e é desenvolvida nos “tópicos” I a V. O epílogo do sermão localiza-se no “tópico” VI, onde o pregador finaliza suas ideias dando orientações aos fiéis, instigando-os.

Os sermões de Vieira, embora pertençam a uma TD escrita, foram feitos para serem proferidos oralmente, uma vez que, como esclarece Nascimento (2007), no século XVII, a sociedade ainda era fortemente oral e, em comparação com os livros que tinham pouca circulação, os sermões atingiam o povo nos mais variados lugares.

Além disso, a TD sermão de Vieira constitui-se de formas textuais ou de modos de dizer bastante particulares. O autor constrói seu texto explorando além de recursos argumentativos, tais como analogias e trocadilhos, outras TD. Dentre as TD que compõem o *Sermão do nascimento do Menino Deus* e que foram identificadas, destacamos: (1) citações bíblicas, (2) citações em latim, (3) perguntas retóricas, (3) exclamações retóricas, (4) referência a filósofos e pensadores e (5) referência à mitologia greco-latina.

A TD citação bíblica aparece em grande quantidade no texto, o que confere credibilidade à pregação, além de mostrar o alto grau de conhecimento bíblico de Vieira. As citações bíblicas no sermão referem-se tanto às passagens do Antigo Testamento – “Disse Deus: Faça-se a luz, e fez-se a luz” (Gêneses, I, 3) - como às passagens do Novo Testamento – episódio do nascimento de Jesus (Lucas, II); episódio em que Jesus morre na cruz (João, XIX, 30). Há também inúmeras referências à vida de santos e doutores da igreja como Santo Agostinho, São Paulo, São Jerônimo, Santo Ambrósio, São Bernardo, Santo Efrem, São Lucas, São Pedro.

A citação em latim também é um modo de dizer muito marcado nos sermões de Vieira. De acordo com Paiva (1988), o latim, nessa época funcionava como elemento relevante da educação e da cultura, além disso, o latim era imposto como língua obrigatória entre os estudantes. A TD citação em latim no sermão em análise faz menção tanto à passagens bíblicas - *Transeamus usque Bethlehem, et videamus hoc Verbum, quod factum est* (Lucas, II, 15) - como aos santos da igreja: “*In ea se Deus exercet, in ea delectatur, in ea triumphat, dum nos sine strepitu verborum intus alloquitur*, diz Santo Agostinho falando da rhetorica de Deos” (p. 54).

Embora a retórica aprimorada fosse extremamente priorizada, os sermões de Vieira apresentam um ritmo facilmente captável pela audição, sobretudo porque trazem em sua argumentação uma estrutura parecida com a de um diálogo. Estamos nos referindo ao uso da

TD pergunta retórica. Nascimento (2007, p. 145) acredita que o uso das perguntas retóricas, com finalidades enfáticas provocava reação no auditório. No *Sermão do nascimento do menino Deus* tal TD foi bastante empregada, o que confirma ser esta uma estratégia particular do autor para levar seus ouvintes a uma mudança de atitude: “*Pois com a boca cerrada podia deleitar? Sim; porque assim cerrada, era doce, e estilava mel.*” (p. 58). Vieira também emprega a TD exclamação retórica como uma possibilidade de atingir emocionalmente os fiéis por meio da entoação. Elas são altamente expressivas e solicitam maior ênfase no momento de sua leitura: “Ó que exclamações! Oh que invectivas! Oh que brádos estão dando contra o Mundo os silêncios deste Orador mudo! (p. 56)

Essas são algumas das TD que coexistem internamente na composição desse sermão. Acreditamos que outras TD ainda podem ser mapeadas, condizendo, assim, ao postulado de Kabatek (2006), segundo o qual uma TD pode comportar diferentes TD e que esta mescla ou heterogeneidade interna é o que possibilita a consideração de um texto, tal como o sermão de Vieira, como uma autêntica TD.

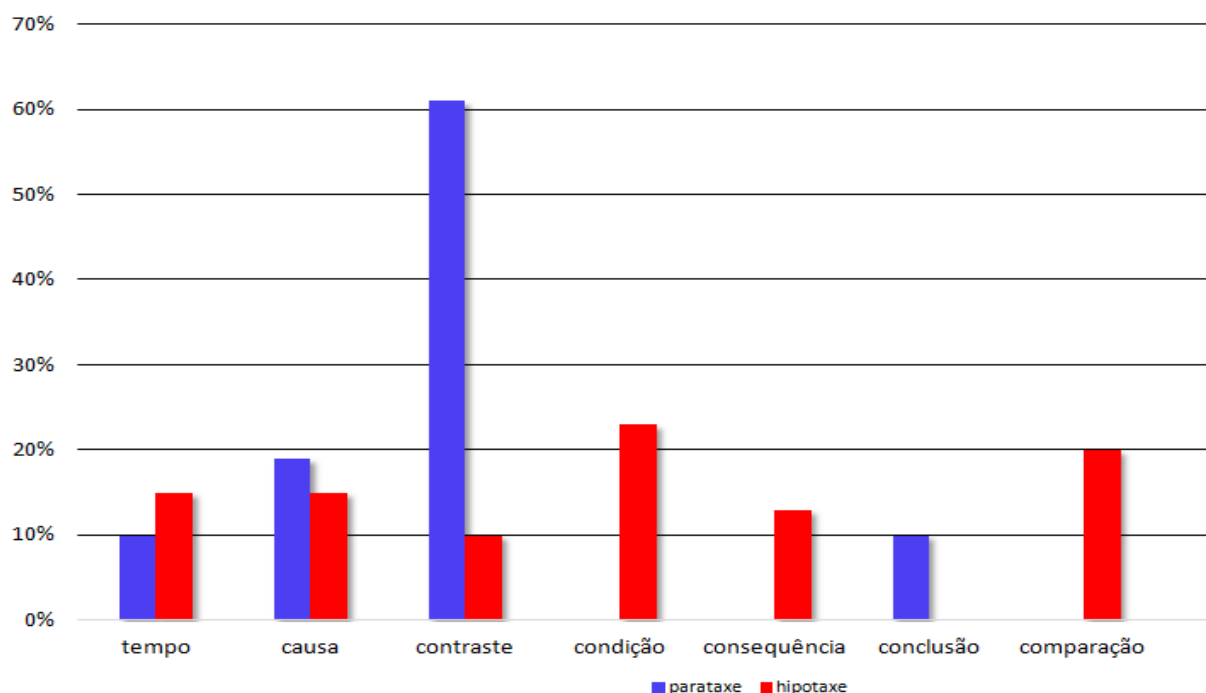
Ao realizarmos o mapeamento de todos os esquemas de junção, focalizando a segunda parte *Sermão do nascimento do Menino Deus*, que corresponde ao desenvolvimento do texto, constatamos a presença de uma ampla variedade de relações sentidos: tempo, causa, contraste, condição, finalidade, comparação, conclusão e consequência, o que para nós é sintoma de um sermão com claros propósitos argumentativos. O mapeamento geral dos mecanismos de junção no sermão mostrou a preferência de Vieira pela colocação dos juntores interligando as orações: 91% das ocorrências foram articuladas com a presença de juntores e 9% dessas ocorrências foram realizadas por meio da justaposição. Em seus sermões, Vieira prezava por ser bem compreendido tanto em suas palavras, quanto em seu raciocínio, assim, uma possível explicação para a alta frequência de esquemas de junção com juntores explícitos está na preocupação do autor em construir textos cuja linguagem utilizada não criasse brechas

para objeções. O uso recorrente de juntores no sermão, então, pode ser indício, além da característica da estrutura composicional dessa TD, da preocupação do autor em garantir que todos os seus ouvintes construíssem relações de sentido similares, evitando ambiguidades que poderiam ocorrer com a justaposição, que requer inferenciação.

O Gráfico 01, referido anteriormente na página 77, mostra que, no sermão de Vieira, as paratáticas justapostas expressando contraste foram as mais frequentes, equivalendo a mais de 70% das justapostas. Tal constatação levou-nos ao questionamento quanto à prevalência de tal relação de sentido caracterizar o sermão como um todo ou somente as construções justapostas.

O mapeamento geral de todos os mecanismos de junção no sermão revelou que o contraste é a relação mais frequente no texto por corresponder a 40% (ou 52/130) do total das relações de sentido reconhecidas, como ilustra o Gráfico 07, que envolve relações de sentido e arquitetura sintática (paratática ou hipotática). Uma hipótese explicativa a essa elevada frequência de construções que codificam contraste está no fato dessa relação ser constantemente encontrada em textos ou discursos altamente argumentativos, tal como o sermão.

Gráfico 07: Frequência, em percentuais, das relações de sentido em correlação com a arquitetura sintática, no sermão



O Gráfico 07 acima indica que o contraste, no sermão, realiza-se tanto pelo modo de composição paratático (47/78), quanto pelo modo hipotático (5/52), como é exemplificado em (73) e (74), respectivamente. Na ocorrência (73), temos uma construção contrastiva com o juntor *mas* que é prototípico da parataxe e que estabelece uma oposição semântica, a qual é reforçada pelo paralelismo sintático entre *vozes X ações*, que são as escolhas lexicais que preenchem as construções paralelas, e pela negativa na primeira oração; já na ocorrência (74), encontramos a perífrase conjuncional *ainda que* que codifica contraste por concessão, em uma arquitetura hipotática:

- (73) Não ensina com vozes, **mas** ensina com acções: não ensina o que diz, mas prega o que faz: não diz palavras, mas falla obras. (VIEIRA, séc. XVII, p. 55)
- (74) Assim sabe deleitar o nosso Orador: e **ainda que** em todas as couzas, que prega, e ensina no seu Presepio, hão mister paciência, assim as sabe suavizar, e a fazer doces, aos que as vêm, e ouvem (VIEIRA, séc. XVII, p. 62)

A parataxe com ou sem juntores explícitos destaca-se como modo de articulação de orações preferencial de Vieira para codificação da relação de contraste, apresentando pico mais saliente. Para a expressão do contraste no modo paratático, Vieira mobiliza no sermão uma variedade de juntores entre os quais identificamos: *senão* (16/47), *mas* (16/47), *e* (3/47) e *contudo* (1/47). O contraste no texto também foi articulado, parataticamente, pela justaposição, porém com frequência menor (10/47), como é ilustrado na ocorrência (75), em que o orador adverte os ouvintes em relação à pessoa que irá pregar o nascimento de Cristo por meio do contraste do tipo refutação/retificação:

- (75) Não sou eu, o que hey de pregar o Nascimento de Christo: Ø o mesmo Christo nacido he, o que há de pregar o seu nascimento. (VIEIRA, séc. XVII, p. 50)

Diante da constatação de que o contraste no sermão de Vieira é realizado preferencialmente por construções juntivas, questionamos-nos quanto à diferença entre o contraste realizado pelas construções com juntores e o contraste realizado pelas justapostas. Para respondermos a esse questionamento, analisamos os tipos de contraste (oposição, refutação, contra-argumentação⁴⁶) veiculados nas construções com juntores e nas construções justapostas, buscando averiguar se a paratática justaposta se especializa em codificar algum tipo de contraste e se essa recorrência pode ser indício de tradicionalidade.

As construções que codificam contraste com a presença do juntor *senão* mostram certa recorrência de estrutura sintática. Nas 16 ocorrências com *senão*, a oração antecedente sempre nega/corrige uma ideia ou uma afirmação, já a oração que carrega o juntor, a oração seguinte, sempre apresenta a ideia ou a afirmação que considera ser a correta, retificando a

⁴⁶ Para a classificação das construções contrastivas, adotamos a proposta de Pezatti e Longhin-Thomazi (2008) que dividem os vários usos das conjunções adversativas em grupos, tendo em vista o tipo de contraste que eles expressam: o contraste do tipo *oposição* estabelece de forma explícita uma relação de oposição entre elementos de natureza similar, ora pela presença de termos semanticamente opostos, ora pela presença de paralelismo sintático; o contraste do tipo *refutação* ocorre em contextos em que o falante desmente, nega ou contesta uma informação e então fornece a informação que julga correta; e o contraste do tipo *contra-argumentação* decorre da quebra de expectativa pelo cancelamento de pressuposição.

oração anterior, como é possível observar em (76) e (77). Logo, nos dados do sermão, as construções que empregam o *senaõ* sempre exibem um contraste do tipo refutação:

- (76) Não declarou as perfeições do Orador pelas palavras, que se ouvem, **senaõ** pelas acções, que se vêm. (VIEIRA, séc. XVII, p. 55)
- (77) Pois se as obras de Christo, em quanto fez, e ensinou, foraõ perfeitas, e consummadas, como lhe chama o Evangelista principiadas sómente: e não diz, o que fez, **senaõ** o que começou a fazer; nem que ensinou, **senaõ** o que começou a ensinar [...] (VIEIRA, séc. XVII, p. 65)

Com relação às construções que codificam contraste com o juntor *mas*, observamos que não há uma regularidade quanto ao tipo de contraste empregado. Identificamos nas ocorrências com *mas* as relações de contraste dos tipos: (i) refutação, como em (78), em que o autor, primeiro, nega afirmações sobre o Orador Infante, para em seguida apresentar as proposições que julga corretas; (ii) contra-argumentação, como em (79), em que a pressuposição cancelada é a de que não se espera que uma pessoa que esteja com a boca cerrada fale; e (iii) oposição, como em (80), em que a oposição semântica se dá devido ao paralelismo estrutural entre *olhos X ouvidos* e *menos força X fortissimamente*:

- (78) O mesmo responderey eu, a quem me perguntar, que ensina o nosso Orador Infante, e como ensina? Não ensina com vozes, **mas** ensina com acções: não ensina o que diz, **mas** prega o que faz: não diz palavras, **mas** falla obras. (VIEIRA, séc. XVII, p. 55)
- (79) Compáraõ-se os beicinhos da boca de Deos Menino não a duas fitas encarnadas, *senaõ* a huma: *Sicut, vitta*, porque estão cerrados, e mudos: **mas** assim, e mudos, o seu fallar he doce (VIEIRA, séc. XVII, p. 59)
- (80) Diz Horácio. O que entra pelos ouvidos, como tem menos evidencia, move com menos força; **mas** o que entra pelos olhos, recebe a efficácia da mesma vista, e move fortissimamente. (VIEIRA, séc. XVII, p. 66)

Nas construções que codificam contraste com o juntor *e*, o tipo de contraste mais frequente foi o que marca oposição, como ilustra a ocorrência (81), em que a desigualdade está em *Ceo X terra* e *ninguém o offende X não há quem o não offenda*. Já na construção com o juntor *com tudo*, na ocorrência (82), o qual, devido a sua posição na frase, está em vista de se tornar juntor, o tipo de contraste identificado foi o de contra-argumentação:

- (81) [...] pois porque no Ceo todos o amaõ, e ninguém o offende; e na terra não há, quem o não offenda, ainda dos que mais o amo? (VIEIRA, séc. XVII, p. 67)
- (82) [...] os Pastores acháraõ ao nosso Orador do Presepio: *Infantem*; mudo, e sem dizer, ou fallar palavra: atado e envolto, sem se desenvolver: *Positum in Praesepio*; e posto, e metido na mangedoura sem acção, nem movimento: e **com tudo**, diz o Anjo com certeza de Evangelista, que haviaõ de gostar, e gostar muito delle. (VIEIRA, séc. XVII, p. 57)

No caso das paratáticas justapostas, o que se observa é a prevalência da leitura de contraste do tipo oposição, como ilustra a ocorrência (83). Contudo, construções codificando refutação e correção, como em (84) e (85), respectivamente, também são averiguadas. Isso mostra que, além da justaposição não se especializar em um tipo específico de contraste no sermão, não apresenta distinções quanto ao seu emprego e o emprego de construções juntivas, uma vez que identificamos no texto os mesmos tipos de contraste tanto nas composições paratáticas com jutores quanto nas paratáticas justapostas. Sendo assim, o que faz com o autor utilize em uma construção, com ou sem juntor explícito, são suas escolhas pessoais:

- (83) As palavras, que são palavras, ouvem-se; Ø as que são obras, vêm-se (VIEIRA, séc. XVII, p. 53)
- (84) Se vissemos hum Prégador, que não fallava palavra, e estivesse envolto, e como amortalhado na sobrepeliz, e posto, ou metido no púlpito, como sepultado nelle; este Prégador não podia deleitar o auditório, Ø enfastiálo, esfriálo, e desagradálo sim. (VIEIRA, séc. XVII, p. 57)
- (85) As vozes ouvem-se, Ø não se vêm; faõ objecto dos ouvidos, e não dos ólhos. (VIEIRA, séc. XVII, p. 52)

Na ocorrência (83), que marca relação de contraste do tipo oposição, o contraste está evidenciado no paralelismo estrutural e semântico entre *palavras X obras* e entre *ouvem-se X vêm-se*. Na ocorrência (84), por sua vez, o orador nega uma ideia baseada em uma situação hipotética, a de que o pregador não podia deleitar o auditório, se ele não falava palavras ou se ele estava sepultado no púlpito, e, em seguida, apresenta a consequência que acredita ser a mais condizente com a situação condicionada, a de que o auditório seria enfastiado e

desagradado. Já na ocorrência (85), o segundo segmento realiza uma correção acerca de uma afirmação feita anteriormente, a de que as vozes são vistas, e traz no primeiro segmento a asserção que considera correta, a de que as vozes são ouvidas.

O contexto linguístico de ocorrências de paratáticas justapostas, por sua vez, nos chama a atenção pelo fato de que 7/10 dessas construções, ao codificarem contraste do tipo diferença, repetem sistematicamente a mesma ideia - a de que as “vozes” e as “palavras” são ouvidas e as “obras” são vistas – como é exemplificado pelas ocorrências (83) e (85). Esse mecanismo de recorrência⁴⁷, segundo Koch (2010), equivale a um recurso de coesão textual e de argumentação. Diante desse fato, levantamos mais uma questão: se esse sentido particular de contraste está dentro de um mecanismo de recorrência, será que esses mecanismos de recorrência no texto predispõem a justaposição? Analisamos, então, as construções contrastivas com juntores a fim de averiguarmos se os mecanismos de recorrência também são frequentes nesses casos ou se se trata de uma especificidade das justapostas, o que poderia sinalizar índice de tradicionalidade.

Analisando as construções juntivas de contraste, constatamos que o contexto linguístico dessas ocorrências também favorece o mecanismo de repetição em questão, como se observa em (86) e (87). Logo, esse mecanismo não distingue as justapostas das construções com juntores, já que Vieira aplica esse recurso argumentativo em outras construções além das justapostas. Assim, o mecanismo de recorrência pode ser considerado como uma marca de tradicionalidade no texto de Vieira, mas não um lugar que propicia, especificamente, a justaposição:

- (86) Não dizem a ouvir, **senaõ** a ver; porque as palavras deste Divido Orador (e porisso Divino) não são hoje palavras, que se ouvem; são palavras, que se vêm. (VIEIRA, séc. XVII, p. 52)

⁴⁷ De acordo com Koch (2010), a progressão textual pode fazer-se com ou sem elementos recorrentes. A *sequenciação parafrástica* diz respeito à coesão textual com procedimentos de recorrência. Dentre os tipos de sequenciação parafrástica tem-se o mecanismo que repete um mesmo conteúdo semântico apresentado sob formas estruturais diferentes.

- (87) E se esta efficácia lhe vinha da parte de Christo, por serem palavras não ditas, mas feitas [...]; ainda se accrecentava, e era mayor da parte dos homens, por não serem ouvidas, **mas** vistas: (VIEIRA, séc. XVII, p. 66)

A análise do sermão de Vieira mostrou que no texto prevalece um tom de diálogo, constituído por meio da prevalência da parataxe (78 ocorrências) sobre a hipotaxe (52 ocorrências), e pela coexistência de TD, como as perguntas e as exclamações retóricas, que faz com que o discurso tenha um ritmo diferenciado pela necessidade de entonações e até mesmo de gestos. Constatamos que a TD sermão de Vieira propicia o uso das paratáticas justapostas, não como modo de composição predominante, uma vez que a articulação de orações com jutores explícitos foi a mais frequente em virtude das propriedades argumentativas do sermão, mas como uma das opções discursivas do autor. Além disso, observamos que a finalidade comunicativa do sermão favorece o emprego da relação de contraste, sobretudo o contraste do tipo oposição e refutação, em razão de se mostrar como estratégia argumentativa precisa quando se deseja corrigir e ensinar.

4.1.2. *Auto da barca do inferno*

O dramaturgo e poeta Gil Vicente, considerado o “Pai do teatro português”, viveu no momento de transição entre a Idade Média e o Renascimento, momento marcado por profundas mudanças sociais. Pouco se sabe sobre a vida pessoal de Gil Vicente; contudo, alguns estudos afirmam que há grandes possibilidades de o autor ter nascido na cidade de Guimarães, em Portugal, no ano de 1466 e falecido em 1536, já que foi a partir deste ano que não se encontrou mais qualquer referência ao seu nome nos documentos da época.

Sabe-se que as obras vicentinas eram escritas para as festividades da corte, como nascimento dos infantes, casamentos, datas religiosas etc; sendo assim, as peças eram representadas especialmente para os reis, rainhas, imperadores, papas, nobres e outras pessoas que compunham o topo da hierarquia social. Nas peças de Gil Vicente, no entanto, como

explica Pitillo (2002), não desfilavam diante da corte somente personagens que representavam grupos privilegiados, pois o autor incluía no centro de suas peças personagens que simbolizavam segmentos sociais menos favorecidos com seus valores e códigos de comportamento.

Gil Vicente era um observador da realidade e buscava ser fiel no que diz respeito à linguagem dos personagens de origens divergentes, retratando os diferentes modos de dizer e as diferenças sociais. É por essa razão que, segundo Pitillo (2002), a linguagem de alguns personagens de Gil Vicente apresenta certo coloquialismo, mas sem que, no entanto, provocasse estranhamento nos espectadores nobres. Para Pitillo:

Gil Vicente continua a ser uma fonte inesgotável para a compreensão do Portugal dos Quinhentos nos seus mais diversos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. Uma vez que nosso dramaturgo não fez refletir a realidade que o circundava. Pelo contrário foi como ele a viu, sentiu, percebeu e respirou é que ele a recriou, interpretou e representou espetacularmente de maneira criativa [...]. (PITILLO, 2002, p. 25)

Pitillo (2002, p. 33) destaca, como traço marcante e de grande importância para a compreensão da obra de Gil Vicente, o fato de o autor, além de buscar nas fontes populares a inspiração para suas peças, lançar sobre a sociedade quinhentista um olhar crítico e satírico, censurando a sociedade de seu tempo, desde o papa, o rei e o alto clero, até a mais baixa classe social, como os feiticeiros, alcoviteiros e agiotas. O autor, então:

[...] constrói um teatro que pretende fazer rir, mas que ao mesmo tempo demonstra a intenção de incidir sobre a realidade circundante, fazendo denúncias e propondo correções. Desta maneira, a Sátira como base estética e postura política de nosso dramaturgo, nos permite, através da análise das falas, dos comportamentos, dos símbolos, gestos e valores que elas portam, pontuar o contexto sócio-cultural dos diversos grupos desprivilegiados como também das elites em Portugal nas três primeiras décadas do século XVI. (PITILLO, 2002, p. 41)

O *Auto da barca do inferno* ou “auto da moralidade”, como fora denominado pelo próprio autor, foi apresentado pela primeira vez em 1517, na câmara da rainha D. Leonor,

viúva de D. João II; segundo a edição original, a peça foi composta para: “contemplanção da sereníssima e muito católica rainha Lianor, nossa senhora, e representado por seu mandado ao poderoso príncipe e mui alto rei Manuel, primeiro de Portugal deste nome”. A peça corresponde à primeira parte da chamada trilogia das Barcas, sendo a segunda parte constituída pelo *Auto da Barca do Purgatório* e a terceira parte pelo *Auto da Barca da Glória*. A obra apresenta como cenário imaginário um porto, onde se encontram ancoradas duas barcas: uma com destino ao paraíso e comandada por um anjo; e outra com destino ao inferno e comandada pelo diabo. De maneira geral, pode-se dizer que a peça *Auto da barca do inferno* retrata um pouco do que era a sociedade portuguesa do século XVI e possui esse nome em virtude de quase todas as personagens terem como destino a barca do inferno.

É comum dividir as personagens desta obra em dois grupos: as personagens alegóricas e as personagens-tipo. No grupo das personagens alegóricas estão inseridos o Anjo e o Diabo, representando respectivamente o Bem e o Mal ou Céu e o Inferno. Ao longo de toda a obra, essas personagens são como que os “juízes” do julgamento das almas, tendo em conta os pecados da vida terrena. No grupo das personagens-tipo estão inseridas todas as demais personagens da peça, sendo elas: o Fidalgo (D. Enrique), o Onzeneiro (um agiota), o Sapateiro (Joanantão), o Parvo (Joane), o Frade, a Alcoviteira (Brísida Vaz), o Judeu (Semifará), o Corregedor, o Procurador, o Enforcado e os Quatro Cavaleiros.

No *Auto da barca do inferno*, todas as almas, obrigadas a passarem por um julgamento final, discutem com o Diabo e com o Anjo seus destinos nas barcas. As personagens dirigem-se, primeiramente, para a barca com destino ao inferno, vão em seguida para a barca do Céu, buscando a salvação, mas não a encontrando, retornam à primeira barca em direção ao “arraais infernal”. Nesse enredo, somente o Parvo (Joane) e os Quatro Cavaleiros, que morreram lutando pela igreja, conseguem a passagem para a barca do Céu, os demais indivíduos são condenados ao “fogo eterno”.

Todas as personagens que caminham em direção às barcas mantêm as suas características terrestres, o que as individualiza visual e linguisticamente. Essas personagens evidenciam papéis sociais específicos, retratando os grupos sociais da época, bem como a visão crítica do autor sobre esses grupos. Todos os indivíduos levam consigo objetos que representam os diversos segmentos sociais, aos quais pertenceram, ou as profissões que exerceram em vida: o *Fidalgo* leva a pajem, uma cadeira e um rabo; o *Onzeneiro* carrega um bolso grande; o *Sapateiro* carrega um avental e ferramentas do ofício; o *Frade* traz uma jovem e uma espada; a alcoviteira *Brísida Vaz* leva virgos postiços; o *Judeu* carrega um bode e dinheiro; o *Corregedor* leva uma vara e processos judiciais; o *Procurador* carrega livros; o *Enforcado* leva uma corda no pescoço; e os *Quatro Cavaleiros* levam espadas e escudos. Tais objetos, com exceção dos *Quatro Cavaleiros*, representam os pecados que esses grupos cometeram na Terra.

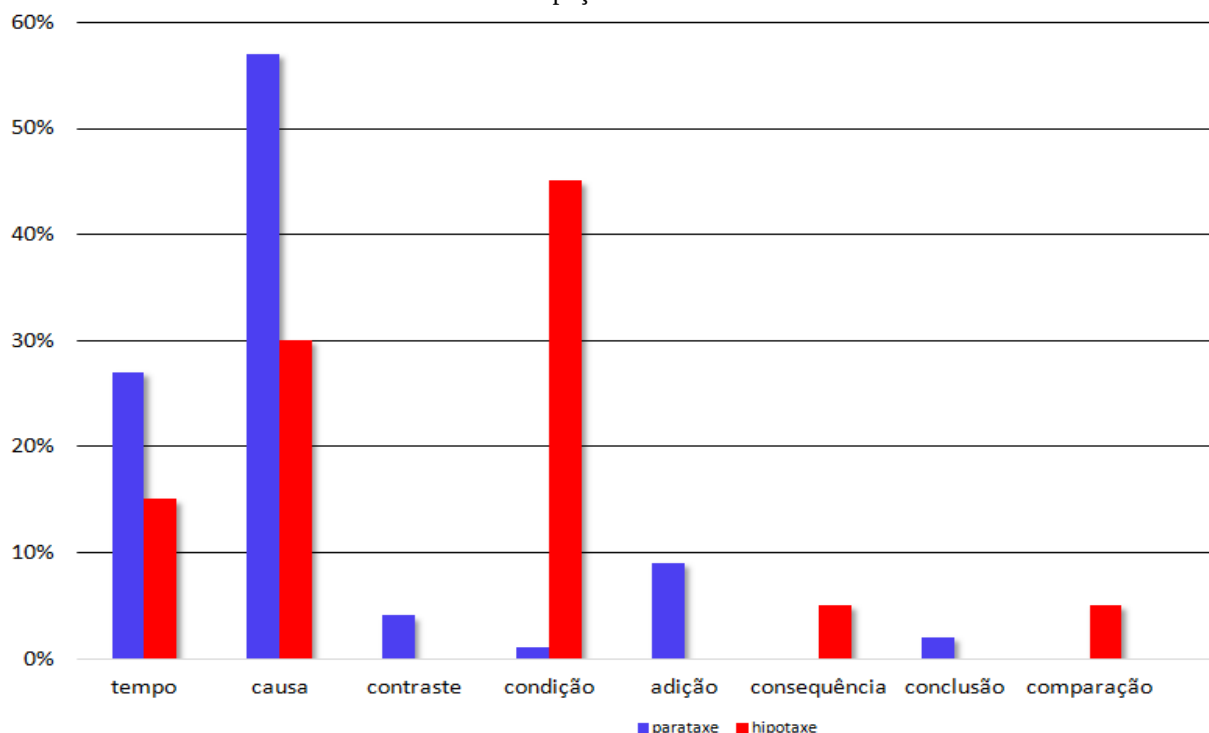
Cada personagem, além de carregar símbolos que representam sua classe social (com exceção de Joane, o parvo, que representa o povo honesto), traz consigo modos de dizer específicos ou TD com marcas linguísticas características de cada grupo social. Temos, portanto, nessa obra, ampla heterogeneidade discursiva que pode ser mapeada, analisando cada personagem. A personagem Brísida Vaz, por exemplo, mulher que vivia da prostituição, faz uso de uma linguagem estilizada de persuasão, com muitos sufixos diminutivos no intuito de passar a imagem de pessoa agradável e doce. Ela utiliza dessas artimanhas para agradar, seduzir e convencer o Anjo em deixá-la entrar na barca em direção ao céu: “Marqueiro mano meu olhos”; “Anjo de Deos minha rosa”; “meu amor minhas boninas”. O Parvo, por sua vez e para melhor ilustrar a mescla de TD no auto, é considerado uma personagem popular e é um dos únicos que consegue entrar na barca do céu, uma vez que seus erros não foram cometidos por malícia e a simplicidade é a sua natureza. Quando ele diz, por exemplo, que não é

ninguém, no trecho abaixo, não se trata de um comportamento hipócrita, mas de um modo dizer típico de pessoas simples e humildes.

- (88) Parvo: Hou da barca!
Anjo: Tu que queres?
Parvo: Quereis-me passar além?
Anjo: Quem es tu?
Parvo: Não sou ninguém. (VICENTE, séc. XVI, verso, 248)

O mapeamento de todos os esquemas de junção na peça de teatro *Auto da barca do inferno* mostrou que há uma variedade significativa de relações de sentido, codificadas tanto por arranjos paratáticos, como por arranjos hierárquicos, conforme apresenta o Gráfico 08 abaixo. O modo de combinação paratático, no entanto, é a arquitetura sintática mais frequente na peça de Gil Vicente, sendo que foram constatadas, no trecho selecionado, 81 construções com arranjos paratáticos e 20 construções com arranjos hipotáticos. Além disso, evidenciou-se como tendência na peça as orações interligadas por juntores, uma vez que as construções juntivas correspondem a 63% das relações identificadas, enquanto que as construções justapostas representam 37% desse total.

Gráfico 08: Frequência, em percentuais, das relações de sentido em correlação com a arquitetura sintática, na peça teatral



O Gráfico 08 ilustra que a causalidade foi a relação de sentido que mostrou maior frequência de ocorrências na peça. Uma hipótese explicativa para esse resultado podemos encontrar na temática da peça que traz personagens com discursos altamente argumentativos em prol da permanência nas barcas que julgam merecedoras, como exemplificam as ocorrências (89), em que o Anjo justifica ao Joane o motivo pelo qual ele é digno de ir na barca do céu, e (90), em que o Diabo explica ao Judeu a razão pela qual ele irá para o inferno:

(89) Anjo: Tu passarás se quiseres
porque em todos teus fazeres
 per malícia nom erraste.
 Tua simpreza t'abaste
 para gozar dos prazeres. (VICENTE, séc. XVI, verso 300)

(90) Diabo: Sus Sus dêmos à vela
 vós Judeu ires ao inferno
que sois mui roim pessoa
 levai o cabrão na trela. (VICENTE, séc. XVI, verso 603)

Em comparação com os demais textos analisados, a obra *Auto da barca do inferno* apresentou a maior frequência de construções paratáticas justapostas, totalizando 36 ocorrências. Encontramos uma possível explicação na própria função comunicativa da TD peça de teatro, a qual, por se tratar de um tipo de texto constituído de diálogos e destinado à encenação, ou seja, por predispor o encontro do escrito e do falado, propicia a opção pelas construções justapostas. Essa hipótese é fortalecida com base no trabalho de Béguelin (2010), que escolhe as peças de teatro francês como lugar privilegiado de investigação das paratáticas justapostas. Além disso, a TD peça de teatro, cujo propósito é a representação de um roteiro, exige dos falantes/atores não somente uma prosódia mais enfática, como também a utilização de gestos e de expressões faciais que podem auxiliar o interlocutor na codificação das relações de sentido, na ausência do juntor.

O Gráfico 01 da Seção 03 (página 77), na parte correspondente à peça de Gil Vicente, apresenta a relação de causa como a mais recorrente dentre as relações de sentido articuladas pela justaposição. A causalidade, assim, é a relação de sentido que atende às finalidades comunicativas do texto, ou seja, por meio dela os personagens explicitam as razões, causas ou justificativas para adentrarem na barca do céu ou do inferno conforme o exemplo (91), em que o Diabo diz ao Sapateiro que ele é merecedor da barca do inferno em virtude de ter enganado por muito tempo seus clientes:

(91) Diabo: Calaste dous mil enganos Ø
 tu roubaste bem trint'anos
 o povo com teu mester. (v. 325)

Diante da predisposição da relação de causa nessa peça de teatro, questionamo-nos quanto às escolhas feitas pelo autor no que se refere ao uso dos jutores interligando as orações e quanto à possível distinção nas orações, com relação ao tipo de causa empregado, quando o autor opta por uma construção conjunta ou por uma justaposição.

Primeiramente, analisamos os tipos de causa que o autor faz uso. A análise mostrou que a causa do tipo explicativa, que engloba causas epistêmicas e dos atos de fala, foi a mais frequente, equivalente a 74% das ocorrências. Os jutores utilizados na codificação desse sentido foram: *que*, *pois*, *porque* e *e*. As paratáticas justapostas causais mais empregadas, por sua vez, também foram as do tipo explicativa: identificamos 15 ocorrências de justapostas do tipo explicativa e somente 5 ocorrências do tipo causa/efeito.

Esse resultado não evidencia qualquer diferença entre a opção do autor pelo emprego de construções juntivas e de construções justapostas no arranjo das orações. Investigamos, então, a frequência com que os tipos de causais explicativas (epistêmicos e atos de fala) foram utilizados nesses modos de articulação de orações, ou seja, nas construções com jutores explícitos e nas justapostas, atentando-nos, ainda, quanto à presença ou não de algum índice de tradicionalidade.

De modo de geral, na peça, as causais explicativas de atos de fala se sobressaíram em relação às causais explicativas epistêmicas, correspondendo ao equivalente de 76% do total de construções explicativas. A recorrência dessa relação de sentido é observada tanto nas construções juntivas, quanto nas justapostas. Exemplificamos esse tipo de relação em (92) e (93):

(92) Diabo: Per forç' é
 que te pés cá entrarás
 irás servir Satanás
 porque sempre te ajudou. (VICENTE, séc. XVI, verso 237)

(93) Diabo: Ota ita dai cá a mão Ø
 remarês um remo destes
 fazê conta que nacestes
 pera nosso companheiro. (VICENTE, séc. XVI, verso 624)

As causais explicativas epistêmicas foram menos recorrentes em ambos arranjos paratáticos, exemplificadas em (94) e (95), correspondendo a 24% do total de construções explicativas. A frequência mais elevada das explicativas de atos de fala pode estar relacionada

diretamente com a TD peça de teatro, em que os personagens, por representarem uma comunicação face a face, emitem ordens, perguntas, justificando-as:

(94) Diabo: Essa dama é ela vossa?

Frade: Por minha La tenho eu
e sempre a tive de meu.

Diabo: Fezestes bem **que** é fermosa. (VICENTE, séc. XVI, verso 380)

(95) Brísida Vaz: Lá hei d'ir desta maré.
Eu sou ãa martir Ø
açoutes tenho levados
e tormentos suportados
que ninguém me foi igual. (VICENTE, séc. XVI, verso 509)

Diante do exposto, podemos concluir que o uso das paratáticas justapostas na peça está relacionado com as escolhas que o autor fez no momento da constituição do texto e não por configurar indício de uma TD.

Observamos, no entanto, que as construções causais, inclusive as justapostas, ajudam a identificar alguns dos papéis sociais presentes na peça, pois evidenciam os valores e comportamentos dos grupos sociais, bem como os discursos ou as TD pertencentes aos seus campos sociolinguísticos. Para ilustrar tais evidências exemplificamos com as falas do Onzeneiro, do Frade, Procurador e do Fidalgo, respectivamente em (96), (97), (98) e (99):

(96) Onzeneiro: Dix nom vou eu em tal barca Ø
estoutra tem vantagem. (VICENTE, séc. XVI, verso 206)

(97) Frade: Vamos onde havemos d'ir Ø
nam praz a Deos com a ribeira
eu nam vejo aqui maneira
senam enfim concrudir. (VICENTE, séc. XVI, verso 469)

(98) Procurador: Dix non vou eu pera lá Ø
Outro navio está cá
Muito melhor assombrado (VICENTE, séc. XVI, verso 689)

(99) Fidalgo: Que me leixeis embarcar.
Sou fidalgo de solar, Ø
é bem que me recolhais. (VICENTE, séc. XVI, verso 79)

Na peça, o Onzeneiro, que faz a prática da usura, ou seja, realiza empréstimos ilegalmente, lamenta sua morte em virtude de ter que deixar na Terra uma boa parte de sua fortuna. Temos aqui um perfil marcado por uma pessoa que é extremamente materialista e que sempre tenta tirar vantagens das coisas a fim de ser favorecido. Esse perfil é desenhado na explicação que o personagem dá ao Diabo, na ocorrência (96), ao esclarecer a razão pela qual não deseja adentrar na barca em direção ao inferno: a barca com destino ao céu tem mais *vantagens*. O materialismo, criticado pelo autor, está representado tanto no bolso grande que o personagem carrega, como em seu discurso, configurando uma TD.

O Frade apresenta um modo de dizer facilmente reconhecido por enunciar dentro de TD do campo religioso e que são mais resistentes às mudanças temporais. O personagem Frade, assim, traz um discurso permeado de expressões típicas da instituição religiosa, como “corpo de Deos consagrado”, “pela fé em Jesus Cristo”; “Por Deos”. A referência à pessoa de Deus é bem marcada dentro dessa TD, como se pode verificar na ocorrência (97), em que o personagem justifica a sua não entrada na barca do céu como vontade de Deus.

O Procurador, por sua vez, assim como o personagem Corregedor, no intuito de mostrar-se como pessoa letrada e intelectual, utiliza frases em latim ao conversar com o diabo, caracterizando a TD pertencente ao domínio do direito: “Domine memento mei” (verso, 647); “Semper ego in justicia” (verso, 651). O Diabo, no entanto, brinca com a arrogância e a prepotência deste “homem da lei”, respondendo a ele, no decorrer da peça, também em latim. Na ocorrência (98), o Procurador, carregando seus livros, o que assinala sua intelectualidade, justifica ao diabo a razão de não se dispor a entrar na barca do inferno: porque a barca do céu é mais assombrada, no sentido de que ela está melhor “preparada”.

A fala da ocorrência (99) é bastante significativa para o reconhecimento da TD da qual fidalgo se apropria, isto é, a de pessoas com alto poder aquisitivo. O Fidalgo, nessa

ocorrência, deixa clara sua posição de privilegiado na sociedade e aconselha ou ameaça o Anjo para que receba-lhe bem, já que se trata de um membro da elite. O Fidalgo é arrogante ao se dirigir para o Anjo, característica dada culturalmente a esse tipo social.

Dentre as relações de sentido identificadas no mapeamento dos esquemas junção, a relação de tempo codificada parataticamente também mostrou-se frequente, contabilizando 22 ocorrências, sendo 13 com o juntor *e* e 9 com a justaposição, como exemplifica a ocorrência (100) que traz a justaposição e o juntor *e* temporal:

(100)Fidalgo: Tive que era fantasia
 folgava ser adorado Ø
 confiei em meu estado Ø
 e nom vi que me perdia. (VICENTE, séc. XVI, verso 117)

Observamos que em 18/22 das ocorrências, tanto nas paratáticas com *e* quanto nas justapostas, predominam construções temporais do tipo sequenciamento e a morfologia verbal de imperativo, ilustrado em (101) e (102). Novamente, assim como nas causais, não dispomos de elementos que distingam a opção do autor ora pelo uso do juntor, ora pelo uso da justaposição.

(101)Sapateiro: Ou barqueiro que guardais?
 vamos venha a prancha logo
 e levai-me àquele fogo
 nam nos detenhamos mais. (VICENTE, séc. XVI, verso 366)

(102)Corregedor: Venha a negra prancha cá Ø
 vamos ver este segredo. (VICENTE, séc. XVI, verso 738)

Contudo, observamos que 78% das ocorrências de temporais com morfologia verbal de imperativo são proferidas pelo Diabo. Acreditamos que essa frequência de imperativo nas falas do Diabo pode ser indício de uma tradição do falar de indivíduos detentores de poder. O Diabo, assim como o Anjo, na situação dessa peça de teatro, são as entidades responsáveis

pelos destinos dos demais personagens, ou seja, são os indivíduos que ocupam uma posição social que propicia o uso do modo imperativo. Além disso, observamos que há uma recorrência nessas falas do Diabo: o uso dos verbos *entrar* e *embarcar* no imperativo, como exemplificam as ocorrências abaixo, ajuda a marcar o seu papel social e a tradicionalidade de sua fala.

(103)Diabo: Nom cures de mais detença
embarcai e partiremos
tomares um par de remos. (VICENTE, séc. XVI, verso 402)

(104)Diabo: Santo descorregedor
embarcai e remaremos.
Ora entrai pois que viestes. (VICENTE, séc. XVI, verso 620)

(105)Diabo: Entra Ø põe aqui o pé. (VICENTE, séc. XVI, verso 260)

(106)Diabo: Ora entrai nos negros fados Ø
irês ao lago dos cães
e veres os escrivães
como estão tam prosperados. (VICENTE, séc. XVI, verso 669)

A TD peça de teatro, como já fora colocado, favorece o uso das construções paratáticas justapostas por se tratar de um modo de dizer que representa os diálogos. Especificamente a peça *Auto da barca do inferno* explora, como relação de sentido prioritária, a relação de causa, principalmente a do tipo explicativa, dado que a temática do texto, entrar ou não da barca com direção ao paraíso, exige dos personagens alto poder de argumentação com a inserção de justificativas. Não foi comprovado, no entanto, que as construções justapostas, utilizadas na peça, delimitam alguma TD, mas somente que fazem parte do leque de escolhas de arranjos oracionais que o autor dispõe para a construção do seu texto.

4.1.3. *Corte na aldeia e noites de inverno*

Rodrigues Francisco Lobo (1579 – 1621) é considerado um dos mais importantes discípulos de Camões e o iniciador do Barroco na literatura portuguesa. De acordo com

Anacleto (2004), a obra em prosa de Lobo foge da influência gongorista, que faz uso de uma linguagem artificial, rebuscada e culta, e adota a prática conceptista, um estilo sensato, corrente, quase puro, adaptando-se ao tom dialético-narrativo. A obra *Corte na aldeia e noite de inverno*, no entanto, aproxima-se, para uns, do cultismo e conceptismo e, para outros, do maneirismo – literatura que apresenta um estilo melancólico, visões pessimistas do mundo e ceticismo em relação ao humanismo.

Essa obra, tida como um dos marcos no desenvolvimento do estilo da prosa barroca portuguesa, produzida em 1619, é dedicada ao descendente da Coroa Portuguesa D. Duarte. Na dedicatória da obra, o autor pede ao D. Duarte de Bragança para preservar e para ter orgulho da "língua e da nação Portuguesa" visto que, no passado, elas conheceram momentos muito mais gloriosos.

A obra *Corte na aldeia e noite de inverno* se insere numa TD tipicamente narrativa, é constituída por dezesseis diálogos didáticos sobre preceitos da vida na corte. A obra reflete a decepção e a nostalgia portuguesas em virtude do desaparecimento da corte nacional. Há, no texto, indicações relativas às formas de civilidade, aos comportamentos, à literatura, à ética, ao amor, deixando de lado questões religiosas e políticas. Esta obra pretendia incentivar os cortesãos a fazerem corte na aldeia e evidenciar a necessidade da restauração da independência de Portugal.

A partir de uma situação ficcional, o autor cria uma pequena corte (um grupo de amigos “bem acostumados”), composta por um conjunto de personagens masculinos, vindos de grupos sociais distintos e unidos pelo prazer do diálogo, pela erudição e pelo conhecimento de regras sociais que regem o cortesão (ANACLETO, 2004), são eles: Leonardo, o dono da casa onde se realizam as conversas; Lívio, um letrado, doutor em sua profissão e com histórico de cargos na justiça de sua cidade; D. Júlio, um fidalgo inclinado ao exercício da

caça e muito afeiçoado às coisas da pátria; Píndaro, um estudante de bom engenho e também dedicado à poesia; e Solino, um velho não muito rico, de boa criação e bem entendido.

Os dezesseis diálogos que compõem o texto, que correspondem aos dezesseis capítulos da obra e às reuniões desse grupo em dezesseis noites de inverno consecutivas, resultam da tentativa de formação de uma pequena sociedade de elite, onde se cultive o espírito e a linguagem, onde se apure os conceitos e onde se tende, em última instância, a reavivar a identidade da pátria (ANACLETO, 2004, p. 13). O preceituário do comportamento cortês é abordado de diversos aspectos, tais como a arte de conversar e galantear, indicações sobre epistolografia, procedimento de diligências pessoais ou oficiais, formas de tratamento, de boas maneiras. Todos esses aspectos são tratados em cada capítulo ou diálogo.

No que diz respeito à heterogeneidade interna da obra, em termos de TD, nossa expectativa era a de identificar uma ampla mescla de TD, tendo em vista que os personagens do texto são de procedências e idades diversas: letrado, fidalgo, estudante, velho etc, e daí finalidades diversas. No entanto, não observamos essa variedade nas falas dos personagens, pelo contrário, todos apresentaram a mesma maneira de discursar. Acreditamos que isso esteja relacionado ao propósito dos debates: formar uma corte portuguesa na aldeia, ou seja, um grupo social em que as pessoas compartilhem das mesmas ideias, defendam os mesmos interesses e, conseqüentemente, tenham os mesmos hábitos sociais e linguísticos. Pelo enredo dos diálogos, percebemos uma preocupação dos personagens com o “bom uso da língua” e com o “falar bem”, já que, tradicionalmente, os moradores da corte são intitulados como pessoas cultas por ocuparem uma posição social mais elevada e por possuírem estudo. Logo, a TD adotada pelos personagens na obra é aquela correspondente ao modo de dizer da elite da época. Em um dos diálogos, encontramos o narrador descrevendo a forma com que os personagens se cumprimentaram – “com muyta cortesia”, conforme (107):

- (107) Acompanhemos ao Doutro (*disse o fidalgo*) & levantadose elle, se despedirão todos com muyta cortesia, deixando o senhor da casa magoado [...] (LOBO, séc. XVII, p. 11)

A arquitetura do texto, todavia, traz TD que muito nos chamam atenção pelo fato de não corresponderem a práticas textuais dos dias de hoje, como, por exemplo, a forma como são estruturados os diálogos: não há travessões individualizando as falas dos personagens; os discursos diretos são organizados dentro de períodos extensos e separados por pontos finais. A inserção do narrador, situando o personagem na cena e especificando o dono da fala, é feita com parênteses, como mostra a ocorrência (108):

- (108) Eu sei (*disse Pindaro*) a que tendes de me fazer mercê: mas venho ceado, & também Solino, a quem tive hospede, cuja conuersação me dobrou o gosto das iguarias. Erão ellas tam boas (*respondeo Solino*) que a mym me davam graça. (LOBO, séc. XVII, p. 02)

Outro ponto que diz respeito à estrutura do texto e que pode ser constatado como índice de TD refere-se a algumas “notas” que aparecem ao lado do corpo do texto, recuperando os temas tratados nos diálogos, como é mostrado na ocorrência (109). Para cada “bloco” de diálogo há notas que especifica o assunto. Acreditamos que essa característica da TD tem como objetivo auxiliar ou direcionar o leitor no texto, uma vez que, no corpo dos textos, os diálogos são organizados com ausência de travessões e com pouquíssimos parágrafos, dificultando a leitura:

- (109) *Das livros de historia verdadeira* A minha inclinação, em materia de livros, (*disse elle*) de todos que estão presentes, He bem conhecida: sòmente poderey dar agora de nouo a razão della. Sou particularmente afeiçoado a livros de historia verdadeira, & mays que às outras, às do Reyno em q viuo, & da terra onde nasci: dos Reys, & Principes que teve: das mudanças que nelle fez o tempo, & da fortuna: das guerras, batalhas, & occasiões q nelle ouue [...] (LOBO, séc. XVII, p. 05)

Realizando o mapeamento de todos os esquemas de junção de um trecho da obra *Corte na aldeia e noites de inverno*, observamos que o texto apresenta grande variedade de

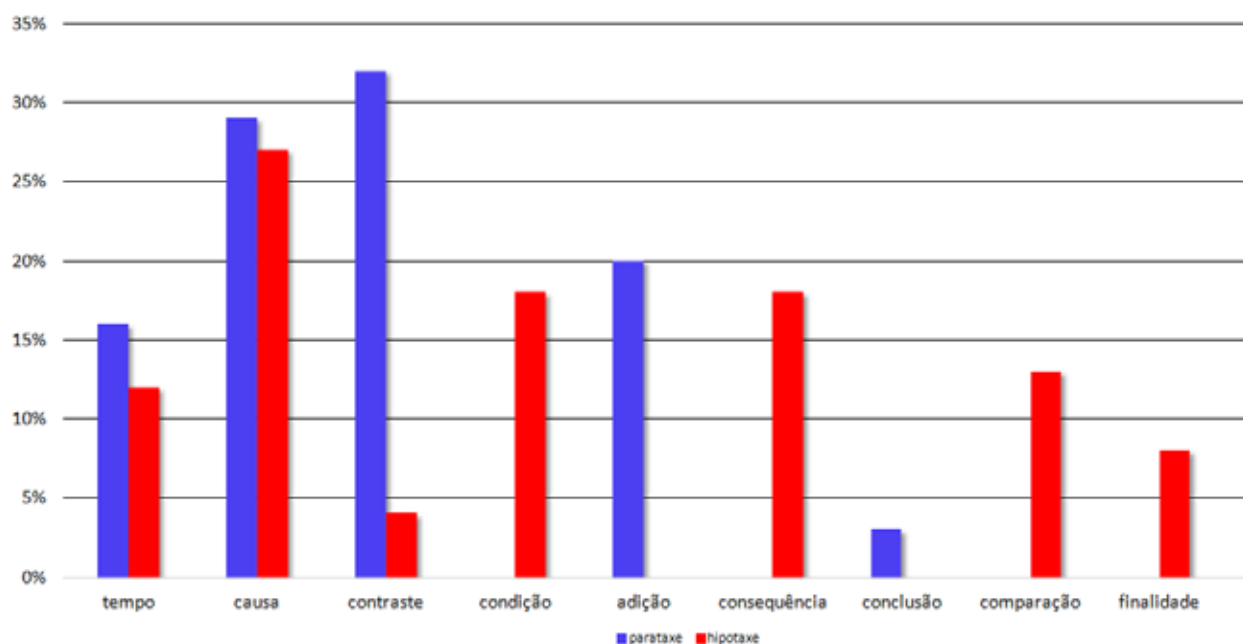
relações de sentido, codificadas tanto por arranjos paratáticos quanto por arranjos hipotáticos, como mostra o Gráfico 09.

Constatamos um equilíbrio em relação à opção do autor pelo modo de combinação das orações, uma vez que contabilizamos 65 ocorrências construídas pelo modo paratático e 60 ocorrências construídas pelo modo hipotático. A análise mostrou também que o autor opta preferencialmente pela articulação das orações com a presença de juntores: 93% (ou 116/125) das ocorrências, no trecho analisado, possuem juntores explícitos e 7% (ou 9/125) das ocorrências são justapostas. Uma possível justificativa para esse uso frequente de juntores está na defesa dos personagens do “falar bem”, para quem a prática da fala deve se parecer com a prática da escrita, em virtude da escrita, segundos alguns personagens, ser mais “perfeita” e completa do que a oralidade:

Desejo saber qual he mays nobre cousa, se a pratica, se a escritura: porque a mym me parece que a escritura se deue o melhor lugar, & que antes merecia a pratica, por se parecer com ella: o q agora encontra a vossa opinião. [...] O contrario me parece a mi (*replicou o Fidalgo*) porque nem por a pratica ser mais antiga & primeira que a escritura, he mais perfeita, antes Ella foy a perfeição da prática [...] (LOBO, séc XVII, p. 08)

O Gráfico 01, mencionado na Seção 03 (página 77), mostrou que a relação de sentido mais frequente na narrativa articulada por justaposição foi a de tempo. No entanto, o mapeamento de todos os esquemas de junção revelou que a relação de contraste, articulada parataticamente, foi a mais recorrente na obra, conforme Gráfico 09, correspondendo a 32% (ou 21/65) das ocorrências:

Gráfico 09: Frequência, em percentuais, das relações de sentido em correlação com a arquitetura sintática, na narrativa



O tipo de construção preferencial para a codificação de contraste foi a parataxe com a presença de jutores, sendo os mais recorrentes *senão*, *mas* e *porém*, como exemplificam as ocorrências (110), (111) e (112). Em (110), tem-se um contraste do tipo refutação, que ilustra o tipo de contraste que encontramos nas construções com o jutor *senão*. Em (111) e (112), as conjunções *mas* e *porém*, respectivamente, ambas marcam o contraste do tipo contra-argumentação, que foi o tipo de contraste mais frequente envolvendo esses jutores. No trecho analisado, não identificamos nenhuma ocorrência de paratática justaposta com leitura de contraste; isso não significa, porém, que não há casos dessa natureza na narrativa, uma vez que, no mapeamento das construções justapostas, 12% das ocorrências sinalizam essa relação de sentido, como é possível observar no Gráfico 01 (página 77).

- (110) Vos sois a quẽ busco, he força q me cõtête a parte onde vos achar: que as pedras não fazem cidade, **senão** os homens: nem as cõmodidades da vida a sustentaõ, **senaõ** os amigos. (LOBO, séc. XVII, p. 26)

- (111) Não estais no caso (*tornou elle*) que posto que a claresa he parte da brevidade, a claresa he das razões, & a brevidade da palavras: & assim pode a carta ser breve, **mas** confusa, & clara, sendo comprida (LOBO, séc. XVII, p. 23)
- (112) Há a nova de Cossarios no mar, & por este respeito, grande risco nas fazendas dessa terra: **porém** a valia dellas será muito aventajada, se chegarem a este porto a salvamento [...] (LOBO, séc. XVII, p. 26)

Focalizaremos agora a relação de tempo que, como já dissemos, exibiu a maior frequência de construções paratáticas justapostas na obra, correspondendo a 44% das ocorrências. No mapeamento geral dos esquemas de junção, a relação de tempo apresentou uma frequência relativamente significativa, equivalente de 14% das ocorrências (ou 17/125). O emprego das construções temporais tem como respaldo a TD em que o texto está inserido, ou seja, a narração de um fato tendo em vista sequência temporal dos eventos - exemplificado na ocorrência (113), em que o narrador descreve, cronologicamente, as ações dos personagens:

- (113) A este tempo mandou juntamente alçar a mesa, & levar luz à escada. Subirão o Doutor, & Dom Julio; Ø saudarão-se com muita alegria, & sentados perto do fogo, disse o velho [...] (LOBO, séc. XVII, p. 03)

No trecho analisado, a relação temporal aparece codificada tanto por arranjos paratáticos, interligados pelo juntor *e* e por justaposição, quanto por arranjos hipotáticos, interligados pelos jutores *depois que*, *quando* e *até que*. A parataxe mostra-se como modo de articulação preferencial de Lobo para a codificação de tempo, exibindo pico mais elevado, conforme o Gráfico 09.

No que se refere às construções justapostas com leitura de tempo, observamos que, no trecho em questão, todas as 6 ocorrências estão inseridas em cartas missivas, assunto abordado pelos personagens no diálogo III da obra. Nesse diálogo, os personagens debatem sobre os diferentes “gêneros” (assim denominado pelos personagens) de cartas missivas e sobre a maneira de escrever essas cartas, em outras palavras, abordam uma TD e seus

diferentes modos de realização. Nessa parte, são apresentados não somente os diversos “gêneros” das cartas, como também exemplos delas. Diante disso, julgamos conveniente a realização do mapeamento de todos os esquemas de junção dessas cartas, averiguando se as construções justapostas temporais são recorrentes em algum “gênero” de carta específico e se tal recorrência pode indiciar traço de tradição.

O personagem Leonardo, detentor do conhecimento acerca das cartas missivas, explica aos seus amigos que essas cartas podem ser divididas em três “gêneros” e que cada um desses “gêneros” possui suas regras e suas finalidades.

O primeiro “gênero” de carta, explicitado por Leonardo, é constituído por cartas familiares domésticas, civis e mercantis. Tais cartas são caracterizadas por serem breves, “sem enfeites, rodeios e metáforas”, por prezarem pela clareza e por terem como finalidade comunicativa o tratamento de coisas familiares. O mapeamento dos esquemas de junção das 8 cartas mencionadas pelo autor, nesse primeiro “gênero”, apresentou um equilíbrio quanto ao uso da parataxe e da hipotaxe – foram 10 ocorrências com parataxe e 9 com hipotaxe – e maior frequência na relação de contraste (7 ocorrências), realizada somente pela parataxe. Não foi identificado nenhum caso com justaposição. Supomos que essa ausência seja reflexo da preocupação do autor pela busca de clareza, valorizada nesse “gênero”, no momento de construir a carta, uma vez que as orações justapostas podem dar margens à ambiguidades.

O segundo “gênero” de carta é denominado de cartas narrativas e tem como finalidade comunicativa a recreação e a “consolação para a vida”. Estão inseridas nesse “gênero” cartas de cumprimentos, de narrativas, de novidades ou sobre as novas, de agradecimentos, de recomendações, de desculpas, de queixumes e de galantarias. O autor trouxe 11 exemplos de cartas pertencentes a esse “gênero”, sendo três de narrativas, duas sobre as novas, duas de recomendação, uma de agradecimento, duas de queixume e uma de galantaria.

O mapeamento de todos os esquemas de junção mostrou que esse “gênero” faz uso preferencialmente da parataxe: foram identificadas 23 ocorrências com parataxe e 7 ocorrências com hipotaxe. A justaposição, por sua vez, teve maior recorrência nas chamadas cartas narrativas: foram 3 ocorrências com a relação de adição e 6 ocorrências com a relação de tempo. A finalidade comunicativa das cartas narrativas é a de trazer uma narração concisa de um fato que ocorreu no mundo. Por se tratar de narrações pequenas e objetivas, a estruturação das orações pela justaposição foi a alternativa adotada pelos autores, já que este tipo de construção pode realizar a função de relatar, de maneira resumida e eficaz, os acontecimentos sociais, como ocorre em (114), onde são relatadas, cronologicamente, as “novas da Farsália”, em (115), onde Cesar escreve à Roma, numa ordem cronológica, sobre as novas da Pérsia, e em (116), onde o imperador Tibério César dá as novidades da Itália ao seu irmão Germânico por meio de construções sintáticas em que prevalece a relação de adição:

(114) E a Gneo Sylvio, escrevendo as novas da Farsalia, que dizia: Cesar venceo, Ø Pompeyo morreo, Ø Rufo fugio, Ø Catão se matou, Ø acabou a ditadura e perdeu-se a liberdade. (LOBO, séc. XVII, p. 27)

(115) Cheguei, Ø vi, Ø venci (LOBO, séc. XVII, p. 27)

(116) Os Templos se guardão, Ø os Deuses se servem, Ø o Senado está pacifico, Ø a Republica prospera, Roma saã, a Fortuna mansa, o Anno fértil: e isto que ha aqui em Itália, desejo q da mesma maneira gozeis em Asia. (LOBO, séc. XVII, p. 27)

Acreditamos que as cartas narrativas produzidas nesse século podem constituir um lugar que propicia o uso das construções paratáticas justapostas com leitura de tempo do tipo sequenciamento, em virtude de serem um tipo de carta que preza pela narração breve de um fato. Logo, a recorrência da justaposição temporal pode indicar um traço de tradicionalidade das cartas do tipo narrativa e não somente uma opção discursiva do autor.

O terceiro “gênero” de carta relatado na obra diz respeito às cartas sobre matérias “mais graves”. Trata-se de cartas do governo, de matérias divinas e de advertências aos príncipes e senhores. As cartas desse “gênero” abrangem cartas reais, públicas, invectivas e

laudativas e possuem como finalidades comunicativas persuadir, consolar, dar louvores ou repreender os leitores. O mapeamento dos esquemas de junção das cinco cartas apresentadas na obra revelou a prevalência do modo paratática de articulação (8 ocorrências com parataxe e 3 ocorrências com hipotaxe), bem como maior recorrência da relação de causa, totalizando 6 ocorrências. Identificamos somente 1 ocorrência de justaposição com leitura de adição, o que é insuficiente para realizarmos uma análise em termos de TD.

Em suma, constatamos que a obra *Corte na aldeia e noite de inverno*, embora apresente diferentes TD na arquitetura textual, não traz essa mesma heterogeneidade nas falas dos personagens, isso porque eles representam um grupo social com a sua tradicionalidade e meio de expressão. Apesar de a obra ter sido construída predominantemente por diálogos, averiguamos baixa frequência de paratáticas justapostas. Quando elas aparecem, configuram-se como mais uma das opções do autor no modo de organizar as orações. Reconhecemos, no entanto, que a recorrência das justapostas temporais nas cartas missivas do tipo narração, pode ajudar a determinar esta TD.

4.1.4. Colóquios dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia

Formado em artes, filosofia natural e medicina pelas Universidades de Salamanca e de Alacalá de Henares, por volta de 1523, Garcia d'Orta foi autor pioneiro sobre Botânica, Farmacologia, Medicina tropical e Antropologia. Segundo Nabais (2004), Orta embarcou para a Índia como médico pessoal de Martim Afonso de Sousa e ali permaneceu durante 34 anos, onde adquiriu grande reputação. Estabeleceu-se primeiro em Goa, praticando a medicina no hospital e na prisão e depois em Bombaim. O médico também viajou por todo o país, estudando e colecionando produtos naturais e adquirindo conhecimentos com especialistas locais. Ele interessava-se prioritariamente pelo estudo das propriedades das drogas e medicamentos.

De acordo com Rego (1963), no século XVI, as naus portuguesas faziam expedições marítimas às Índias. No regresso, os tripulantes das caravelas traziam notícias sobre o país e descrições de plantas novas, de animais extraordinários, de frutas deliciosas e de produtos milagrosos. Os testemunhos desses informadores suscitavam questões entre sábios, médicos e boticários de então. Além disso, a diversidade de informações contraditórias sobre a natureza das Índias tornava necessária a publicação de um tratado sobre as drogas asiáticas que difundisse um saber revisto, testado e validado.

Tendo em vista essa necessidade, Garcia d'Orta publica em Goa, em abril de 1563, a obra *Colóquios dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia* que apresentou aos leitores europeus a primeira descrição rigorosa das características botânicas (tamanho e forma das plantas), origem e propriedades terapêuticas de muitas plantas medicinais e de recursos naturais da Ásia. De acordo com Almeida (2008, p. 21), o interesse de Orta em sistematizar os remédios orientais estava, também, na tentativa de ampliar o conhecimento de boticários, físicos e cirurgiões portugueses sobre como utilizá-los na prática, detalhando os lugares de onde partiam, as rotas de comércio em que passavam e a maneira como eram aplicados nos tratamentos curativos pela medicina árabe.

Esta obra, que traz a TD colóquio, cuja função principal é a de indicar uma conversação, de caráter informal, em que os participantes podem expor opiniões e experiências referentes a um tema específico, é constituída por 58 colóquios com informações fundamentais para a medicina, botânica, química, farmacologia e biologia. A obra exhibe diálogos entre o próprio Garcia d'Orta, o qual simboliza o cientista crítico, que refuta, a partir de dados experimentais, os argumentos de autoridades da área, e Ruano, médico tradicional recém-chegado a Goa e ansioso por conhecer a matéria médica da Índia. Apesar de se apoiar na autoridade de vários autores, como Dioscórides, Plínio, Avicena, Serapião e Antonio Musa Brasavola, Orta, em sua obra, dá prioridade aos conhecimentos adquiridos pela sua

experiência: "Nã me ponhais medo com Dioscorides nem Galeno, porq não ey de dizer se nã a verdade, e o q sei [...]" (ORTA, séc XVI, p. 27). Almeida (2008, p. 20) explica essa prática de Orta com os seguintes argumentos:

Todo esse movimento de circulação de saberes estava inserido em uma compreensão quantitativa e empírica do mundo, própria do humanismo europeu, que rompeu com a concepção qualitativa e hierarquizante da filosofia mítico-religiosa medieval propiciando a emergência do culto ao experiencialismo, ou seja, a observação das práticas cotidianas é valorizada no processo de construção do conhecimento. Essa concepção norteou os trabalhos produzidos pelos cientistas quinhentistas, como por exemplo, a obra de Garcia d'Orta: *Colóquios dos simples, drogas e coisas medicinais da Índia*.

Em cada colóquio ou diálogo, os médicos argumentam e debatem saberes sobre um tipo de droga oriental: entre outros produtos asiáticos, os médicos mencionam o novo saber sobre canelas, pimentas, gengibre, cravo ou noz-moscada; descrevem frutas como mangas, duriões, carambolas, jacas, jangomas, jambolões, mangustões, brindões ou líchias; testemunham a confiança na eficácia terapêutica de drogas como a raíz-da-China ou os bezoares; apresentam plantas como a árvore-triste ou a erva-viva; relatam ainda as qualidades das pérolas e pedras preciosas, destacando o valor dos diamantes, esmeraldas, rubis, safiras, jacintos ou granadas.

Para Gouveia (1985, p. 20), a obra de Orta ocupa uma posição de destaque nos trabalhos do Renascimento sobre matéria médica pelo “acréscimo extremamente rico de novas substâncias e materiais, principalmente provenientes do Oriente, e pelo rigor científico, crítico e inovador de sua apresentação.”. Ainda segundo esse autor, a apresentação da matéria médica na obra de Orta faz-se em moldes diferentes dos até então usados nos estudos desses assuntos, uma vez que Orta tem a preocupação em fundamentar todo o conhecimento numa base de observação e de experiência.

No que diz respeito à arquitetura do texto, observamos que todos os colóquios apresentam-se como uma TD cujos diálogos não são reconhecidos ou marcados por travessões ou aspas, pontuação esta que hoje indicia a ação de discurso direto. Também não há, em cada colóquio, separação de parágrafos, o texto é exposto de forma contínua, o que exige do interlocutor uma leitura mais atenta. A indicação dos detentores das falas, ou seja, Orta ou Ruano, é feita por meio de siglas, como é ilustrado em (117): para indicar Orta, a sigla é “OR.” e para indicar Ruano, há uma flutuação gráfica das siglas, podendo aparecer “R.”, “RU.” ou “RUA.”:

- (117) **OR.** Ainda me nam satisfiz estes ao que vos dixee, e he qie se este livrinho quizerem algũs imprimir, ou por zõbar de mim, ou por descobrir meus erros e minhas malcompostas razões [...] **RUA.** As vossas cousas nam tem outro mal pera os mordaces leitores que serem verdadeiras, e muitas nunca sabidas dos físicos que de qua forão a Espanha, quanto mais aos físicos da Europa [...] (ORTA, séc. XVI, p. 03)

De acordo com Gouveia (1985, p. 24), apesar de afastado dos centros culturais do mundo, Orta manteve-se a par do progresso científico europeu e mostrou-se, através das frequentes citações nos colóquios, conhecedor das traduções e comentários das obras de clássicos e modernos. A TD citação, assim, é extremamente explorada na obra. Os debates realizados pelos médicos, acerca das drogas medicinais, estão permeados de argumentos baseados em estudos anteriormente realizados por especialistas da área. Orta, em inúmeras vezes, refuta, com base em seus dados experimentais, os argumentos dessas autoridades da área, conforme a ocorrência (118):

- (118) RU. Nasce mais em lugares maritimos, **como diz Dioscorides**. OR. Eu andei pelo sartã desta India mais de duzêtas legoas de caminho, e ã todos os lugares vi esta herba babosa. [...] RV. **Diz Ruellio** q as pirolas⁴⁸ de Rafis⁴⁹ q se dão na peste cõposta por Rufo levão aloés e mirra, amoniaco, temiama, e vinho [...]. OR. Nam vos querria ver tam afeiçoado à estes escritores modernos, q por louvar e sublimar muito aos gregos dizẽ mal dos Arabios e

⁴⁸ “pirola” é sinônimo de pílula.

⁴⁹ “rafis” é uma espécie botânica popularmente conhecida pelo nome de palmeira-ráfis ou palmeira-dama e é originária da China.

dalgũs Mouros nacidos na Espanha [...] e portanto vos digo que nam nego a mezinha⁵⁰ de Rufo ser a que elles dizem, e ser muito boa, mas digo que as pirolas de Rafis que usamos sam muito boas e per muitos experimentadas [...] (ORTA, séc. XVI, p. 07)

A fim de garantir a orientação científica e filosófica da obra, Orta, ao realizar as citações, introduz ao lado do corpo do texto um tipo de referência bibliográfica do autor citado, como é exemplificado em (119), cuja referência é feita pela abreviação do nome do autor:

- (119) Plin. li. 27. ca. 4 [...] e tornado as nossas pigmêtas me diga do aloés hos nomes em todas as lingoas q
Diosc. li. 3. cap. 13 sabe, e como se faz, e qual he ho melhor: porq ho desta terra louva muito Plinio e Dioscorides. (ORTA, séc. XVI, p. 03)

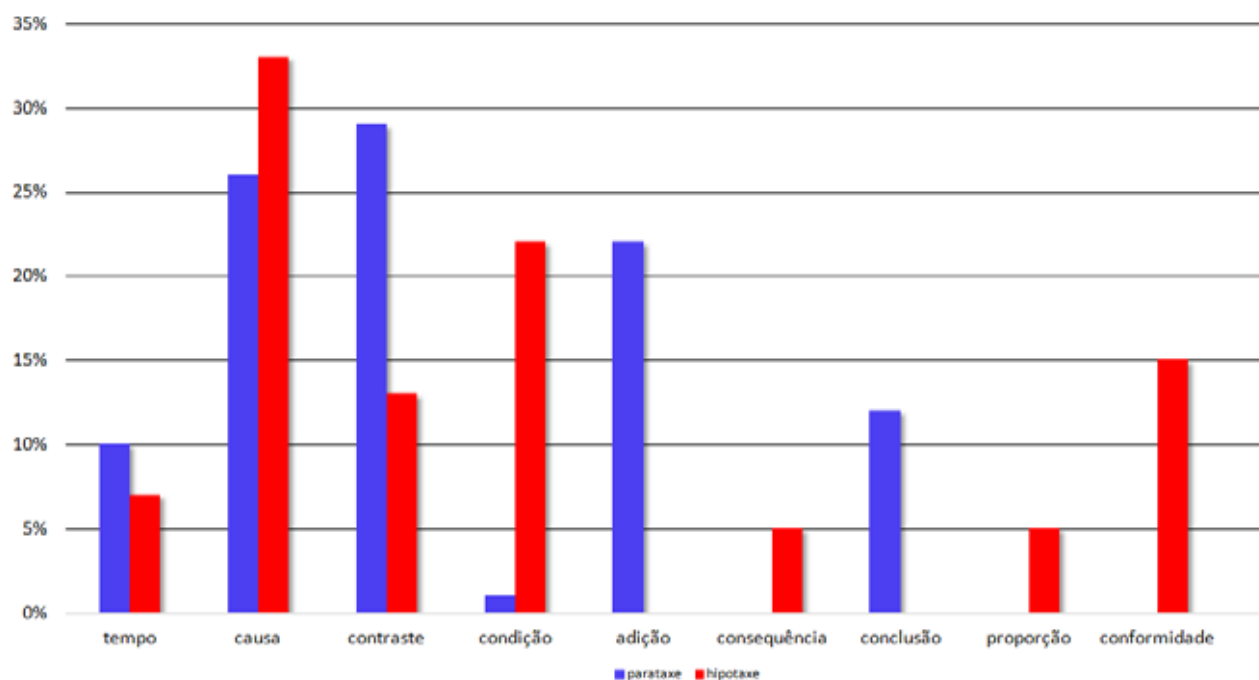
Em *Colóquios dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, Orta, basicamente, expõe a Ruano as suas investigações sobre as plantas medicinais, traz pontos de vista de outros especialistas da área e de filósofos e refuta, concorda ou complementa esses conhecimentos suscitados. Temos, dessa forma, um trabalho altamente argumentativo. No mapeamento de todos os esquemas de junção no trecho analisado, identificamos uma ampla variedade de relações de sentido, tais como tempo, causa, contraste, condição, adição, consequência, conclusão, conformidade, cuja função é a de ajudar a compor os debates desse universo discursivo, pertencente à área médica.

Na parte selecionada para o mapeamento dos esquemas de junção, constatamos forte tendência do autor em estruturar as orações pelo modo paratático de articulação, como é possível observar no Gráfico 10. O gráfico destaca também a relação de causa como a mais frequente na obra ao apresentar um percentual de 57% (ou 27/47) com junção paratática e de 43% (ou 20/47) com junção hipotática. A frequência dessa relação de sentido pode ser decorrente do objetivo dos colóquios, que é o de promover discussões acerca dos conhecimentos sobre as plantas do Oriente; tais debates estão permeados de explicações e de

⁵⁰ “mezinha” é qualquer medicamento bebido como xarope.

correlações causa/efeito quanto ao uso, origem e propriedades terapêuticas das plantas medicinais. Os principais juntores utilizados para a codificação dessa relação de sentido foram *porque*, *como* e *pois*. Não verificamos nesse trecho nenhuma ocorrência de justaposição com leitura de causa, razão pela qual não focaremos a análise dessa relação.

Gráfico 10: Frequência, em percentuais, das relações de sentido em correlação com a arquitetura sintática, nos colóquios



A segunda relação de sentido mais explorada no trecho em questão foi a de contraste, conforme o Gráfico 10. O pico mais elevado na parataxe mostra que esse foi o tipo de construção preferencial do autor para a codificação de contraste. Constatamos que 78% (ou 29/37) dos dados com relação de contraste articulam-se parataticamente e 22% (ou 8/37) dos dados, hipotaticamente. As ocorrências (120) e (121) exemplificam construções contrastivas tipicamente paratática e tipicamente hipotática, respectivamente. Em (120), temos um contraste por oposição, sendo que o paralelismo semântico se dá entre *as partes se juntavam bem* X *as partes não faziam perfeita mescla*; em (121), temos um contraste do tipo concessão

quando Ruano diz ao Orta que gostaria de conhecer outras plantas e frutos da terra em que estava vivendo mesmo que essas não fossem consideradas medicinais:

(120) [...] e mais me dixerã q se discernia ho de çocotora⁵¹, porq nelle as partes se juntava bẽ hũas cõ outras, e no outro azevre⁵² nã faziã pfeita mixtão (ORTA, séc. XVI, p. 04)

(121) [...] e assi queria saver como usão dellas os físicos Indianos, e também queria saber dalgũas outras plantas e frutos desta terra, **ainda q** nã seião medicinais [...] (ORTA, séc. XVI, p. 02)

Analisando todas as ocorrências contrastivas, observamos que em 54% (ou 20/37) das construções o contraste se dá quando (i) os personagens citam argumentos de teóricos da área médica ou informações adquiridas pelo contato com outros povos e logo em seguida contrastam ou opõem-se a essas ideias com base nas suas experiências pessoais, como é exemplificado em (122) e (123); e, quando (ii) os personagens contrastam as ideias ou argumentos entre teóricos, conforme (124) e (125). Essa recorrência nas falas mostra o grande conhecimento científico dos personagens (e do autor) em relação à medicina, botânica, química, farmacologia e biologia. O tipo de contraste predominante na primeira situação elencada é o de refutação: em (122) Orta primeiramente refuta a afirmação feita por Plínio e Dioscorides de que as melhores ervas vem da Índia e a afirmação feita por outros teóricos de que as melhores ervas vêm de Alexandria ou da Arábia, defendendo que essas ervas vêm primeiro da ilha de Socotra e depois passam pela Índia; em (123) Orta refuta uma afirmação feita anteriormente na qual contestam a eficácia do xarope de rufus e afirma que, além desse xarope, as pílulas de rafis também são muito boas. Já o tipo de contraste predominante na segunda situação, em que há contraste entre as ideias de cientistas da área, é o de oposição: em (124) o antagonismo semântico e estrutural se dá entre *Plinio e Dioscorides* X *outros* e *India* X *Alexãdria ou Arabia*; em (125) o parelismo está em *Galeno* X *Plinio* e *5 pirolas* X *mezinha*:

⁵¹ “Socotora ou Socotra” é um pequeno arquipélago formado por quatro ilhas no Oceano Índico.

⁵² “azevre” é o mesmo que azebre: planta da família das liliáceas, também chamada babosa ou aloés.

- (122) RU. Pois que diremos a Plinio e a Dioscorides q dizẽ q ho melhor de todos he ho da India, e dizẽ outros q ho melhor de Alexãdria ou da Arabia. OR. A isto vos respondo q não entẽdais simpesmẽte que ho trazido da India ho o melhor, **se nã** acrecẽtardes q o tragã a India primeiro de çocotora (ORTA, séc. XVI, p. 05)
- (123) [...] e portanto vos digo que eu nam nego a mezinha de Rufo ser ha que elles dizem, se ser muito boa, **mas** digo que as pirolas de Rafis de que usamos sam muito boas e per muitos experimentadas [...] (ORTA, séc. XVI, p. 07)
- (124) RU. Pois que diremos a Plinio e a Dioscorides q dizẽ q ho melhor de todos he ho da India, e dizẽ outros q ho melhor de Alexãdria ou da Arabia. (ORTA, séc. XVI, p. 05)
- (125) OR. Galeno mãda dar 5 pirolas tamanhas como grãos de comer, e desta maneira he bõ tomãdo pera paixões de cabeça, e Plínio diz q he muito boa mezinha, depois de bebida pouco espaço se tome sobre ella [...] (ORTA, séc. XVI, p. 07)

Os juntores mobilizados para a expressão de constraste pelo modo paratático de articulação, o qual se mostrou como preferencial para a codificação dessa relação, foram *mas* (6/29), *senão* (6/29), *antes* (2/29), *porém* (1/29) e *e* (11/29). O modo de combinação paratático por justaposição com interpretação de constraste também foi identificado no trecho analisado, no total de 3 ocorrências. No caso da justaposição, o constraste foi a relação de sentido de maior frequência na obra, como aponta o Gráfico 01 da seção anterior (página 77), por corresponder a 60% das ocorrências de paratáticas justapostas. Questionamos, então, assim como o fizemos para o sermão, se o emprego da justaposição para codificar constraste, diante da variedade de juntores com esse fim, revela alguma particularidade ou algum índice de tradicionalidade na obra. Para tanto, analisamos os tipos de constraste associados às construções com juntores e às construções justapostas, verificando se orações justapostas privilegiam ou não algum tipo de constraste.

As construções paratáticas interligadas pelo juntor *mas* não apresentam uma regularidade quanto ao tipo de constraste. Reconhecemos no texto dois tipos de constraste com esse juntor: refutação e contra-argumentação, que podem ser exemplificados, respectivamente, por (126) e (127). Na ocorrência (126), Orta corrige a colocação feita por Ruano de que Mesve afirma que as ervas vindas de Socotra são as melhores, declarando que

Mesve diz, na verdade, que as ervas vindas de Socotra são menos piores daquelas provenientes de outros lugares. Em (127), Ruano convida Orta a se retirarem para dormir, porém ele não sabe se irá conseguir descansar, já que está muito ansioso pela discussão do dia seguinte.

(126) RV. Logo melhor diz Mesve, q a hũ trazido de çocotora, e outro d Persia, e outro da Armenia, e outro da Arabia. OR. Nã diz Mesve melhor, **mas** diz menos mal q os outros: porq verdadeiramête ho q de qua vay pera Portugal, q eu ho vejo todo, he trazido de çocotora (ORTA, séc. XVI, p. 05)

(127) [...] e logo vos ey de dizer as cousas que sey bẽ sabidas, e as que tenho duvida, com juramento de falar muyta verdade. RUA. Nisso, como vos digo, receberei muita merce, e dormiremos, **mas** nam sey se poderey pollos desejos que tenho de perguntar pella manhã. (ORTA, séc. XVI, p. 02)

As construções com o juntor *senão* e *antes* apresentam certa recorrência na estrutura oracional. O tipo de constraste veiculado por essas ocorrências corresponde àquele que na primeira oração nega, corrige ou refuta uma afirmação e na segunda oração retifica. Na ocorrência (128), que traz o juntor *senão*, Ruano questiona Orta sobre a goma da babosa; Orta, por sua vez, constesta a presença de goma na planta inteira, assegurando que a goma está somente em algumas folhas. Na ocorrência (129), que traz o juntor *antes*, Ruano discute com Orta sobre os benefícios do aloés e se contrapõe aos estudiosos da área quanto às ações dessa planta no organismo:

(128) OR. Eu andei pelo sertã desta India mais de duzêtas legoas de caminho, e ã todos os lugares vi esta herba babosa⁵³. RV. Da goma della me dizei. OR. Nã tem goma **se nã** algũas vezes pollas folhas chora algũa agoa viscosa de q se nã usa nẽ faz caso. (ORTA, séc. XVI, p. 07)

(129) [...] que responderemos a Menardo e a outros modernos que reprimem a Mesve: e a Serapiam e Avicena, porque dizem que abrem as veas, e que Mao pera as almoreymas⁵⁴: e porque dizem estes Arabios que misturado co mel purgão menos, e porq afirmão ser menos nocivo ao estomago que outras mezinhas solutivas: porq Menardo e estoutros dizẽ q na tã não abre almoreymas, **antes** as cerra, e que ao estomago não se pode dizer q he menos nocivo, **antes** lhe faz muyto bem, e não lhe causa damno algũ [...] (ORTA, séc. XVI, p. 08)

⁵³ “babosa” é uma planta verde, que possui folhas pontudas com tipo de goma transparente no meio.

⁵⁴ “almoreymas” ou almorreimas é o mesmo que hemorroidas.

Na única construção que codifica contraste com o juntor *porém*, o tipo de contraste identificado foi o de oposição semântica e sintática, conforme a ocorrência (130), em que há paralelismos entre o *filosofar é melhor X enriquecer é melhor*:

- (130)[...] porque como diz o filosofo, q ainda que filosofar he melhor em si que enriquecer, **porem** ao necessitado melhor he enriquecer (ORTA, séc. XVI, p. 03)

Já nas construções que codificam contraste com o juntor *e*, o tipo de contraste mais frequente foi o que marca oposição entre os segmentos oracionais, como é exemplificado em (131), em que a desigualdade está em *restringe X abre, por dentro X por fora, tem uma operação X tem outras, mantem X faz chagas*.

- (131)[...] como dizẽ Dioscorides e Serapiã, e ao cerrar das veas q provão por autoridade respondẽ cõ Iabob de partibus q restringe por fora, **e** abre por dentro, e isto tẽ muitas mezinhas que tomadas por dentro tem hũa operação, **e** aplicadas por fora tem outras como a cebola que por dentro mantem, **e** por fora faz a chaga ulcerando [...] (ORTA, séc. XVI, p. 09)

No que diz respeito às construções paratáticas justapostas com interpretação de contraste, não reconhecemos a predominância de nenhum tipo de contraste, ou seja, as justapostas contrastivas não se especializaram em nenhum tipo de contraste, o que poderia sinalizar traço de tradicionalidade. As justapostas investigadas possibilitam a leitura de contraste do tipo refutação, como em (132), onde o falante descreve a ilha de Socotra, lugar em que se encontra um tipo de erva, e a leitura de contraste do tipo contra-argumentação, conforme (133), em que Orta afirma que todas as ervas provadas na Índia e em Socotra são muito amargas; no entanto, ele não pode dizer o mesmo da erva da Espanha, uma vez que ainda não provou. Além disso, analisando as construções justapostas contrastivas verificadas na obra, identificamos orações que apresentam leitura de contraste do tipo oposição, tal como em (134), em que a marcação de desigualdade está na coexistência de pontos de vistas desiguais como *alguns X outros, esperma X esterco X fonte*:

- (132)[...] e por isso o chamã Aloesçocotrino: e desta ilha ou esta paratada das portas do estreito 128 legoas: por onde tão se póde dizer da Arabia como de Etiopia, pois nas portas do estreito hua bãda de Arabia, e outra Etiopia: e nã he isto onde se faz cidade, como diz Tordelaguna, senã a toda ilha, aql nã tem cidades senã povoações cõ muito gado: e nã se ladrilha o chão pa colher a lagrima que cae, porque nem he cidade nem a na ilha tâta policia, nem se fale Ø se fica polla muita abundância que nella há desta herba, [...] (ORTA, séc. XVI, p. 04)
- (133)[...] porque esta herba da India já há provey, e há çocotora mandey provar, e todas amargam muyto: Ø há de Espanha nam provey, se vos Deos levar a salvamento, tudo podeis probar. (ORTA, séc. XVI, p. 04)
- (134) OR. Alguis disseram ser a esperma da balea, e outros affirmaram ser esterco de animal do mar ou escuma delle, Ø outros dixerã que era fonte que manava do fundo do mar, e esta parecia melhor, e mais conforme a verdade: [...] (ORTA, séc. XVI, p. 11)

O fato das construções paratáticas justapostas contrastivas expressarem os mesmos tipos de contraste que as construções com juntores explícitos, evidencia a justaposição como membro das opções discursivas do autor para a estruturação do contraste e não como traço de um modo de dizer específico.

A análise da obra de Orta mostrou que nos colóquios, constituídos por diálogos, prevelecem a articulação paratática sobre a hipotática. As relações de causa e de contraste, arranjadas parataticamente, foram as mais recorrentes, haja vista a finalidade comunicativa da obra. No entanto, o uso das paratáticas justapostas não foi favorecido no texto. Quando utilizadas, apenas revelevam as escolhas do autor.

4.1.5. Vida do arcebispo Dom Frei Bartolomeu dos Mártires

De acordo com Massaud (2006, p. 88), Frei Luís de Sousa, antes de entrar no sacerdócio, chamava-se Manuel de Sousa Coutinho e prestava serviços militares a Filipe II da Espanha. Ao retornar para o seu país de origem, casou-se com D. Madelena de Vilhena, viúva de D. João de Portugal, com quem teve uma filha que falecera ainda jovem. Em 1613, após a morte da filha do casal, ambos decidem tomar o hábito e abraçam a vida religiosa; D Manuel no Convento de S. Domingos de Benfica, onde assume o nome pelo qual é conhecido, e D. Madalena no Convento de Sacramento. Ao tornar-se frade, Frei Luís de Sousa dedicou-se

inteiramente à escrita e hoje é considerado um dos mais brilhantes autores da língua portuguesa. Tais fatos inspiraram Almeida Garret à criação do drama *Frei Luís de Sousa*, considerado obra prima do gênero.

Frei Luís de Sousa testemunhou os transtornos pelos quais Portugal passava no século XVI – inquisição, expulsão dos judeus, epidemias de pestes, naufrágios etc – as quais causavam decepções e desgostos na sociedade portuguesa. Sua decisão de entrar para o convento parece estar relacionada a um apelo religioso que tomou Portugal diante da situação que assombrava o país. Assim, na busca por tranquilidade de espírito e rodeado de livros e de um ambiente propício à cultura, Frei Luís de Sousa se dedica à literatura e ao seu enriquecimento espiritual.

Como escritor, o autor contribuiu para o desenvolvimento da historiografia religiosa seiscentista. A obra *Vida do arcebispo Dom Frei Bartolomeu dos Mártires* (1619), que é dividida em seis livros, foi considerada obra-prima literária e valioso registro histórico. Contudo, o autor foi reconhecido como expoente da prosa clássica portuguesa pela obra *Histórias de São Domingos* (1623, 1662, 1678), escrita em três volumes.

Frei Luís de Sousa dedicava-se à hagiografia que refere-se à narrativa das vidas dos santos; trata-se, em outras palavras, de um tipo de biografia. Segundo Massaud (2004, p. 216), dois tipos de hagiografias foram desenvolvidos: o litúrgico ou historiográfico e o literário. Em ambos os tipos de hagiografia, a vida dos santos era misturada com lendas e com passagens inventadas com o objetivo de enaltecer a figura do biografado e de propagar a fé. A igreja católica considera a hagiografia como um ramo da História da Igreja. Para Massaud (2004), essa forma de escrita constitui um rico e persistente filão na cultura portuguesa.

No que diz respeito ao estilo de Frei Luís de Sousa, Massaud (2006) afirma que:

Contrariamente aos processos empregados em Alcobaça, Frei Luís de Sousa via de regra põe rigor e severidade na interpretação dos fatos e documentos, o que desde logo o recomenda como historiador, não obstante o carácter

apologético e edificante de suas observações. Seu mérito, para nós mais importante, reside no estilo de que era senhor: pela linguagem castiça, fluente, plástica, apropriada ao andamento psicológico, moral ou factual das cenas, tornou-se verdadeiro mestre, ao lado do Padre Vieira e do Padre Bernardes. Evitando os excessos barrocos, procurou sempre a sobriedade na variedade, e acabou sendo um modelo da melhor prosa do século XVII. (MASSAUD, 2006, p. 88)

A obra *Vida do arcebispo Dom Frei Bartolomeu dos Mártires*, selecionada para análise, fornece dados importantes sobre a vida desse religioso de origem humilde, também chamado de Bartolomeu de Braga, que formou-se no Mosteiro de São Domingos de Lisboa, a sua cidade natal. De acordo com Sousa (1946), Frei Luis de Sousa narra a vida do biografado num estilo fluido, claro e expressivo, utilizando, por vezes, uma linguagem pura, que confere naturalidade e vivacidade ao texto. Além disso, segundo Sousa (1946), a obra oferece dados importantes sobre a vida portuguesa do século XVII, ao traçar um fundo contextual e ao abordar aspectos sociais, geográficos e humanos. Para a construção dessa obra e para opinar com maior rigor sobre os fatos narrados, Frei Luís de Sousa tomou como base os documentos deixados pelo Frei Luís de Cácegas sobre o arcebispo e as visitas locais vivenciadas pelo biografado.

Embora essa obra pertença a TD hagiografia, que tem como finalidade comunicativa relatar ou descrever a vida de indivíduos pertencentes ao universo religioso e cujas atuações no meio social são consideradas heroicas e dignas de serem registradas, identificamos a coexistência de outras TD que ajudam a marcar, sobretudo, o universo discursivo eclesiástico, tal como passagens bíblicas em latim, língua obrigatória entre os integrantes do clero, conforme exemplifica a ocorrência (135), em que o narrador cita uma frase que o protagonista consegue pronunciar quando ainda criança e que corresponde ao livro de Jó, capítulo 29 e versículo 15:

- (135) Acabava as horas da lição tornava por ella & levava o seu velho pera casa. Com estas ajudas de custa estudava pera poder dizer já naquella idade: **Oculus fui coeco**: servi de olhos a hum cego. (SOUSA, séc. XVII, p. 37)

O autor recria ou inventa na obra falas do biografado por meio do discurso direto. Nessas falas, conseguimos reconhecer modos dizer ou palavras pertencentes ao universo discursivo das instituições religiosas, o que indicia uma TD, como ocorre em (136), em que encontramos, na fala do arcebispo, as palavras *salvação* e *Religião*, que são palavras bastante expressivas nesse meio cultural:

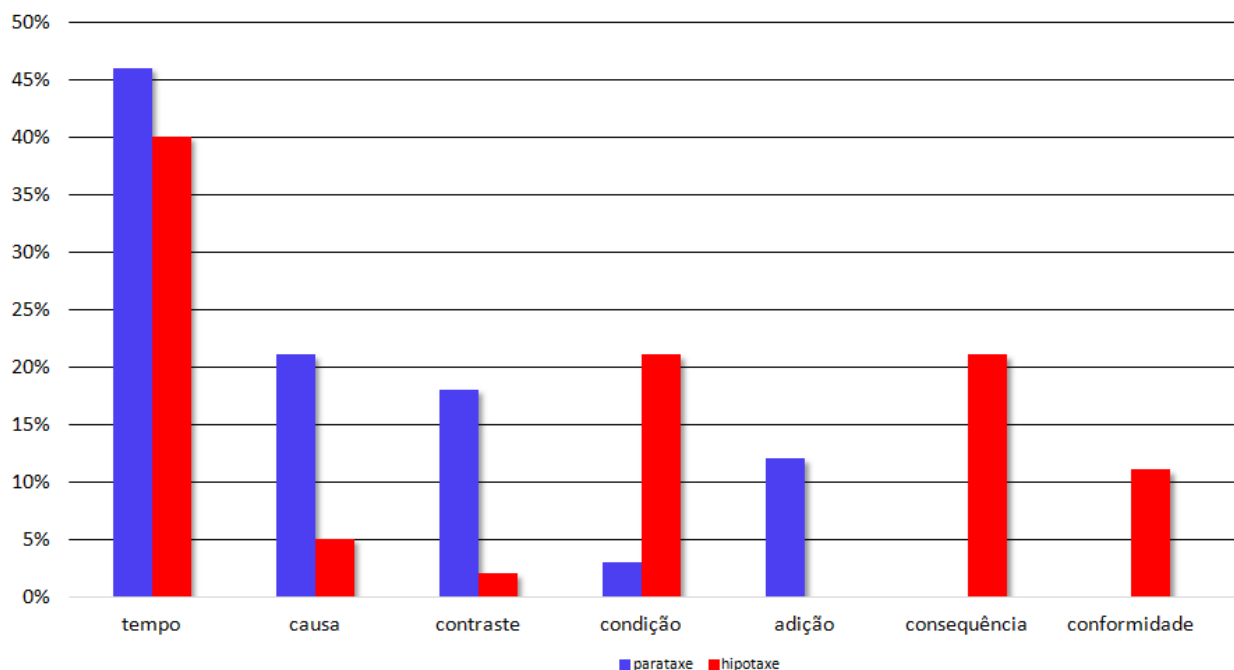
- (136) Padre, disse, trabalhos busco, & aborreço mimos: por fogir de mimos que me sobejão, & provar trabalhos, que desejo, & sei que pera a **salvação** me são necesarios, busco a **Religião**. Não temo esses nem me assombrarão outros maiores, que não ha corpo fraco, onde o coração he forte. (SOUSA, séc. XVII, p. 38)

A referência aos santos da igreja também é algo recorrente nos discursos eclesiásticos. Identificamos na obra essa menção aos santos, o que revela não somente traço de uma TD, como também a formação pessoal do arcebispo. A ocorrência (137) faz referência a uma regra criada por Santo Agostinho, com relação aos hábitos alimentares, adotada pelo biografado:

- (137) Não comia peixe cõtinuo, como manda a regra de S. Agostinho, por lho defenderẽ os medicos, respeito de certo achaque que tinha hũa perna. (SOUSA, séc. XVII, p. 44)

Realizando o mapeamento de todos os esquemas de junção no trecho da obra selecionada para análise, observamos, conforme mostra o Gráfico 11, que o texto é constituído por uma variedade significativa de relações de sentido, tais como tempo, causa, contraste, condição, adição, consequência e conformidade, e que há maior incidência de construções interligadas pelo modo de articulação paratático.

Gráfico 11: Frequência, em percentuais, das relações de sentido em correlação com a arquitetura sintática, na hagiografia



O Gráfico 11 ilustra também que a relação de sentido que expressa tempo apresentou a maior frequência e isso vale para ambas as arquiteturas sintáticas. Uma possível justificativa a esses números está na própria TD na qual o texto se insere: a hagiografia é uma narrativa sobre a vida de uma personalidade religiosa; a narrativa, por sua vez, relata acontecimentos sobre algo ou alguém, obedecendo uma ordem cronológica, o que pode favorecer o uso da relação temporal.

Para codificar tempo, as construções paratáticas se sobressaíram em relação às construções hipotáticas, como se vê no gráfico acima: 46% (ou 33/73) das ocorrências foram interligadas parataticamente e 40% (ou 15/38) das ocorrências, hipotaticamente. Observamos, sobretudo, que o tipo de tempo empregado em cada um desses modos de articulação de orações não foi o mesmo. As construções paratáticas, que se realizam na obra pela conjunção *e* e pela justaposição, codificam tempo do tipo sequenciamento de eventos, como em (138), em que o narrador relata, cronologicamente, com o uso do juntor *e* e da justaposição, as ações do arcebispo durante o dia; trata-se de uma típica narração descritiva. Já as construções

hipotáticas, que apareceram na obra com os jutores *quando* e *depois de*, trazem uma temporalidade de outra natureza; a oração que carrega o jutor oferece uma informação que complementa o sentido da outra oração, como em (139), onde a oração com o jutor *quando* localiza o arcebispo no tempo e no espaço no momento em que o narrador conta sobre uma habitualidade do religioso. Assim, a frequência mais elevada da paratática temporal do tipo sequenciamento pode estar relacionada diretamente com a TD hagiografia que prioriza a narração.

(138) Entre tanto a ordem q tinha em sua vida era esta: levantavase infallivelmente todos os dias às três horas da manham, & pera se espartar usava do remedio de agoa que dissemos tinha spre a cabeceira. Ø Ocupavase até polla manham na lição da sagrada Escritura & do Santos, ou em escrever trattados de devação que deixou escritos muytos. Ø Rezava suas horas polla manham cedo, & sempre sò, senão era quando nesse dia avia de pregar, porque então se ajudava de um capellão; às oyto dizia sua Missa, ou a ouvia, & dava licença que entrassem a ella todos os negoceantes & requerentes que o buscavão. (SOUSA, séc. XVII, p. 41)

(139) **Quando** hia póla manhã pera casa do mestre (que naquelle tempo tinhão as letras poucos professores) guiavão de caminho até a Igreja das Martens, ouvia Missa, & deixavao na Igreja. (SOUSA, séc. XVII, p. 36)

O Gráfico 01 (página 77) aponta que, na obra do Frei Luís de Sousa, as construções paratáticas justapostas de tempo são as mais frequentes, correspondendo a 40% do total das ocorrências. No trecho selecionado para o mapeamento dos esquemas de junção, a justaposição foi identificada, porém em um número bastante inferior quando comparadas às construções temporais com jutor *e*: foram 6 ocorrências com justaposição e 27 com o jutor *e*. Como ambas as formas de arranjo oracionais codificam tempo do tipo sequenciamento, não conseguimos identificar especificidades quanto ao uso das justapostas e o ao uso do jutor *e*. Logo, não é possível afirmar que há algum traço de tradicionalidade no uso das justapostas temporais na obra, embora elas participem na constituição da TD hagiografia.

Concluimos, assim, que a arquitetura e a finalidade comunicativa do texto favorecem o uso das construções paratáticas de tempo e que as escolhas sintáticas, no que diz respeito à

utilização ou não do juntor oracional na codificação de tempo, são subjetivas e concernem às preferências pessoais do autor.

CONCLUSÃO

Para a análise das paratáticas justapostas no âmbito da junção, nos textos produzidos nos séculos XVI e XVII, adotamos como fundamentação teórica a gramática sistêmica funcional de Halliday (1985) e trabalhos funcionalistas de cunho textual, tais como Taboada (2009), Neves (2006) Hirata Vale (2008) e Béguelin, Avanzi e Corminboeuf (2010), que consideram, na investigação dos fenômenos linguísticos, aspectos de forma e de sentido concomitantemente. Tal aparato teórico possibilitou a determinação de uma definição operacional de parataxe, na qual foram baseadas as análises. Dentre outros aspectos, defendemos que a parataxe consiste em um modo combinação de orações de mesmo estatuto, vinculadas por relações lógico-semânticas e discursivo-pragmáticas, em que os segmentos articulados podem ou não ter uma ordem fixa. No que diz respeito à justaposição, defendemos que ela se trata de um tipo de construção paratática caracterizada pela ligação de duas ou mais orações, a depender do tipo de relação de sentido, sem um juntor explícito.

Os teóricos adotados para este trabalho, bem como os resultados de trabalhos empíricos sobre parataxe e justaposição também contribuíram para a seleção dos parâmetros de análises, cujos propósito foi o de evidenciar os mecanismos interpretativos colocados em jogo na ausência dos jutores.

De acordo com os dados, mostramos que os parâmetros para a interpretação dos sentidos são válidos tanto para o reconhecimento das marcas interpretativas das justapostas, como para a caracterização de certas relações de sentido.

A articulação de dois segmentos, isto é, o binarismo estrutural, seja entre orações, seja entre porções textuais, é inerente e característica das relações de causa, contraste e condição, porém não é regra para a relação de tempo, uma vez que tempo do tipo sequenciamento pode articular inúmeros segmentos, o que configura pista para essa relação.

Quanto à ordem dos segmentos articulados, constatamos que esse parâmetro é pista na interpretação das construções justapostas. Notamos que a ordem das orações é fixa nas relações de tempo (do tipo sequenciamento), de causa nos níveis epistêmico e dos atos de fala, de contraste do tipo refutação e contra argumentação e de condição, ou seja, a reversibilidade das orações não é possível, mas, por outro lado, notamos que a ordem dos segmentos oracionais nas relações de causa no nível referencial e de contraste do tipo oposição semântica não é fixa, ou seja, a reversibilidade entre as orações pode ser efetuada.

Verificamos também que esquemas anteriormente produzidos, conforme postulado de Pekarek Doehler et al. (2010), segundo os quais uma ligação paratática pode estar prefigurada no discurso precedente nos níveis acional, conceitual e sintático, podem auxiliar na interpretação das relações de sentido, já que em todas as ocorrências analisadas conseguimos recuperar esquemas que foram produzidos previamente pelo discurso precedente.

Nos dados analisados, o uso da projeção como pista auxiliadora na interpretação das justapostas foi apreendida nas relações de tempo do tipo sequenciamento, em que tem-se eventos articulados em uma sequência temporal, correspondendo a uma narração; na relação de causa, ao considerarmos a temática da peça de teatro que desenvolve a causa como relação de sentido preferencial; e na relação de condição com aspecto genérico, por ser empregada como conclusão de um discurso argumentativo.

No que se refere às inferências pragmáticas, verificamos que todas as relações de sentido mobilizam, de alguma forma, esquemas interpretativos do mundo; contudo as relações de sentido que ativam o conhecimento pragmático dos interlocutores de maneira mais incisiva são as relações de causa/efeito, por implicar uma causa no mundo real/físico, de condição, em virtude de possuir um vínculo causal, e de contraste, por estabelecer o cancelamento de uma pressuposição.

O paralelismo estrutural associado ao antagonismo lexical, por sua vez, configura-se como pista determinante para a leitura de contraste, dos tipos oposição semântica e refutação em paratáticas justapostas.

Com relação aos parâmetros para a interpretação no nível de articulação sintática, constatamos sua relevância para a visualização de tendências das paratáticas justapostas e não como pistas interpretativas na codificação das relações de sentido. Averiguamos, por meio das ocorrências analisadas, uma tendência das paratáticas justapostas ao partilhamento de tempos e modos verbais, bem como à correferencialidade dos sujeitos. Analisamos também as categorias temporais mais frequentes em cada relação de sentido e verificamos que a simultaneidade parcial nas relações de tempo, de causa e de condição prevaleceu, e que a simultaneidade total na relação de contraste foi a mais recorrente. A simetria morfossintática, combinada com a simultaneidade parcial/total identificada nos dados, permite a percepção das construções justapostas como um único evento, isto é, a interpretação da construção em sua totalidade, tal como constataram Paiva e Braga (2010), ao analisarem as causais referenciais. Dessa forma, certificamos uma tendência das paratáticas justapostas em serem mais integradas ou dependentes, nos termos de Paiva e Braga (2010).

A presença de polissemias entre causa/condição também foi constatada, como anteciparam Kortmann (1997), Neves (2000), Paiva e Braga (2000). Tal ambiguidade, no entanto, foi desfeita ao considerarmos as TD ou os contextos em que as ocorrências estavam inseridas e a mobilização dos esquemas interpretativos de mundo. Já a polissemia entre tempo/causa, gerada pela correlação entre o aspecto perfectivo das orações e a simultaneidade parcial, não foi identificada em nossos dados, uma vez que o contexto linguístico em que as ocorrências foram inseridas não permitiram essas duas leituras. A análise dos dados, tendo em vista a TD pode ser, assim, fator significativo para a interpretação dos sentidos nas justapostas.

As análises feitas das paratáticas justapostas no âmbito da junção permitiram que chegássemos a um posicionamento com relação às teses antigas que relacionam a parataxe com simplicidade e a hipotaxe com complexidade. O estudo da parataxe realizado neste trabalho mostrou, assim como defendem La Fauci (2010) e Pekarek Doheler et al. (2010), que a simplicidade da parataxe é aparente, primeiramente porque ela pode articular não somente orações simples, mas blocos textuais, como é exemplificado em (140), estabelecendo ainda relações de sentido entre essas duas porções, que, no caso, é de contraste. Além disso, a parataxe, diferentemente da hipotaxe, pode articular segmentos que possuem uma “pausa dramática”, nos termos de Neves (2006), entre os segmentos articulados, como em (141). A justaposição, especialmente, consiste em um tipo mais complexo de paratática por não apresentar o juntor, conseqüentemente, fazer com que os interlocutores mobilizem marcas para a interpretação das relações de sentido, isto é, exigir dos interlocutores maior trabalho mental. Dessa forma, concluímos que as paratáticas não são simples, ao contrário, elas são tão complexas ou mais complexas que as hipotáticas.

(140) Não sou eu, o que hey de pregar o Nascimento de Christo: Ø o mesmo Christo nacido he, o que há de pregar o seu nascimento. (VIEIRA, séc. XVII, p. 50)

(141) Fidalgo: Que me deixês embarcar. Ø
 Sou fidalgo de solar
 é bem que me recolhais. (VICENTE. Séc. XVI, verso 79)

Para investigação das paratáticas justapostas no âmbito das TD, cujo objetivo proposto foi o de analisar possíveis correlações entre TD e o emprego das justapostas, realizamos o mapeamento de todos os esquemas de junção em uma parte de cada texto e atestamos que há uma ligação entre a TD em que o texto se insere, a frequência de uma relação de sentido específica, a finalidade comunicativa do texto e as escolhas linguísticas do autor. O sermão de Vieira, por exemplo, que configura-se como uma TD altamente argumentativa e com a finalidade comunicativa de ensinar, corrigir e advertir os fiéis segundo

a palavra de Deus, apresentou a relação de contraste como a mais frequente do texto; dentre as possibilidades de articulação do contraste, as construções paratáticas com juntores e as justapostas foram as mais exploradas pelo autor. Não constatamos, no sermão, nenhuma particularidade no uso das justapostas, logo, o seu emprego não representa um traço de tradicionalidade no texto, mas uma escolha do autor no modo de construir seu texto.

Em toda TD há algo que é mais fixo como, por exemplo, as partes que compõem uma determinada TD, e há algo que é mais lacunar como, por exemplo, as manobras argumentativas de cada autor. Sendo assim, dadas as possibilidades de cada TD, os autores fazem escolhas que podem ou não ser tradicionais, isto é, que podem ou não corresponder a outras TD; Vieira, por exemplo, tradicionalmente utiliza mecanismos de recorrências como um recurso argumentativo em seus sermões.

A escolha dos textos para a obtenção do *corpus* da pesquisa não foi aleatória. Buscamos textos e TD que propiciam a prática da oralidade, como lugar privilegiado de uso das paratáticas justapostas, como reconhecem La Fauci (2010), Béguelin (2010) e Pekarek Doheler et al. (2010). Essa regularidade nos textos foi positiva, já que constatamos o favorecimento de ocorrências de paratáticas em tradições que apresentam diálogos.

De maneira geral, observamos que, nos textos, o uso das justapostas corresponde a opções discursivas dos autores dentre as possibilidades de articulação de orações, em outras palavras, refere-se ao estilo do autor. Embora elas ajudem a cumprir as funções comunicativas dos textos, tal como as justapostas contrastivas no sermão e as causais, na peça de teatro, elas não se configuram como índices de alguma tradição. A exceção está nas cartas narrativas encontradas em *Corte na aldeia e noites de inverno* (cartas essas que ajudam na composicionalidade da obra), que apresentam justapostas de tempo para narrar fatos breves; tem-se, portanto, uma correlação entre TD e o uso das justapostas.

Contemplamos, neste trabalho, a história dos textos, isto é, o contexto sociocultural em que o texto foi produzido, as finalidades comunicativas, os possíveis interlocutores da época, para tratarmos das TD e para explicarmos os fatos linguísticos, isto é, para explicarmos as paratáticas justapostas. Fizemos, assim, um estudo da história da língua a partir da história dos textos, o que está em conformidade com tendências atuais em linguística histórica.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, D. S. *Entre lojas e boticas: O comércio de remédios entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais (1750-1808)*. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=10&ved=0CFkQFjAJ&url=http%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdisponiveis%2F8%2F8138%2Ftde-23112009-151223%2Fpublico%2FDANIELLE_SANCHES_DE_ALMEIDA.pdf&ei=zBr7U_OiE6zgsATuh4DYCw&usg=AFQjCNFNDFXGiHUnRXDGHRqIxY21myKUTQ>. Acesso em: 19 ago. 2014.

ANACLETO, M. A prosa de Francisco Rodrigues Lobo. *Halp*, Lisboa, n, 30, p. 11-13, 2004. Disponível em: <http://www.leitura.gulbenkian.pt/boletim_cultural/files/HALP_30.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2014.

BARROS, A. *Vida do Apostólico Padre António Vieira*. Lisboa: Oficina Silviana, 1746.

BÉGUELIN, M. J. Noyaux prédictifs juxtaposés. In: BÉGUELIN, M. J.; AVANZI, M.; CORMINBOEUF, G. (ed). *La Parataxe. Tome 1: Entre dépendance et intégration*. Berne: Peter Lang, Collection Sciences pour la communication, 2010. p. 3-33.

BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: Joseph, B.; Janda, R. (eds.) *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.

COELHO, J. P. *Dicionário das literaturas portuguesa, brasileira e galega*. Porto: Figueirinhas, 1960.

COSER, M. C. A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português: uma análise das crônicas oficiais. *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*, v. 10, n.18, p. 703-727, 2007. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed18/13_miriam_coser.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2014.

GOUVEIA, A. J. A. *Garcia d’Orta e Amato Lusitano na ciência do seu tempo*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1985. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=10&ved=0CFgQFjAJ&url=http%3A%2F%2Fcvic.instituto-camoes.pt%2Fconhecer%2Fbiblioteca-digital-camoes%2Fpensamento-e-ciencia%2F165-165%2Ffile.html&ei=JyD7U_fnHMHnsASws4JI&usg=AFQjCNEpmStkNKa3cNF3e8Z0iBp hbWLLYg>. Acesso em: 19 ago. 2014.

HALLIDAY, M. A. K. As bases funcionais da linguagem. In: DASCAL, M. (Org). *Fundamentos metodológicos da linguística*. São Paulo: Global, 1978. p. 125-161.

_____. *An introduction to functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

_____. *An introduction to functional Grammar*. Revised by Christian M. I. M. Matthiessen. London: Arnold, 2004.

HIRATA-VALE, F. B. M. A condicionalidade em construções paratáticas: um uso argumentativo. *Estudos Linguísticos* (São Paulo), v. 37, p. 213-222, 2008.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KABATEK, J. Traducción e interferencia. In: KREMER, D. (ed). *Homenaxe a Ramón Lorenzo*. Vigo: Galaxia, 1998. p. 843-850.

_____. L'oral et l'écrit – quelques aspects théoriques d'un « nouveau » paradigme dans le canon de la linguistique romane. In: DAHMEN, W. et al. *Kanonbildung in de Romanistik und in den Nachbardisziplinen*. Tübingen: Gunter Narr Verlag Tübingen, 2000. p. 305-320.

_____. ¿ Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos. In: JACOB, D.; KABATEK, J. *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica*. Frankfurt am Main: Vervuert/Madrid: Iberoamericana, 2001.

_____. Oralidad, proceso y estructura. *Pandora*, Paris, v.2, n.2, p.37-54, 2002.

_____. Tradiciones discursivas jurídicas y elaboración lingüística en la España medieval. *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévale*, Lyon, v. 27, nº 27, p. 249-261, 2004.

_____. Sobre a historicidade de textos. *Linha d'água*, São Paulo, nº 17, p. 157-170, abr. 2005.

_____. Las tradiciones discursivas del español medieval: historia de textos e historia de la lengua. *Iberomania*, n.62, p. 28-43, 2005.

_____. Tradições discursivas e mudança lingüística. In: LOBO, T; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (Org) *Para a história do português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2006.

_____. *Tradição discursiva e gênero*. Tübingen, 2010 (Mimeo).

KOCH, P. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, B.; HAYE, T.; TOPHINKE, D. (Hrsg.), *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*, Tübingen: Narr, 1997, p. 43-79.

KOCH, I. G. V. *A coesão textual*. 22 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KORTMANN, B. *Adverbial subordination: a typology and history of adverbial subordinators based on European languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

LA FAUCI, N. Paradoxes de la parataxe. In: BEGUELIN, M. J.; AVANZI, M.; CORMINBOEUF, G. (ed). *La parataxe. Tome 1: Entre dependence et integration*. Berne: Peter Lang, Collection Sciences pour la communication, 2010. p. 91-111.

LINS, I. *Aspectos do padre Antônio Vieira*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1962.

LONGHIN, S. R. *A gramaticalização da perífrase conjuncional só que*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2003.

MASSAUD, M. *Dicionários de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=0Pn4qAZ-QyoC&pg=PA216&lpg=PA216&dq=hagiografia+DOM+BARTOLOMEU+DOS+MARTIRES&source=bl&ots=3rUQAtVGvN&sig=E79rqJxKIbFtS7C8UV1BHPTmGfM&hl=pt-BR&sa=X&ei=Q0RKVI6vLoeUgwSniIG4Aw&ved=0CDYQ6AEwBA#v=onepage&q=hagiografia%20DOM%20BARTOLOMEU%20DOS%20MARTIRES&f=false>>. Acesso em: 24 out. 2014.

_____. *A literatura portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 2006. Disponível em <http://books.google.com.br/books?id=xcQYSXj0xN0C&pg=PA88&lpg=PA88&dq=OBRA+A+VIDA+DE+DOM+BARTOLOMEU+DOS+MARTIRES+linguagem+e+estilo&source=bl&ots=mvb_3900Ex&sig=UNYTz45yoIKEUCG5Wfe5THm4nTM&hl=pt-BR&sa=X&ei=EpJJVPPpGIPKggTlxIKgDQ&ved=0CCwQ6AEwAg#v=onepage&q=OBRA%20A%20VIDA%20DE%20DOM%20BARTOLOMEU%20DOS%20MARTIRES%20linguagem%20e%20estilo&f=false> . Acesso em: 24 out. 2014.

NABAIS, J. Garcia de Orta, um contemporâneo de Amato - [Médico Naturalista do século XVI: cerca 1500-1568]. Medicina na beira interior da pré-história ao século XXI, Portugal, n. 18, p. 44-48, 2004. Disponível em: <http://www.historiadamedicina.ubi.pt/cadernos_medicina/vol18.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2014.

MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. The structure of discourse and subordination. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (ed.) *Clause combining in grammar and discourse*. Philadelphia: John Benjamins, 1988. p. 275-329.

NASCIMENTO, R. R. S. *O púlpito como cátedra: retórica e educação nos sermões do Pe. Antonio Vieira (1608 – 1697)*. 2007. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: <ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/RodsonRSN.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.

NEVES, M. H. A questão das funções da linguagem. In: _____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 5-14.

_____. O funcionalismo de Michael A. K. Halliday. In: _____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 58-75.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000, p. 755-884.

_____. Conectar significados. Ou: A formação de enunciados complexos. In: _____. *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 223-269.

NEVES, M. H.; BRAGA, M. L.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. As construções hipotáticas. In: NEVES, M. H.; ILARI, R. (Org) *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 938-982.

ÖESTERREICHER, W. Zur Fundierung von Diskurstraditionen. In: HAYE, T.; TOPHINKE, D. (eds) *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*, p. 19-41, 1997.

PAIVA, D. F. *História da língua portuguesa II: século XV e meados do século XVI*. São Paulo: Ática, 1988.

PAIVA, M.; BRAGA, M. L. Juxtaposition et coordination: deux formes de parataxe? In: BEGUELIN, M. J.; AVANZI, M.; CORMINBOEUF, G. (ed). *La parataxe. Tome 1: Entre dependence et integration*. Berne: Peter Lang, Collection Sciences pour la communication, 2010. p. 313-332.

PEKAREK DOEHLER, S. et al. Configurations paratactiques et grammaire-dans-l'interaction. In: BEGUELIN, M. J.; AVANZI, M.; CORMINBOEUF, G. (ed). *La parataxe. Tome 2: Structures, marquages et exploitation discursive*. Berne: Peter Lang, Collection Sciences pour la communication, 2010. p. 387-410.

PEZATTI, E. G. ; LONGHIN-THOMAZI, S. R. As construções coordenadas. In: NEVES, M. H.; ILARI, R. (Org) *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 865-932.

PITILLO, S. A. F. *A personagem vicentina: uma representação do Portugal dos Quinhentos*. 2002. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. Disponível em:

<http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2002_mest_uvu_silvana_assis_freitas_pitilo.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2014.

REGO, A. S. Garcia de Orta e a ideia de tolerância religiosa. *Revista cadernos da cátedra de estudos sefarditas “Alberto Benveniste”*. Lisboa, v. 11, n. 4, 1963. Disponível em: <http://www.catedra-alberto-benveniste.org/_fich/15/silva_rego_-_garcia_de_orta.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

RENKEMA, J. Discourse connections. *Introduction to discourse studies*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2004.

SOUSA, A. C. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, 1946. Disponível em: <http://old.geneall.net/P/per_bio.php?id=138000>. Acesso em: 24 out. 2014.

SPINA, S. *História da língua portuguesa III – segunda metade do século XVI e século XVII*. São Paulo: Ática, 1987.

TABOADA, M. Implicit and explicit coherence relations. In: RENKEMA, J. (ed.) *Discourse, of course: an overview of research in discourse studies*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2009.

TRAUGOTT, E.; KÖNIG, E. The semantic-pragmatic of grammaticalization revisited. TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. John Benjamins Publishing Company, 1991, p. 189-218.

VIEIRA, A. *Sermões*. Porto: Chardron, 1907.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

São José do Rio Preto, 23 de Março de 2015.

MILENA DE BRITO MELLO

